

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
SOCIOECONÔMICO

**CARLOS FERREIRA WANDERLEY**

**CRÍTICA AOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA:**

Sob o aspecto da precarização da força de trabalho no Maranhão de 2003 a 2012

São Luís

2012

**CARLOS FERREIRA WANDERLEY**

**CRÍTICA AOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA:**

Sob o aspecto da precarização da força de trabalho no Maranhão de 2003 a 2012

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Bezerra de Farias

São Luís

2012

Wanderley, Carlos Ferreira.

Crítica aos empreendimentos de economia solidária: sob o aspecto da precarização da força de trabalho no Maranhão de 2003 a 2012 / Carlos Ferreira Wanderley – São Luís, 2012.

153f.

Impresso por computador (fotocópia).

Orientador: Flávio Bezerra de Farias.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, 2012.

1. Economia Solidária - Maranhão. 2. Estado Neoliberal. 3. Desemprego

## **CRÍTICA AOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA:**

Sob o aspecto da precarização da força de trabalho no Maranhão de 2003 a 2012

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do título de mestre.

Aprovado em: //

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Flávio Bezerra de Farias(Orientador)

Universidade Federal do Maranhão

---

Prof. Dr. Elizeu Serra de Araújo

Universidade Federal do Maranhão

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Zulene Muniz Barbosa.

Universidade Estadual do Maranhão

## AGRADECIMENTOS

Sendo possível existir um marxiano-cristão, eis aqui um, agradecendo a Deus tudo que de bom vem acontecendo comigo, inclusive por esta etapa da vida, a de Mestre;

A minha esposa, Loide e minhas filhas Clara Maria, Loiane e Caroline, que souberam me entender pelas ausências diuturnas;

A meus pais (*in memoriam*), pela dignidade e honestidade que respaldaram suas vidas e desse modo me suscitaram segui-las;

A todos os meus irmãos, especialmente o Nono, que sempre me acolheu sem medidas, como lhe é natural;

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, por me oportunizar esta titulação, sobretudo na pessoa do Prof. Flavio Farias, meu orientador;

A todos meus amigos, que buscaram compreender que, pela minha ausência física, estaria sendo construído algo de importante;

E a todos meus familiares e irmãos do Movimento dos Focolares, pelo apoio irrestrito que tive.

## LISTA DE SIGLAS

ANTEAG – Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão

ASCAMAR – Associação dos Catadores de Papéis Recicláveis do Maranhão

ASSEMA – Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão

BACEN – Banco Central do Brasil

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

CECEAMA - Central de Cooperativas Agroextrativistas do Maranhão

CENTRU – Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe ou Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas

CONAB – Companhia Brasileira de Abastecimento

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EAF – Encontro Estudantil com Agricultura Familiar

EES – Empreendimentos de Economia Solidária

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EPE – Empresa de Propriedade dos Empregados

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

FMI – Fundo Monetário Mundial

GDS – Gerencia de Desenvolvimento Social do Estado do Maranhão

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ITERMA – Instituto de Colonização e Terras do Estado do Maranhão

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NEPE – Núcleo Estadual de Programas Especiais do Maranhão

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal

PME/IBGE – Pesquisa Mensal do Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RBSES – Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa

SEDES – Secretaria de Estado em Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar do Maranhão

SEMOSP – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SETRES – Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária do Maranhão

SIES – Sistema de Informações em Economia Solidária

SRTE – Superintendência Regional do Trabalho e Emprego

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UNICAFES – União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

UNISOL – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

UNITRABALHO – Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES E TABELAS

Ilustração 1 – Esquema representativo do Exército Industrial de Reserva .....	37
Ilustração 2 – Quantidades de empreendimentos por ano de início como Empreendimentos Solidários.....	53
Tabela 1 – Número de desempregados por ano.....	53
Ilustração 3 – Número de empreendimentos solidários rurais e urbanos.....	82
Ilustração 4 – Principais atividades dos empreendimentos solidários no Maranhão. .....	83
Ilustração 5 – Faturamento mensal.....	84
Ilustração 6 – Remuneração nos empreendimentos solidários.....	84
Tabela 2 – Investimentos de 2006 a 2007 .....	85
Tabela 3 – Finalidade dos créditos.....	85
Tabela 4 – Comparando os empreendimentos solidários entre 5 entes federativos. .....	86
Tabela 5 – Salário mínimo anual com base no DIEESE .....	88
Tabela 6 – Quem forneceu apoio aos empreendimentos.....	104
Ilustração 7 – Perfil escolar e ocupacional das famílias.....	114
Ilustração 8 – Formação educacional.....	115
Ilustração 9 – Informação sobre êxito em organização solidária.....	116
Ilustração 10 – Outras profissões de interesse.....	117
Ilustração 11 – Cor/raça .....	129
Ilustração 12 – Outras profissões de interesse.....	130
Ilustração 13 – Participação em programas do governo federal.....	131

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1ª PARTE - POLÍTICA NEOLIBERAL NO BRASIL E A ECONOMIA</b>	
<b>SOLIDÁRIA.....</b>	<b>19</b>
<b>1º CAPÍTULO</b>	
<b>Contribuição da política de estado neoliberal na formação do “exército de reserva” e na precarização da força de trabalho.....</b>	<b>21</b>
1.1 Engendrando a formação do “exército industrial de reserva”.....	31
1.2 Neoliberalismo no Brasil com desemprego e precarização da força de Trabalho.....	40
1.3 A repercussão socioeconômica da implementação das ideias neoliberais e o engendramento do “exército industrial de reserva brasileiro”.....	42
<b>2º CAPÍTULO</b>	
<b>Implementação das ideias neoliberais e o crescimento vertiginoso dos “empreendimentos de economia solidária” no Brasil.....</b>	<b>46</b>
2.1 O desemprego e o aumento da ocupação não assalariada.....	50
<b>2ª PARTE – A ECONOMIA SOLIDÁRIA E CARÁTER HISTORICAMENTE DETERMINADO DA SOLIDARIEDADE.....</b>	<b>57</b>
<b>3º CAPÍTULO</b>	
<b>Economia Solidária: princípios, proposta e realidade.....</b>	<b>59</b>
3.1 Princípios e propostas norteadoras da Economia Solidária.....	65
3.2 Crítica à Economia Solidária como espaço de não-autonomização e de Precarização.....	71
3.3 Empreendimentos solidários maranhenses: análise comparativa com outros entes da federação no período de 2005 a 2007.....	80

#### **4º CAPÍTULO**

**Intervenção político-governamental nos “empreendimentos de economia solidária” no Maranhão: como acontece?.....90**

**3ª PARTE – ANÁLISE DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS.....109**

#### **5º CAPÍTULO**

**As relações de trabalho no Lixão de Santa Inês e em outros empreendimentos solidários maranhenses: revolução ou mitigação?.....111**

5.1 A realidade dos empreendimentos solidários agroecológicos e de artesanatos no estado do Maranhão.....119

#### **6º CAPÍTULO**

**As tentativas de autonomia socioeconômica na ASCAMAR e a comparação com outras experiências.....125**

**CONCLUSÃO.....141**

**REFERÊNCIAS.....149**

## RESUMO

Os efeitos da liberalização, da desregulamentação e da privatização globais, estão se fazendo sentir de forma cada vez mais forte e difusa. Um mundo mais aberto e de novidades consumíveis tornou-se aquele que desemprega e precariza a força de trabalho, resultado, portanto, do mais patente ajuste que o capitalismo vem realizando, sobretudo no paradigma neoliberal. Como decorrência, surge o desemprego e a precarização, que forjam quase que naturalmente as proposições solidárias na busca de soluções, o que, efetivamente, configura-se como a iniciativa de constituir práticas amenizadoras do não assalariamento para subsistência destes trabalhadores, iniciativa que, nesta parte latina das Américas, recebeu o nome de economia solidária. O presente estudo investiga quais as razões para que trabalhadores sem ocupação busquem nesta categoria econômica e de inserção ao trabalho, uma saída e até mesmo uma autonomia. Ao analisar a economia solidária de perto, encontramos, de um lado, uma realidade de relativos êxitos e de outro, o mais comum, a experimentação de fracassos, especialmente no Maranhão. O grupo de catadores do Lixão de Santa Inês e da ASCAMAR, em São Luís, foram os principais campos de pesquisa. Entre os resultados, identificamos um inexpressivo apoio governamental, dificultando o processo de autonomização dessas entidades. Constatou-se ainda que a criação da maioria dos empreendimentos econômicos solidários ainda teve na luta pela sobrevivência seu principal objetivo, superando a motivação da busca pela produção coletiva.

Palavras-chave: Economia Solidária, Estado Neoliberal, Desemprego e Precarização.

## ABSTRACT

The effects of liberalization, deregulation and privatization globally, are being felt so strong and increasingly diffuse. A more open world and new supplies became unemployed and one that precarious the labor force, a result therefore the more obvious adjustment that capitalism has been doing, especially in neoliberal paradigm. As a result, there is unemployment and precariousness, which almost naturally forge solidarity propositions in finding solutions, which effectively sets up as the initiative to establish practices mitigating not the subsistence wage for these workers, an initiative that, in this part Latin Americas, received the name of solidarity economy. This study investigates the reasons for that jobless workers seek in this category economic and labor integration, an exit and even autonomy. By analyzing the solidarity economy closely, we find, on one side, a reality of relative successes and on the other, the most common failures of experimentation, especially in Maranhão. The group of collectors of “Lixão” Santa Ines and ASCAMAR in San Luis, were the main fields of research that resulted in the self-organization, an unimpressive or even absent government support. Later, it was found that the creation of most solidary economic enterprises still had to fight for survival his main goal, surpassing the motivation of the search for collective production.

Keywords: Solidarity Economy, Neoliberal State, Unemployment and Precarious.

## INTRODUÇÃO

Os efeitos da liberalização, da desregulação e da privatização globais estão se fazendo sentir de forma cada vez mais forte e difusa. O entusiasmo inicial, que marca a recepção da mundialização neoliberal, foi substituído pelo temor e pelo desencanto. Um mundo mais aberto e de novidades consumíveis tornou-se aquele que desemprega e precariza a força de trabalho, resultado do mais patente ajuste que o capitalismo vem realizando, a partir principalmente do neoliberalismo. A intenção é cada vez mais explícita: superar a sua crise estrutural. As consequências: provocar graves danos sociais aos trabalhadores do centro e da periferia capitalistas e forjar como que naturalmente as proposições solidárias na busca de soluções, o que, efetivamente, configura-se como “a iniciativa de constituir práticas amenizadoras do não assalariamento para subsistência de trabalhadores desempregados, iniciativa que, na parte latina das Américas, recebeu o nome de *economia solidária*” (BARBOSA, 2007, p.21).

Além disso, a ocorrência de mudanças políticas e econômicas provoca alterações no padrão de respostas às sequelas da questão social<sup>1</sup>, que, segundo Montañó (2003, p.21), “pesam sobre a perda de direitos de cidadania e serviços de políticas sociais, assistenciais, de seguridade social de qualidade (nos países centrais), e pesam sobre sua precarização (nos países periféricos)”. São propostas de renovar a *remercantilização* e a *refilantropização* da questão social, que lesam tanto os setores mais carentes, quanto o conjunto de trabalhadores.

A *economia solidária* - objeto do presente estudo – apresenta-se como uma alternativa de autonomia, até mesmo de emancipação e de escape para questões do desemprego, suscitando muitas e acaloradas discussões, principalmente quando esta categoria econômica de inserção ao trabalho opera dentro da dinâmica do capitalismo neoliberal.

---

<sup>1</sup> Montañó (2003, p. 21 e 187), refere-se à questão social como fenômeno encoberto, mistificado pelo ideológico debate do “terceiro setor”, como indicadora de uma “etérea cultura da solidariedade social, seja ela dominada por redes de proteção social, de políticas de combate à pobreza, de comunidades solidárias ou de expansão dos programas de assistência social”.

Portanto, nas discussões do solidarismo como saída à desocupação, estudiosos, em sua defesa, diriam tratar-se de uma “terceira via possível frente ao capitalismo desumano e impiedoso”; outros, numa crítica menos apaixonada, diriam tratar-se “somente de um paliativo, enquanto não se tem algo melhor para oferecer”. Para os incrédulos, tratar-se-ia de “uma tentativa inócua, na correlação de forças entre o capital e a força de trabalho”. Assim, Singer (2000, p. 119) diz que “o aumento do desemprego e a deterioração das relações contratuais de trabalho desequilibram a correlação de forças a favor do capital”.

Contudo, ao analisar a economia solidária de perto, encontramos, de um lado, uma realidade de relativos êxitos<sup>2</sup> em determinados espaços e contextos históricos e, de outro, o mais comum, a experimentação de fracassos<sup>3</sup> em suas investidas. Então, qual a razão para as distintas realidades? Por que nos empreendimentos solidários, onde se deveriam encontrar conquistas sociais significativas, encontra-se na verdade a precarização das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores? E, insistindo, qual o papel do Estado no contexto do solidarismo enquanto políticas de autonomização?

Buscamos as respostas em pontos que consideramos relevantes, como as relações do projeto da economia solidária com o Estado neoliberal de forte desregulamentação e desemprego no final do século XX e, concomitantemente, na expansão dos empreendimentos solidários. Prosseguimos analiticamente dos primeiros movimentos da cooperação organizados por Robert Owen em 1844, na Inglaterra, à realidade da economia solidária nos tempos atuais de Paul Singer, com suas ideias norteadoras centradas na ocupação, renda, inserção e autonomia dos trabalhadores; posteriormente concentramo-nos na realidade de um

---

<sup>2</sup>As cooperativas que envolvem especificamente a população com necessidades especiais, como deficientes e usuários de serviços de saúde mental, têm se apresentado como uma via de enfrentamento das peculiaridades desses segmentos no contexto do trabalho. Experiências internacionais apontam as cooperativas como uma via bem-sucedida no campo dos direitos humanos e, no Brasil, as práticas nessa área têm crescido bastante, principalmente em discussões no âmbito do setor de saúde mental do Ministério da Saúde. (DAKUZAKU apud BARBOSA, 2007, p. 116). Também é o caso da Cooperativa de Confecção Roupagem de Recife (PE). Neste caso, apesar de serem os resultados econômicos satisfatórios, a autogestão é imaginária, visto que os grandes compradores/contratantes determinam todo o processo de produção e condicionam toda intervenção à continuidade do contrato (BARBOSA, 2007).

<sup>3</sup> São os casos da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis (ASCAMAR), localizada no centro histórico de São Luís (MA) e o Grupo de Catadores do Lixão de Santa Inês (MA). As condições de trabalho nestes espaços são de insalubridade, de renda abaixo do salário mínimo vigente, sem proteção social, etc. Ambos serão tratados na 3ª parte desta pesquisa.

*empreendimento solidário*, entendendo seu *clima organizacional* e as *práticas solidárias* como espaço social e de labor.

Algumas hipóteses orientaram a pesquisa desde o início, se confirmando ao longo da análise. Entre elas “a compreensão de que tais conquistas não aconteceriam, em função de que as transformações do trabalho seriam desencadeadas por necessidades histórico-materiais do capitalismo”, e mais, “mediadas por aparatos de consentimento ativo às mudanças”, proporcionado pelo que Barbosa (2007, p. 22) chama de “a cultura do auto-emprego, e contando com a participação decisiva do Estado”. No caso concreto: a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em 2003, por exemplo, fato que “aponta formalmente para uma reconceituação da informalidade, como novo aparato institucional de investimentos públicos na área e *interface* com a sociedade sobre o fenômeno do trabalho”. Nesse contexto, “o trabalho associado em economia solidária aparece como uma das respostas à nova sociabilidade do Capital”. (Ibid., p. 22-23).

Por outro lado, segundo Polanyi (2000, p. 186), “embora a sociedade humana seja naturalmente condicionada por fatores econômicos, as motivações dos indivíduos humanos só excepcionalmente são determinadas pelas necessidades do desejo-satisfação material”. Tal satisfação seria então a principal motivação para aqueles que desejam enveredar-se no empreendedorismo solidário? Para este mesmo autor, ainda, “assuntos puramente econômicos como os que afetam o desejo-satisfação são incomparavelmente menos relevantes para o comportamento de classe do que questões de reconhecimento social” (Ibid., p.186). A sociabilidade do capital, como posto, trabalharia nesse íterim simultaneamente com o desejo social destes indivíduos de autonomizar-se pela via da cooperação, com a intermediação do Estado, pois, “na realidade, sem a mediação estatal, não se viabilizaria a articulação dos sistemas produtivos diversos, sob a dominação das relações mercantis desenvolvidas” (FARIAS, 1996, p.14).

Sendo assim, nossa investigação trilhou na afirmação de que a economia solidária no quadro das políticas públicas são práticas sociais decorrentes do adensamento da questão social na vida capitalista, principalmente no embate da luta de classes em favor da acumulação, via mitigação, precarização do emprego, baixos salários, péssimas condições de trabalho e desproteção social, pois “o Estado se

descompromete com a ainda incipiente perspectiva social de universalização de direitos, entre eles o trabalho assalariado, ao mesmo tempo em que ensaia maior apoio a iniciativas de auto-emprego” (BARBOSA, 2007, p.23).

A década de 1990, marcada fortemente pela implementação das ideias liberalizantes no Brasil e em países da América Latina, atendendo, sobretudo, ao receituário proposto pelo chamado Consenso de Washington<sup>4</sup>, aparece nesta dissertação como um divisor de águas na nova configuração do Estado, precisamente nas relações com a política e a economia. Assim, este importante momento da economia política é tratado na primeira parte, cujo objetivo consiste em buscar identificar de que modo a política neoliberal implementada no Brasil promoveu uma importante desregulamentação, a mudança do papel do Estado e a onipresença do mercado; posteriormente, tentar mostrar a contribuição da política macroeconômica neoliberal para a formação do “exército de reserva”, na precarização da força de trabalho e, sobretudo, apontar que a política econômica do neoliberalismo e a grande expansão dos “empreendimentos de economia solidária” no país estão diretamente relacionados. Antes, porém, analisamos, ainda que brevemente, o capitalismo sob os moldes liberais, o contexto do Estado de bem-estar social, e em seguida o capitalismo do Estado neoliberal, principalmente o de funcionamento no Brasil, considerando a pertinência deste em relação ao recorte histórico e empírico referente à investigação realizada. Na segunda parte, analisamos a Economia Solidária e o caráter historicamente determinado da solidariedade, a partir de seus princípios, das suas propostas, de seus resultados práticos e de sua atuação em vários entes da federação, bem como no estado do Maranhão. Para isso, o empenho foi o de mostrar que os princípios da economia solidária experimentam resultados relativamente positivos em determinadas situações históricas e espaciais. Depois, buscamos demonstrar que existem elementos socioeconômicos singulares nos *empreendimentos solidários* maranhenses e que as intervenções, bem como as omissões nas ações político-

---

<sup>4</sup>Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados – FMI, Banco Mundial e BID – especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo Institute for International Economics, sob o título “Latin American Adjustment: How Much Has Happened?”, era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Tal encontro veio a ser batizado de O Consenso de Washington.

governamentais para os *empreendimentos de economia solidária* no Maranhão, precarizam ainda mais a força de trabalho, o que os leva inevitavelmente ao fracasso.

Nesta análise, recorreremos a bibliografia, documentos e dados contidos tanto no Atlas da Economia Solidária/ Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho)/Universidade Federal do Maranhão (UFMA) 2007, nas versões brasileira e maranhense, quanto à Gerência de Inclusão Produtiva da Secretaria de Estado em Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar do Estado do Maranhão (SEDES) e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir daí apresentamos as críticas de vários autores<sup>5</sup>, fundamentadas em importantes pesquisas sobre a temática do solidarismo. Ainda, a análise de como acontecem às relações intervencionistas do Estado, seu *modus operandi* quanto às políticas públicas para estes empreendimentos, sobretudo no Maranhão.

Na terceira e última parte é apresentada uma investigação mais detida sobre a ASCAMAR<sup>6</sup>, um empreendimento solidário urbano de São Luís, e o grupo de catadores do “lixão” da cidade de Santa Inês, que opera na modalidade do solidarismo informal. O objetivo aqui é procurar identificar, através da análise destes empreendimentos de economia solidária maranhense, as razões que levam às condições socioeconômicas deste espaço, marcado pela degradação humana, e a insólita “satisfação” de trabalhar num ambiente potencialmente insalubre, considerando o fato de que estes trabalhadores parecem ignorar os riscos a que estão expostos em um “lixão aberto”, como é o caso deste último. O objetivo, então, foi o de fazer uma leitura mais representativa, incluindo o interior do Maranhão, por tratar-se de uma investigação em nível estadual. De volta à análise da ASCAMAR, investigamos se as relações de trabalho dentro dela engendram uma revolução ou a mitigação de direitos. Assim, a delimitação espacial e temporal levou em conta o interesse direto pelo campo de pesquisa referente ao Maranhão, precisamente no governo estadual de José Reinaldo Tavares e o primeiro mandato de Luís Inácio

---

<sup>5</sup> Entre eles Aued (2011); Cattani (2002); Grade (2006); Veronese e Guarechi (2005); Barbosa (2007); Wellen (2007), entre outros.

<sup>6</sup> A ASCAMAR (Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis) é uma entidade de Economia Solidária localizada no centro histórico de São Luís, cuja atividade econômica gira em torno da coleta e seleção de materiais para reciclagem.

Lula da Silva na Presidência da República. No caso do Atlas Senaes/Unitrabalho, utilizamos a edição 2007, que corresponde aos anos de 2005 a 2007.

Por outro lado – numa reflexão desapaixonada em relação às hipóteses levantadas, sem, no entanto, contradizer nossas investigações –, reconhecemos que em determinados espaços e contextos históricos, as iniciativas solidárias, pensadas antes por Owen e depois por Singer, também resultariam em êxitos relativos, como, por exemplo, no Nordeste e no Sul do Brasil, mesmo que pontualmente. No caso do Maranhão, questionamos se haveria uma predominância de fracassos destas iniciativas solidárias, precisamente no que tange às condições de trabalho e renda no âmbito dos *empreendimentos*.

No conjunto, este trabalho dissertativo apresenta, a partir da crítica, como enfatiza Barbosa (2007, p. 26) “elementos introdutórios de análise da *economia solidária* capazes de apontar elementos para apreensão da práxis historicamente determinada que aparece *fetichizada* na cultura do empreendedorismo”, e que, por isso mesmo, não oportuniza para “todos” em pé de igualdade, condições para sobreviver dignamente, já que neste meio opera a lógica da seleção do “mais forte” e do “mais competente”, impossibilitando os “despossuídos de tais atributos”, - que são muitos - de serem exitosos. O interesse então consistiu primordialmente em apontar sinais que caracterizem a ação das políticas públicas, materializada nas omissões e intervenções governamentais, em que quase ou nenhum efeito se traduz em resultados que autonomizem tais empreendimentos.

Desse modo, nos perguntamos: no caso do Maranhão, em que medida as relações político-governamentais com os chamados empreendimentos de economia solidária contribuem para a precarização de seus trabalhadores? Tal questionamento parte do pressuposto de que os princípios norteadores da *economia solidária* defendidas por autores como Paul Singer experimentam um relativo êxito em determinadas situações históricas, todavia, no Maranhão fracassa esse processo de inserção socioeconômica em função de fatores predominantemente exógenos à própria experiência da economia solidária.

Quanto ao método a ser trabalhado na pesquisa, buscamos utilizar o método materialista-dialético, dentro da estrutura silogística, cujos elementos do método, no seu esquema, são 1) Interpretação, antecipação e transformação

concreta, isto é, superar a neutralidade científica positivista e assumir uma posição científica dialética, típica de um “intelectual orgânico” (Gramsci); abordar de maneira “crítica e revolucionária” (Marx) e 2) Análise concreta de uma situação concreta, ou seja, aplicar os diversos referenciais teórico-metodológicos marxistas aos fenômenos objetivos abordados de modo a realizar uma “análise concreta de uma situação concreta” (Lênin). E mais, o escopo metodológico da pesquisa está centrado, predominantemente, em uma perspectiva histórica, econômica, qualitativa, investigativa e analítica.

Por fim, reconhecendo que a temática da economia solidária já fora tratada por vários pesquisadores, entre eles o próprio Singer, haveremos de abordá-la sob outro olhar. Sobretudo, do ângulo da crítica empírica às *iniciativas solidárias* nos campos a serem examinados. Em razão da limitação de tempo de realização da pesquisa, trataremos as observações desenvolvidas no presente trabalho como iniciais e indicativas de reflexão.

## 1ª. PARTE – A POLÍTICA NEOLIBERAL NO BRASIL E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

As ideias do neoliberalismo remontam notadamente o início dos anos de 1980, com a chegada de Ronald Reagan e Margaret Thatcher ao poder, nos Estados Unidos e Inglaterra, respectivamente, polarizando e disseminando ao mundo um receituário político-econômico no qual o mercado deveria ser o *solucionador de todos os problemas*, cabendo ao Estado ocupar-se das questões básicas e elementares, pelo menos aparentemente. Todavia, foi a partir de 1989, com o Consenso de Washington, que se desencadeou toda uma tendência à abertura dos mercados, em especial na América Latina e, inevitavelmente, no Brasil.

Ademais, para uma retrospectiva da chamada fase neoliberal, é fundamental elencar pelo menos a crise de superprodução no início dos anos de 1970, compreendendo os últimos momentos dos chamados “30 anos gloriosos” e seus desdobramentos nas economias centrais, especialmente dos Estados Unidos, com o fim da convertibilidade do dólar, em 1971. Para Gomes (2009, p.87),

é igualmente importante ter clareza quanto a diversos aspectos e acontecimentos correlacionados como a ameaça da perda da hegemonia industrial; a ascensão da Alemanha e do Japão; a crise fiscal do Estado; a desvalorização do dólar; a inflação dos países centrais; a expansão do euromercado de moedas; a implantação de regimes militares por quase todo o continente com o apoio do pentágono; o endividamento externo e o advento do ‘milagre econômico brasileiro’(1969-1973).

No que concerne ao apontado receituário, Batista (1994, p.29) dirá que no caso do Brasil diretamente, “os princípios neoliberais consolidados no Consenso de Washington batem de frente com alguns dos pressupostos do modelo de desenvolvimento brasileiro e da política econômica externa que lhe dava apoio”. Neste caso, a argumentação frequente tanto por parte do governo brasileiro como dos partidos que lhe faziam oposição é o de que “não existe alternativa à proposta neoliberal. [...] A única capaz de modernizar o país, de permitir a retomada do desenvolvimento, a inserção na economia internacional e o acesso ao Primeiro Mundo” (Ibid., 1994, p.33).

Mas, como se dão as ações e consequências advindas da escolha neoliberal então implementada no Brasil, tais como a desregulamentação, o desvio

do papel do Estado e a onipresença do mercado? E qual a contribuição da política macroeconômica neoliberal na formação do “exército de reserva,” e na precarização da força de trabalho?

Como premissa - no sentido estratégico e ideológico – atentemos para o fato de que o Estado neoliberal desresponsabiliza-se quanto às questões sociais, o que, ainda assim, não implicaria a ausência de responsabilização, “pois se ampliariam os sistemas privados – como os empresariais e lucrativos – e os sistemas filantrópicos-voluntários como o terceiro setor” (NAZZARI, 2009, p.59). Depois, o mercado de trabalho passa por profundas mudanças em decorrência desta abertura, da intensificação da concorrência e das novas tecnologias e formas de produzir. O emprego, portanto, em tempo integral e a prazo indeterminado, garantido pelo tradicional vínculo empregatício, passa a ser apenas uma das várias modalidades de contratação de trabalho em tempos de liberalização.

Por outro lado, buscando também contribuir às respostas, no caso concreto, e destacando a questão social do desemprego, encontramos Pochmann (2008, p.14), ressaltando que “a mais recente trajetória ocupacional está relacionada ao novo padrão de inserção do Brasil na economia mundial”. E mais:

Desde 1990, com a abertura comercial e a progressão das desregulamentações econômica e financeira, os resultados obtidos pelo país não foram muito distintos dos que se verificaram anteriormente. Na década de 1980, em razão da grave crise da dívida externa, o Brasil optou pelo ajuste exportador. Com a drástica redução nas importações, foi possível alcançar significativos saldos comerciais, compatíveis com as necessidades de pagamento dos compromissos financeiros internacionais da época. Mas, a partir de 1990, o contexto internacional se apresentou distinto, com elevada liquidez disponível aos países com estabilidade monetária. Essa não era, ainda, a realidade brasileira, que até 1994 se caracterizava por altas taxas de inflação. [...] entre 1990 e 1993, o Brasil ensaiou a adoção de novas bases para sua reinserção externa, que foram, contudo, pouco percebidas diante da grave situação recessiva (POCHMANN, 2008, p.14).

Sendo assim, investigamos nesta parte tanto a atuação do Estado neoliberal quanto seus efeitos. Sobretudo aqueles causados pela repentina abertura e a desregulamentação, enfatizando a possibilidade da relação direta entre ele (o Estado neoliberal) e a grande expansão dos *empreendimentos solidários* em nível nacional, especialmente da década de 1990 até os dias atuais.

## 1º. CAPÍTULO

### **Contribuição da política de estado neoliberal na formação do “exército de reserva” e na precarização da força de trabalho**

O Estado moderno capitalista, em sua natureza e papel, nos prismas referentes às várias correntes de pensamento, suscita reiteradamente o interesse em debatê-lo e pô-lo no centro da discussão, isto porque o “fenômeno estatal obedece a leis que trazem a marca da história, em articulação orgânica com as formas assumidas pelo ser social na produção, na reprodução e na crise do capitalismo” (FARIAS, 2001, p.29-30).

Entre diversas correntes, a de Adam Smith (1776), por exemplo, vê o mercado funcionando sem interferência do Estado, e este se responsabilizando somente pela criação e manutenção dos serviços públicos para a sociedade. Um mercado livre, com um estado regulador e essencial para a determinação das regras do jogo, e um árbitro para interpretar e por em vigor as regras estabelecidas, este é o Estado pensado por Milton Friedman (s/d). Para Hernando de Soto (2001, p.15), o Estado é o capitalista e, como tal, “único modo viável de se organizar racionalmente a economia moderna”. Já os estruturalistas, ligados à CEPAL<sup>7</sup>, defendem a responsabilidade do Estado sobre a criação dos meios necessários à implantação de um processo de industrialização capaz de reduzir o atraso econômico. Na clássica afirmação do paradigma neoliberal, o Estado deveria ter um tamanho mínimo e todas as medidas devem ser adotadas para o alcance de sua redução. No entanto, para Keynes, o Estado é visto como agente indispensável de controle da economia, com objetivo de conduzir a um sistema de pleno emprego. E depois, o Estado pensado por Ávila (1963, p.163), que seria uma realidade natural, isto é, tem como fundamento último de seu poder o direito natural, porque o homem, nele contido, é um ser social.

Quanto às múltiplas determinações do Estado, Farias (2001, p. 24) defenderá em seu estudo que “não se toma o Estado por uma forma instrumental que possa ser utilizada para múltiplos fins, como o de promover a justiça, ‘o bem comum’ (Rawls,1993) e a paz (Kelsen, 1986)”. Para ele, “não é correto definir o

---

<sup>7</sup>A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe ou Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas (CEPAL) foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os seus membros.

Estado sublinhando a especificidade de sua dimensão jurídica”. E cita Pachukanis (1977, p. 174): “rejeita-se aqui a ideologia formalista que pretende apreender todos os papéis instrumentais do Estado como se o jurídico pudesse ser a expressão verdadeira, justa e plena dos fatos da existência desta forma”.

O autor enfatiza ainda que “os instrumentalistas e os formalistas servem-se da mesma muleta para apoiar uma definição defeituosa do Estado, sobretudo porque esquecem as determinações especificamente capitalistas deste Estado”. E reforça:

sua existência teria por condição necessária e suficiente a formação sobre um território dado, de um poder capaz de tomar decisões e fazer as leis oportunas: as que criam vínculos entre todos e que se fazem respeitar sem falta pela maioria dos membros do Estado-nação (Bobbio, 1987c:105). Entretanto, não é o isolamento abstrato dos aspectos essenciais da forma-Estado que vai além da visão superficial deste fenômeno; é preciso, ao contrário, apreender suas múltiplas determinações, fora da reificação que o Estado possa incitar, como na lógica formal das análises em termos de regulação. (FARIAS, 2001, p. 24-25).

Evidentemente Farias (2001, p.25) não vai deixar de analisar a relação entre o Estado e o capital, apontando que “do ponto de vista ontológico, atribui-se uma primazia do capital em relação ao Estado. Mas não se estabelece nenhuma hierarquia ou permuta de papel entre estas, nem entre as outras formas do ser social”. E sustenta:

a unidade entre o Estado e o capital é um resultado ao qual se chega, uma vez apreendidas as relações específicas e suas articulações mútuas; não se trata de um princípio escolástico, de um dado *a priori*. Quando se considera um aspecto particular da forma-Estado para apreender sua natureza capitalista, trata-se do efeito, e o capital é causa. Quando se considera um outro aspecto particular da forma-Estado para apreender seu papel na economia capitalista, o Estado é causa, enquanto o capital é efeito. [...] de modo que a determinação, em última instância, pela base técnica e econômica se reduz, por abstração, a uma questão metodológica. Desde então, que importa é a reciprocidade ou a relação orgânica entre o Estado e o Capital (FARIAS, 2001, p.26).

No mais, Farias (2001, p.26) defende que “o Estado representativo moderno é um ser social situado no tempo e no espaço; é rico em determinações; trata-se de uma realidade concreta, complexa e contraditória”. E, prossegue:

Para analisar a natureza e o papel do Estado no seio do capitalismo, recusa-se o funcionalismo que reduz o ser social estatal a sua ação sobre a base econômica e técnica. Pois não se pode jamais ignorar que estes elementos só se tornam plenamente verdadeiros e reais como relações orgânicas. Nesta recíproca interação, supõe-se, evidentemente, a primazia

ontológica da natureza do Estado sobre o seu papel (isto é, de sua forma sobre a função). (FARIAS, 2001, p. 27).

Para Hegel, “o Estado é um momento necessário da idéia, uma verdade racional absoluta, e até mesmo um padrão útil na avaliação das ações políticas passadas, presentes e futuras”. (HEGEL, apud FARIAS, 2001, p.34). Farias (2001, p. 34) aponta que, contrariando Hegel, Marx diria “tratar-se de uma forma social e histórica, cuja existência é particular e relativamente autônoma em relação à base (e, portanto, às classes sociais)”.

Mas qual Estado queremos entender? Como seria a *forma-Estado*?<sup>8</sup> Atentemos, então, a partir deste ponto, à análise dos tempos históricos dos Estados (capitalistas) de modelo liberal, a proposta do Estado de bem-estar social, até o Estado neoliberal, o qual almejamos objetivamente dar um importante enfoque, considerando “a riqueza das determinações da forma Estado, cujas relações com o capital são orgânicas” (FARIAS, 1996, p.9), atentando ainda para o fato de que o Estado moderno “qualquer que seja a sua forma, é uma máquina essencialmente capitalista” (ENGELS, s/d). Assim sendo, no cerne desta discussão, conforme já apontamos, escolhemos o Estado neoliberal como recorte principal, visto que as relações socioeconômicas neste paradigma levam a possibilidades reais de ligação com a desregulamentação, a precarização da força de trabalho e conseqüentemente à grande expansão dos empreendimentos solidários, fortemente percebidos no Brasil, sendo nosso interesse investigar tal fenômeno.

Começemos analisando o Estado na forma do liberalismo econômico, cuja contribuição principal foi o de ser o princípio organizador de uma sociedade engajada na criação de um sistema de mercado. Neste sentido, Polanyi aponta como se deu o nascimento do que ele chama de “credo liberal”:

Nascido como mera propensão em favor de métodos não-burocráticos, ele evoluiu para uma fé verdadeira na salvação secular do homem através de um mercado auto-regulável. Um tal fanatismo resultou no súbito agravamento da tarefa pela qual ele se responsabilizara: a magnitude dos sofrimentos a serem infligidos a pessoas inocentes, assim como o amplo alcance das mudanças entrelaçadas que a organização da nova ordem envolvia. O credo liberal só assumiu seu fervor evangélico em resposta às necessidades de uma economia de mercado plenamente desenvolvida (POLANYI, 2000, P.166).

---

<sup>8</sup>Cf. Farias, 2001; 1996.

No entanto, para o próprio Polanyi (2000, p.166), “seria inteiramente a-histórico antecipar a política do *laissez-faire* para a época em que essa palavra-chave foi usada pela primeira vez na França, em meados do século XVIII”. Sustenta o autor que o liberalismo econômico não era mais que uma tendência “espasmódica” até duas gerações mais tarde. E prossegue, apresentando os três dogmas clássicos representados pelo liberalismo econômico nos anos 1820: “o trabalho deveria encontrar seu preço no mercado, a criação do dinheiro deveria sujeitar-se a um mecanismo automático, os bens deveriam ser livres para fluir de país a país, sem empecilhos ou privilégios” (POLANYI, 2000, p.166).

Contudo, “foi nos anos 1830 que o liberalismo econômico explodiu como uma cruzada apaixonante, e o *laissez-faire* se torna um credo militante”. (Ibid., p.168). Transformava-se aparentemente, agora, a magnitude do empreendimento que significava a criação de um mercado de trabalho livre, bem como a extensão da miséria a ser infligida às vítimas do progresso.

Para Polanyi (2000, p.169): “Incitado pelo liberalismo econômico, que mudou de um interesse acadêmico para um ativismo ilimitado, algo semelhante ocorreu em duas outras áreas da organização industrial: meio circulante e comércio.” E explica:

O tema do meio circulante chegou à atenção da comunidade inglesa primeiro sob a forma de um aumento geral no custo de vida. Os preços duplicaram entre 1790 e 1815. Os salários reais caíram e os negócios foram atingidos por uma queda brusca no câmbio exterior. [...] O comércio livre internacional envolvia o mesmo ato de fé. [...] ele significava que a Inglaterra dependeria de fontes externas para seu abastecimento alimentar, que ela sacrificaria sua agricultura, se necessário, para ingressar em uma nova forma de vida na qual ela seria parte integrante de uma unidade mundial do futuro, vagamente concebida; que essa comunidade planetária teria que ser pacífica, pois do contrário, ela seria tornada segura para a Grã-Bretanha pelo poder de sua marinha; e que a nação inglesa enfrentaria a perspectiva de deslocamentos industriais contínuos pela firme crença na sua capacidade superior, inventiva e produtiva (POLANYI, 2000, p. 169).

O alcance global do liberalismo econômico pode ser então apresentado, ainda que de um modo sintético. Nada menos do que um mercado auto-regulável poderia assegurar o funcionamento desse mecanismo complexo. A não ser que o preço do trabalho dependesse do cereal mais barato disponível, não havia garantia para as indústrias não protegidas de que elas não sucumbiriam sob o penhor do voluntariamente aceito – o ouro. Assim, “a expansão do sistema de mercado do

século XIX foi sinônimo do comércio livre internacional, do mercado de trabalho competitivo e do padrão ouro – eles formavam um conjunto” (POLANYI, 2000, p. 170).

É relevante abordar que os administradores tinham que estar sempre alertas, para garantir o funcionamento livre do sistema. Assim, mesmo aqueles que desejavam ardentemente libertar o Estado de todos os deveres desnecessários, e cuja filosofia global exigia a restrição das atividades do Estado, “não tinha outra alternativa senão confiar a esse mesmo estado os novos poderes, órgãos e instrumentos exigidos para o estabelecimento do *laissez-faire*” (POLANYI, 2000, p.172).

Polanyi (2000, p.172), chama a atenção para esse fato como uma contradição, e mais, sobrepujada por outra. “Enquanto a economia *laissez-faire* foi o produto da ação deliberada do estado, as restrições subseqüentes ao *laissez-faire* se iniciaram de maneira espontânea. O *laissez-faire* foi planejado; o planejamento não”. Para esse autor, a primeira afirmação é verdadeira, já a segunda, quanto ao planejamento, foi posta em debate, pois “nenhuma prova de uma ‘tendência coletivista’ na opinião pública pôde ser encontrada anterior às leis que pareceriam representar tal tendência<sup>9</sup>” (Ibid., p.172-173).

Num segundo momento, elencando sinteticamente as fases posteriores propostas pelo autor, teremos: na década de 1920, o prestígio do liberalismo econômico no seu apogeu. “Centenas e milhões de pessoas haviam sido afetadas pelo flagelo da inflação; classes sociais inteiras, nações inteiras, haviam sido espoliadas”. (POLANYI, 2000, p.173-174). As privações dos desempregados, demissões de funcionários públicos, perdas das liberdades constitucionais, etc., eram consideradas um preço a pagar pelo cumprimento da exigência de orçamentos estáveis e moedas sólidas. A década de 1930 viu as proposições absolutas da década de 1920 serem questionadas. Após vários anos durante os quais as moedas foram praticamente restauradas e os orçamentos equilibrados, os dois países mais poderosos, Grã-Bretanha e Estados Unidos, encontram-se em dificuldades,

---

<sup>9</sup>“O eminente liberal Dicey, que tomou a si a tarefa de inquirir as origens do “anti-laissez-faire” ou como ele a chamava, a tendência “coletivista” da opinião pública inglesa, cuja existência era manifesta desde o final da década de 1860. Ele ficou surpreso de não encontrar qualquer prova dessa tendência a não ser nos próprios decretos legislativos” (POLANYI, 2000, p.173 [nota]).

abandonando o padrão ouro. As dívidas internacionais eram repudiadas integralmente e os pilares do liberalismo econômico eram abandonados pelos mais ricos e mais respeitáveis. Ademais, na década de 1940, o liberalismo econômico sofreu uma derrota ainda maior. Quem explica é próprio Polanyi (2000, p. 174):

Embora a Grã-Bretanha e os Estados Unidos tivessem abandonado a ortodoxia monetária eles ainda guardavam os princípios e os métodos do liberalismo na indústria e no comércio, na organização geral da sua vida econômica. Isto provaria ser um fator na precipitação da guerra e uma desvantagem em combatê-la, pois o liberalismo econômico havia criado e alimentado a ilusão de que as ditaduras só podiam resultar em catástrofe econômica. Em razão desse credo, os governos democráticos foram os últimos a compreender as implicações das moedas administradas e do comércio dirigido. [...] o legado do liberalismo econômico também impedia o caminho para um rearmamento oportuno em nome dos orçamentos equilibrados e da livre empresa que se imaginava serem os fornecedores dos unidos fundamentos seguros da força econômica da guerra (POLANYI, 2000, p.174).

É interessante aqui a observação de Polanyi, (Ibid., p.183), de que “nada poderia ser mais incisivo que a evidência da história sobre qual das duas interpretações conflitantes do duplo movimento é correta”. Para ele seriam: “a do liberal econômico, que afirma que sua política jamais teve uma oportunidade, tendo sido estrangulada por sindicalistas de visão estreita, intelectuais marxistas, fabricantes gananciosos e latifundiários reacionários”. Por outro lado, a dos seus críticos, “que podem apontar para a relação ‘coletivista’ universal contra a expansão da economia de mercado, na segunda metade do século XIX, como prova conclusiva do perigo para a sociedade inerente ao princípio utópico de um mercado auto-regulável”.

Ademais, para Polanyi (2000, p.195) o preconceito economicista foi ao mesmo tempo “a fonte da teoria da exploração cruel do capitalismo e do equívoco, nada menos cruel, porém mais erudito, que negou mais tarde a existência de uma catástrofe social”. E pontua:

A implicação significativa dessa última e mais recente interpretação da história foi a reabilitação da economia do *laissez-faire*. Se a economia liberal não causou qualquer desastre, então o protecionismo, que roubou ao mundo os benefícios dos mercados livres, foi um crime desumano (POLANYI, 2000, p.195).

Do período do estado de bem-estar social propriamente dito e num enfoque sobre a organização operária, Paul Mattick (1977, p. 98) dirá que “a democracia burguesa ligada ao ‘laissez faire’ – isto é, a condições sociais propícias

à organização e desenvolvimento de organizações operárias de tipo tradicional ou deixou de existir ou está em vias de desaparecer”. Desse tempo, concernente à relação do capitalismo imperialista com os países subdesenvolvidos, este autor dirá:

No estágio do capitalismo imperialista, os países atrasados querendo escapar à colonização, eram na verdade obrigados a tomar como ponto de partida para uma evolução o estado de coisas considerado até então, no contexto do “laissez faire”, como o resultado possível do processo de concorrência. Desde então, era vão esperar a emancipação de um desenvolvimento efectuado pelas vidas tradicionais. [...] Terminando com a ligação às práticas do “laissez faire” e da concorrência, a exploração basear-se-ia daí para frente no poder de gestão dos meios de produção. Esta prometia ser mesmo mais rendosa e segura exercida através de um sistema de gestão unificado e centralizado do que havia sido no passado, com o controle indirecto do mercado e as intervenções esporádicas do Estado. [...] mesmo nos Estados Unidos, a maior das potências capitalistas, procurou-se durante a Grande Crise consolidar a autoridade crescente de que o Estado usufruía, desde há pouco, fazendo tudo para que as massas aderissem à política do governo baseada na colaboração de classes (MATTICK, 1977, p 106-107).

Mattick (1977, p.108) sustentará que “o domínio social pode assumir formas extremamente diversas, indo da combinação Estado-monopólios ao fascismo e ao capitalismo de partido, mas em qualquer dos casos, os detentores do poder dispõem daqui para o futuro de tais meios que significam o fim do ‘laissez faire’ e a extensão do capitalismo autoritário.

O autor (Ibid.,p. 111) aponta que “considerar o ‘crescimento das forças produtivas’ como factor que determina o desenvolvimento global da sociedade era coisa particularmente acertada na era do ‘laissez faire’, submetida ao fetichismo da mercadoria”. E mais:

Na verdade, dado o individualismo econômico que então dominava, tudo levava a crer que as ‘forças produtivas’ se desenvolviam independentemente da vontade dos capitalistas e das necessidades do sistema. As exigências insaciáveis da acumulação tinham como consequência a expansão vigorosa e rápida daquelas forças, expansão que permitia por outro lado proceder constantemente a reorganizações da estrutura sócio-econômica, as quais iriam servir por sua vez de base a um novo desenvolvimento da produtividade social. Dizia-se que, historicamente falando, o capitalismo se encontrava justificado porque era a causa eficiente do desenvolvimento das forças produtivas, entre as quais o moderno proletariado industrial se contava como a maior. (MATTICK, 1977, p. 111-112).

No entanto, Mattick (1977, p. 112) fechará a análise deste período fazendo a defesa de uma sociedade sem classes, todavia eficiente, mas reconhecendo a inevitável resistência a ser enfrentada. Nas palavras dele:

Mesmo quando entrar pelos olhos dentro que o desenvolvimento total das capacidades produtivas tornará possível a formação e o bom funcionamento de uma sociedade sem classes, é mais que evidente que as classes directamente privilegiadas jamais renunciarão ao poder por esta única razão. Em todo o caso, neste campo, os proprietários e dirigentes dos meios de produção não poderiam agir senão 'enquanto classes'(MATTICK, 1977, p. 112).

Mais adiante, na fase de desenvolvimento capitalista situada entre 1945 e 1975, aponta Flavio Farias (2001, p. 45), que “intensificaram-se as lutas operárias e sociais centradas na crítica do trabalho, que se manifestaram, segundo Hardt e Negri, através de determinadas recusas”<sup>10</sup>. E prossegue ressaltando que:

Os eventos de 1968 servem de marco para o desenvolvimento de uma nova era, na medida em que revelaram que contratualização taylorista, fordista e keynesiana não haviam conseguido de maneira alguma eliminar ou ultrapassar o carácter antagônico das formações capitalistas (Guattari & Negri, 1985). [...] somente a partir dos anos 70, a contra-revolução burguesa da nova era do capitalismo revelou cada vez mais evidente, formas particulares de expressão tanto na base, marcada pela subsunção real do trabalho ao capital, quanto na superestrutura, onde se manifestam os fetichismos e as mistificações correspondentes. Assim, como notam Hardt e Negri ‘o pós-moderno assinala o fim da dialética entre trabalho e capital na constituição do Estado social’ (FARIAS, 2001, p.45-46).

Contudo, o próprio Farias ressalta que “as mutações no sistema não implicam o ‘fim do trabalho’, isto é, que o trabalho tenha deixado de ser realmente a fonte da riqueza material e social, e que a história tenha chegado ao seu término, com o fim da luta de classes”. E prossegue afirmando que “sob certos aspectos, as mediações desta dialética assumiram novas formas, sobretudo pela eliminação do trabalho vivo do ordenamento jurídico” (Ibid., 2001, p.46).

Ainda nesta análise, o autor considera interessante perceber as práticas estatais nos domínios econômicos e jurídicos, através da crítica aos autores burgueses contemporâneos. Dentre estes, destaca-se Rawls<sup>11</sup> (1997). Afirma que,

No campo da filosofia política, as formulações rawlsianas que obtiveram sucesso a partir dos anos 80 têm duas vertentes: uma pós-moderna (explorada por Rorty [1987]), propondo a ordem jurídica sistemática de um Estado fraco, sem vínculo com as lutas de classes; outra que se coloca do

<sup>10</sup> “1) Como recusa individual do trabalho submetido ao sistema salarial e disciplinar da grande indústria; 2) como recusa de massa da relação entre trabalho abstrato da fábrica taylorista e o regime de necessidades controlados pelo sistema de relações sociais fordistas; 3) como recusa generalizada da regulação da reprodução social normatizada do Estado Keynesiano” (HARDT & NEGRI apud FARIAS, 2001, p.45).

<sup>11</sup> Rawls, segundo Farias (2001, p. 46), sintetiza os conceitos-chave da democracia liberal. “Assim, os manuais de ciência política apresentam o principal defensor do Estado mínimo, quanto do Estado de justiça rawlsiano (Bobbio, 1987c:147). Porém, ver o livro de Rawls como uma defesa da política do Estado social”.

ponto de vista comunitário (explorada por Sandel [1982]), conduzindo a uma concepção de um Estado forte, capaz de subsumir efetivamente o espaço social dentro de sua ordem. Para Hardt e Negri, ambas as vertentes fazem parte de um mesmo sistema, que busca solucionar um dilema posto pelo trabalho vivo para o constitucionalismo (FARIAS, 2001, p.47).

Ainda segundo Farias (2001, p. 50), o Estado concebido por Rawls podia ser entendido como “pseudoconcreto”, se manifestando “através de uma estrutura mecânica de governo, com seus aparelhos burocrático-administrativos elusivos e repressivos dos conflitos sociais substanciais”. E fecha esta discussão, afirmando:

As formas fenomênicas estatais, simultaneamente flexíveis e vigorosas, consensuais e autoritárias, são perfeitamente adequadas tanto às práticas capitalistas neoliberais, como à chamada revolução política democrática, que se consolidaram a partir dos anos 80. Assim, favorecem a competitividade tanto por intermédio da restauração de subsídios e outras vantagens, como através da reabilitação de vantagens espúrias para que personifica o capital, em detrimento de que personifica a força de Trabalho, ao arrepio de direitos constitucionais anteriormente conquistados (FARIAS, 2001, p.50-51).

Mergulhando nos elementos e acontecimentos que montam o Estado neoliberal, na sua concretude, e mais, analisando-o de perto, vemos uma realidade complexa de um Estado tendencioso à classe burguesa, cujas formulações econômicas e políticas são engendradas para a precarização da força de trabalho e formadoras de um “exército de reserva” estratégico na compensação às crises de acumulação do capital.

Ademais, a identificação da política de Estado para o emprego, gestada a partir de e principalmente no Consenso de Washington, ministrada *a posteriori* na América Latina, sobretudo no Brasil, bem como sua repercussão, nos permite entender mais e melhor as consequências advindas da opção liberalizante.

Dessa época, Araújo retrata um tempo de inquietações e incertezas:

Num contexto mundial marcado por importantes transformações, o ambiente econômico brasileiro sofre grandes mudanças nos anos noventa. Dentre as principais, destacam-se uma política de abertura comercial intensa e rápida, a priorização à *integração competitiva*, reformas profundas na ação do Estado e finalmente a implementação de um programa de estabilização que já dura três anos. Paralelamente o setor privado passa por uma reestruturação produtiva também intensa e muito rápida (ARAÚJO, 1997, p.1072).

Apesar dos movimentos reestruturantes e da inserção do país no mercado mundial, o ritmo de expansão de sua economia permaneceu contido e bem abaixo do esperado, suscitando pressões da população economicamente ativa. Assim, o baixo crescimento econômico comprometeu a geração de empregos, o que resultou na ampliação do desemprego e dos postos de trabalho informal na década de 1990. É o que constata Pochmann (2008, p.11), quando enfatiza que “A constituição de um novo modelo econômico brasileiro a partir de 1990 repercutiu no produto nacional e no nível geral de emprego de mão-de-obra”.

Neste sentido, Singer (1979, p.182) chama a atenção para a contradição clássica do capitalismo, isto é, a tentativa de assegurar o pleno emprego ao mesmo tempo em que engendra a formação do exército de reserva. Em suas palavras:

A tentativa de assegurar o pleno emprego mediante redução do custo de trabalho presente pode não só impedir ‘mudanças de processo’(que é o objetivo visado) mas é capaz de frustrar a introdução de ‘novos produtos’, o que resultaria na paralisação do desenvolvimento. Isto decorre não só do fato de que o desenvolvimento do capitalismo requer um certo exército industrial de reserva, mas, sobretudo das relações entre acumulação de capital, taxa de lucro, taxa de mais-valia e produtividade do trabalho (SINGER, 1979, p.182).

A experiência dos anos de 1990 demonstra que mesmo o Estado imperialista tem limitações para contornar efetivamente a crise capitalista. Entretanto, os Estados Unidos se firmaram como país símbolo do rentismo, com o Estado absorvendo o capital inativo nacional e internacional para rolar sua dívida, ao transformar seus títulos públicos em refúgio seguro para capitais mundiais em momentos de incerteza.

Desse modo, para o governo brasileiro ampliar o volume de recursos para o pagamento dos juros da dívida pública, foi praticada uma brutal elevação da carga tributária, especialmente na fase do Plano Real, no ápice, portanto, da consolidação do projeto neoliberal.

Ainda sobre a financeirização do país neste período, Araújo (1999, p.14) aponta que

A adoção do modelo de estabilização, consubstanciado no Plano Real, marca, com mais evidência, a opção pela crescente importância da financeirização da riqueza, também no Brasil. O País tentou resistir, mas nossas elites — herdeiras do colonialismo e do ganho rentista — foram patrocinando a política da rendição, que se faz mais evidente a partir, sobretudo, dos anos 90. [...] Submisso ao rentismo mundial, o Brasil assiste

a sua economia ser garroteada, apresentando desde 1994 taxas cada vez mais modestas de crescimento até chegar à recessão de 1999. Paralelamente, cresce com rapidez a taxa de desemprego, com o País apresentando cerca de 10 milhões de desempregados urbanos ao lado de outros 12 milhões em precárias condições de emprego. Enquanto bilhões são gastos, anualmente, para remunerar regamente os aplicadores, credores do governo, faltam recursos para as demais políticas, inclusive para as políticas regionais.

Xavier (1992, p.67), ao analisar a extensão da privatização de empresas estatais, importante marco desta década, dirá que:

Não foi por ideologia social-libertária, equívoco de condução da política ou penitência das elites capitalistas que a estatização da propriedade, bem como de suas funções capital-produtivas no ciclo econômico (monetárias, produtivas e comerciais), veio a se estender na dimensão em que se deu no Brasil. E não seria por via de reversão de tais razões que as funções capital-produtivas ainda estatizadas viriam a experimentar sua desestatização (XAVIER, 1992, p.67).

Em síntese, podemos notar até aqui que, se o Estado liberal se apresenta de fato como um Estado mínimo, o Estado neoliberal, por sua vez se articula mínimo na sua aparência, porém máximo na sua essência. Desse modo, o Estado neoliberal se traduz em fraco porque deixa o mercado na primazia, no entanto, também é forte porque se articula entre a classe trabalhadora e este mesmo mercado, sobretudo na forma Estado.

### **1.1 Engendrando a formação do “exército industrial de reserva”**

Nesta seção a pesquisa foi construída com intenção de buscar a gênese da formação do “exército industrial de reserva”. Para isso, nos detivemos em demonstrar que a lei geral da acumulação capitalista, conforme pensado por Marx, permite examinar qual a influência do aumento do capital sobre a classe trabalhadora.

Sobre este aspecto, Marx chama a atenção para como os trabalhadores, através de suas próprias mãos, ao propiciarem a acumulação do capital, produzem a sua subsunção ou submissão completa ao sistema capitalista, estando ou não este trabalhador dentro de uma fábrica.

A subsunção formal é característica do período em que os processos de produção do capital se apropriam da forma social do trabalho da manufatura. Já a

chamada subsunção real ocorre quando as máquinas são introduzidas no processo de produção, possibilitando o desenvolvimento da grande indústria.

A subsunção dos processos de trabalho e do trabalhador ao capital se originou a partir de uma forma de organização do trabalho preexistente, na qual, através de um processo histórico, operou-se uma expropriação material e simbólica dos produtores independentes, transformando-os em trabalhadores assalariados. Para Marx, o trabalho só deixa de ser artesanal, passando a ser formalmente subsumido, na medida em que o capitalista individual consegue ampliar grandemente o volume de capital empregado, aumentando com isso a quantidade de operários, possibilitando a realização de “força coletiva”, desindividualizando o trabalho e ampliando a eficácia da extração da mais valia. Neste momento, a subsunção é formal porque, embora o trabalhador esteja submetido à obrigação de vender sua força de trabalho ao capitalista, no âmbito da produção, no momento mesmo da realização do trabalho pode-se observar que, na manufatura, o ritmo e intensidade do trabalho ainda são fundamentalmente determinados pela capacidade e habilidade físicas do trabalhador.

A subsunção real, no entanto, é para Marx a realização da lógica capitalista em sua plenitude. Com a introdução da maquinaria na produção nasce a grande indústria capitalista. Diferentemente da manufatura, a produtividade e, portanto, o ritmo da produção não depende mais das habilidades e capacidades físicas dos homens, mas sim do ritmo e da longevidade da máquina. O homem passa a ser somente um apêndice da máquina na produção. Não é mais o trabalhador que se utiliza dos meios de produção, mas os meios de produção que se utilizam do trabalhador. A introdução da maquinaria inaugura uma fase no modo de produção capitalista em que não só o trabalhador, dentro da fábrica se submete ao capital, mas também a sua família. São dadas, portanto, as condições para que todo ser humano seja escravo e dependente do capital, o trabalho, produtor e reproduzidor de mais-valia, passa a ser central na vida, até mesmo daqueles que não trabalham e aparentemente não contribuem para a reprodução e produção do sistema.

O que se pode observar através do conceito de subsunção real é que as forças produtivas sociais do trabalho se desenvolvem possibilitando a aplicação da ciência e da maquinaria para a produção imediata e em larga escala de mais mercadorias com um mínimo de trabalho possível. A redução da quantidade de

trabalho necessário provoca uma redução relativa na necessidade de se ter trabalhadores, possibilitando a formação de um excedente de pessoas prontas para o trabalho.

Mas, como se dará a produção deste excedente de mão-de-obra? Para Marx a resposta está na própria lógica da acumulação e ampliação do capital.

Há um momento do crescimento da acumulação do capital em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho se torna fator imprescindível para a produção e reprodução do sistema, proporcionando a continuidade e crescimento da acumulação. O aumento na produtividade implica exatamente uma alteração na composição técnica do capital, que se supunha constante até então. O grau de produtividade no trabalho, numa determinada sociedade, se expressa pelo volume relativo dos meios de produção que um trabalhador, num tempo dado, transforma em produto, com o mesmo dispêndio de força de trabalho. A massa dos meios de produção que transforma aumenta com a produtividade do seu trabalho (MARX, 2005, p.725).

Os meios de produção acabam desempenhando um duplo papel com relação à produtividade. A utilização e incremento de uns é consequência de outros e condição do aumento da produtividade, ou seja, a incorporação de determinados instrumentos de trabalho se dá por causa de um aumento ocorrido na produtividade, entretanto, há determinados instrumentos que, ao serem incorporados, provocam o aumento da produtividade.

Nota-se que o aumento da produtividade implica em uma alteração na composição técnica do capital. Implica também num aumento do capital em geral, observando-se, no entanto, um maior crescimento da massa dos meios de produção em relação à quantidade de trabalho necessário para colocá-la em funcionamento.

Para demonstrar como se forma a mão de obra excedente, Marx afirma que o desenvolvimento e crescimento da produtividade do trabalho coletivo só são possíveis com o desenvolvimento da cooperação em grande escala. Somente através desta forma de organização da produção é possível parcelar o trabalho, organizando sua divisão de maneira que cada trabalhador produza como uma única força coletiva de forma mais otimizada, economizando os meios de produção, forjando um instrumental de trabalho como sistemas de máquinas que possuem mais eficácia quando utilizados coletivamente, possibilitando, portanto, a transformação do processo de produção em uma aplicação lógica e tecnológica da ciência, proporcionando uma maior e mais eficaz exploração do trabalho humano em

busca da ampliação da acumulação de capitais. Assim sendo, acumular nada mais é do que ter cada vez mais capital para investir em mais capital. Ter certo grau de acumulação de capital é a condição de existência do modo de produção capitalista.

A redução relativa do emprego da força de trabalho pelo capital não significa que, em números absolutos, tenha diminuído a quantidade de força de trabalho utilizada pelo mover no intuito de garantir esta acumulação. A maneira de se ter capital é a extração cada vez maior de mais-valia, a partir da exploração do trabalho. A mais-valia extraída/produzida do trabalho humano é convertida em capital, este capital é convertido em meios de produção, alterando a composição técnica do capital. A alteração da composição técnica, com redução cada vez maior da parte variável em relação à constante, leva a um aumento de produtividade, garantindo um aumento da exploração da mais-valia, que por sua vez é revertida em mais capital, propiciando a acumulação.

Vê-se que a acumulação proporciona a ampliação de riquezas que funcionam como capital nas mãos de capitalistas individuais. Esta riqueza, concentrada, possibilita ao capitalista investi-la em capitais, proporcionando o desenvolvimento da produção em grande escala, ampliando a produtividade, desenvolvendo, assim, o próprio modo de produção capitalista.

Depois de seguir o caminho da concentração nas mãos de vários capitalistas individuais, o capital social tende a se centralizar. Neste sentido, Marx enfatiza que:

O capital adicional formado no curso da acumulação atrai, relativamente à sua grandeza, cada vez menos trabalhadores. E o velho capital periodicamente reproduzido com nova composição repele, cada vez mais, trabalhadores que antes empregava (MARX, 2005, p.731).

O que determina a procura de trabalho não é a magnitude do capital global, mas sim o seu componente variável, que cai progressivamente com o aumento da produtividade e conseqüentemente com o aumento do capital global. O que deve ser entendido é que, com o aumento do capital global cresce também a força de trabalho que nele se incorpora, só que em proporções cada vez menores.

O aumento do capital global faz com que o sistema necessite de mais trabalho, mas sem contratar trabalhadores, assim são utilizadas tecnologias e

métodos para incrementar a produtividade, liberando parte dos trabalhadores, diminuindo a necessidade destes com relação ao crescimento do capital.

Assim, afirma Marx:

A acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente (MARX, 2005, p.733).

No mesmo cenário, o autor dá atenção à capacidade humana, à prática humana. Assim, ele afirmará que “[...] acumulação capitalista sempre produz [...]”. Quem produz são os homens, quem produz as condições necessárias para que ocorra a acumulação capitalista é o ser humano, o trabalhador e, sobretudo, o capitalista. O primeiro, ao exercer sua atividade, produz sempre um valor excedente, que é convertido em capital e reinvestido pelos capitalistas seguintes, para possibilitar a acumulação. Então, é a própria população trabalhadora com os capitalistas, que, ao produzir a acumulação do capital, desenvolvendo as forças produtivas, criam as condições para a sua dispensabilidade, forjando a si mesma como uma população supérflua. A produção de uma população excedente é, portanto, um produto necessário do desenvolvimento da riqueza do sistema capitalista.

Ademais, além de ser um produto do próprio sistema, esta população excedente passa a ser imprescindível, já que se constitui num exército industrial de reserva absolutamente disponível ao capital, proporcionando material humano sempre pronto para ser usado no sistema como uma função reguladora, como bem se quer e entende, sem qualquer limite.

A existência deste excedente exerce forte pressão sobre os trabalhadores empregados e o capitalismo acirra esta pressão dividindo a classe trabalhadora em três blocos: empregados, parcialmente empregados e desempregados, sendo que os dois últimos fazem parte do chamado exército industrial de reserva. Uma parte da classe trabalhadora é submetida a uma exclusão forçada - parcial ou total - do sistema fabril, fruto da exploração excessiva da outra parte que produz para o enriquecimento dos capitalistas e, ao mesmo tempo, junto com os excedentes, produz e reproduz esta fatídica condição de existência.

É este conjunto de ativos excedentes que ao servir como concorrência, regula os movimentos gerais dos salários e regulam também a oferta de emprego no mercado de trabalho. Se a acumulação do capital aumenta, aumenta a necessidade de trabalho, mas aumenta também a oferta de trabalhadores, já que o crescimento da acumulação possibilita liberação destes trabalhadores através da implementação de algum incremento tecnológico que possibilita a extração de mais trabalho de menos gente. Além disso, o número muito grande de oferta de trabalhadores desempregados faz com que os empregados ofereçam mais trabalho, possibilitando ao capitalista a multiplicação da força de trabalho nas fábricas sem a necessidade de se contratar um homem sequer, ou aumentar qualquer salário. A existência de um exército industrial de reserva torna completo o despotismo do capital sobre todos os trabalhadores.

Neste ínterim, quem seriam os protagonistas do exército industrial de reserva? Para Marx,

seriam todos aqueles trabalhadores que estivessem desempregados ou parcialmente empregados, e que quanto maiores à riqueza social e o capital em função desta riqueza, a capacidade e força de crescimento deste capital, a magnitude do proletariado e a capacidade da força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. (MARX, 2005, p.622).

Como foi demonstrado, a força de trabalho disponível cresce pelas mesmas causas que crescem as forças de expansão do capital. A magnitude do exército industrial de reserva cresce, portanto, junto com a riqueza. Graças ao progresso da produtividade do trabalho social uma quantidade sempre crescente de meios de produção pode ser utilizada com uma quantidade cada vez menor da força de trabalho.

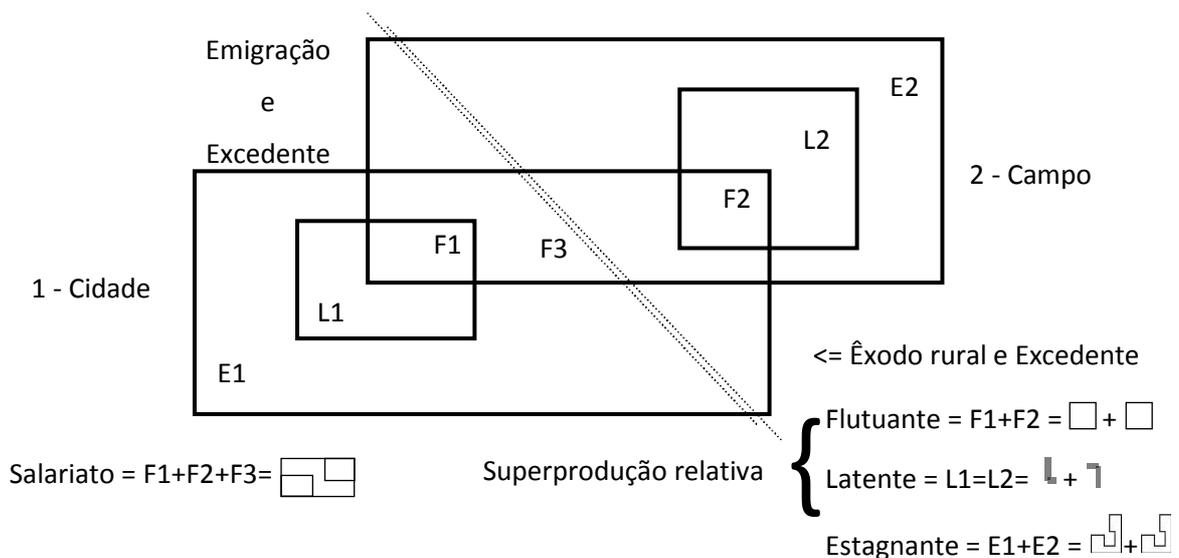
Assim, todo processo de construção deste excedente de mão-de-obra obedece à lógica mais evidente do capital, submetendo todos os homens a uma dinâmica de produção que proporcione ao sistema se produzir e reproduzir a partir da extração da mais-valia do trabalho humano.

Neste caso, para Farias (2005, p. 12), “uma vez determinada a condição peculiar aos trabalhadores que são utilizados na extração de mais-valia, pode ser apreendida a condição dos que fazem parte da superpopulação relativa”, isto é, “[...] a determinação (qualitativa e quantitativa) da estrutura da superpopulação relativa

depende da situação desta em relação à força de trabalho submetida ao salariedade propriamente dito num regime de acumulação dado” (FARIAS, 1996, p.32).

### Ilustração 1

#### Esquema representativo do Exército Industrial de Reserva ou da Superpopulação Relativa



Fonte: Farias, 1996.

Com a ilustração acima, Farias (1996) busca explicar o processo de formação do chamado exército industrial de reserva. Diria que a representação  $F1 + F2 + F3$  corresponderia à força de trabalho assalariado, em que  $F3$  faz parte do conjunto de assalariados ativos e formais, e  $F1 + F2$  faz parte da superpopulação relativa flutuante. Já  $L1 + L2$ , pertenceria à superpopulação relativa latente e por fim,  $E1 + E2$  à estagnante.

Segundo ele (Ibid., 2005, p. 13), cada par 1 e 2 poderia representar as desigualdades espaciais (centro e periferia), de gênero (masculino e feminino), étnicas (branco e negro), dentre outras possibilidades. Os limites desses conjuntos e subconjuntos são muito dinâmicos, visto que o cenário pode ser alterado, ou seja, no tempo presente está sob uma dessas formas e num outro dado momento pode estar sob outra.

Neste caso, estando a superpopulação relativa em todas as suas formas, contida no mercado de trabalho capitalista, e estas formas retroalimentando umas às outras, conforme vai desarticulando os sistemas produtivos - presentes na superpopulação relativa estagnante - são por isso, considerados menos eficazes.

Para Farias, (1996, p. 35) isto acontece por que

o movimento do capital provoca, por um lado, a liberação de operários originários destes sistemas produtivos (para colocá-los na situação de superpopulação relativa latente ou flutuante), o que significa produção da força de trabalho pelo capital, por outro lado, a perpetuação do operário livre através do salário, o que significa reprodução da força de trabalho pelo capital. É o grau de desigualdades do desenvolvimento do capitalismo que determina a importância relativa desta produção e desta reprodução da força de trabalho (FARIAS, 1996, p.35).

Ao tratar de uma forma de Estado no quadro do neoliberalismo, que vai desempenhar funções específicas que afetam a gestão da superpopulação relativa, em termos da relação já explicada anteriormente no esquema representativo do exército de reserva ou desta população relativa, o próprio Farias (1996, p. 11) vai dizer que “convém não esquecer da riqueza das determinações estatais organicamente vinculadas ao capital”. E por isso, sustenta que

para evidenciar a ligação entre as funções estatais de gestão do espaço e da força de trabalho em experiências periféricas, quando geralmente ocorrem ações e *obras de utilizadas privada e de impostura pública*<sup>12</sup>, insiste-se em partir da problemática da articulação dos sistemas produtivos. Considerar-se-á, então, a categoria do espaço atual, desvendando certos aspectos escondidos do tempo histórico e revelando, simultaneamente, a importância da regulação estatal da força de trabalho e do espaço no contexto da realização concreta do modo de produção capitalista(FARIAS, 1996, p. 13).

Nesta definição, Farias (1996, p. 15) vai reforçar:

Para que as relações de produção dos sistemas produtivos dominados entrem no processo de circulação capitalista dominante, o Estado age sobre formas da socialização dos agentes privados para torná-los adequados à extensão da reprodução capitalista ao conjunto da formação social [...] A ação estatal se manifesta, por um lado, pela violência direta (expulsões, repressão) ou indireta (legislação agrária, clientelismo), por outro lado, pela intromissão na forma de créditos, de projetos infra-estruturais, de agências de desenvolvimento e de colonização<sup>13</sup>(FARIAS, 1996, p. 15).

<sup>12</sup>Farias (1996) vai buscar em BORDIGA, Amadeo. Op. Cit., p. 123 esta expressão.

<sup>13</sup> Ver FARIAS, Flavio Bezerra de. L'État et le processus de socialisation capitaliste au Bresil. Doctorat d'État, Universidade Paris XIII, dezembro de 1988, p. 90-91. Ver também MATHIAS, Gilberto e SALAMA, Pierre. L'État surdeveloppé. Paris: Maspero, 1983.

Ainda desta análise, agora num enfoque da relação direta entre capital e trabalho, buscamos também em Antunes (2009, p. 187) pontos concretos dentro do que ele considera em seu estudo como “a crise do movimento operário e a centralidade do trabalho hoje” e “as dez teses e uma hipótese sobre o presente (e o futuro) do trabalho”. Nas palavras dele:

O neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois, contemplando [...] a desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores. [...] tudo isso acabou por afetar fortemente o mundo do trabalho, em varias dimensões (ANTUNES, 2009, p. 187).

Neste estudo Antunes (2009, p. 248-249) tratará da engenharia da liofilização no microcosmo da produção, que “[...] intensificaram-se as formas de extração de trabalho, ampliam-se as terceirizações, metamorfoseiam-se as noções de tempo e de espaço”. Onde [...] “uma empresa concentrada pode ser substituída por várias pequenas unidades interligadas em rede, com número mais reduzido de trabalhadores e produção bem maior”.

Na tese da era da informatização e a época da informalização do trabalho, tão inerentes ao modelo neoliberal, este autor (2009, p. 250) dirá que

[...] quanto mais as empresas laboram na implementação das ‘competências’, da chamada ‘qualificação’, da gestão do ‘conhecimento’, mais intensos parecem tornar-se os níveis de degradação do trabalho (agora, no sentido da perda de liames e da erosão da regulamentação e da contratação) para uma parcela enorme de trabalhadores(as). (ANTUNES, 2009, p.250).

De fato, numa época de flexibilização com as bênçãos do Estado e na perspectiva do capital e sua relação com a força de trabalho, Marx (2005, p.749) vai sustentar que “a lei que mantém a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva no nível adequado ao incremento e à energia da acumulação<sup>14</sup> acorrenta o trabalhador ao capital”. Portanto, o *modus operandi* da desigual relação capital – força de trabalho.

---

<sup>14</sup> Marx, dirá ainda que esta acumulação, “determina uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Acumulação de riqueza num pólo é, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no pólo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital” (2005, p.749).

## 1.2 Neoliberalismo no Brasil com desemprego e precarização da força de trabalho

Como premissa para discussão sobre a precarização da força de trabalho, Mészáros (2003) aponta que:

Os obstáculos, no presente e no futuro próximo, podem ser resumidos em duas palavras: flexibilidade e desregulamentação. Dois dos slogans mais apreciados pelas personificações do capital nos dias atuais, tanto nos negócios como na política, soam interessantes e progressistas [...], pois a flexibilidade em relação às práticas de trabalho – a ser facilitada e forçada por meio da desregulamentação em suas variadas formas corresponde, na verdade, à desumanizadora precarização da força de trabalho (MÉSZÁROS, 2003, p. 112).

A precarização desta força no quesito emprego e das condições de trabalho suscita sempre importantes discussões, tanto para composição das políticas de emprego e renda dos governos, quanto na academia, em seus observatórios, pesquisas e fóruns, sem falar no dia-dia das pessoas reais e diretamente envolvidas.

Subsidiando ao debate, faz-se necessário um retorno histórico para entender o contexto do neoliberalismo, pois a partir da década de 1980, e principalmente na década de 1990, acontecem grandes mudanças no campo da política e da economia, para não dizer, “uma divisão de águas”, com consequências, sobretudo para o mercado de trabalho, em função justamente da concretização das ideias liberais.

Por este e por outros estudos, não é difícil identificar grandes contingentes de “trabalhadores supérfluos” ao pensar a realidade brasileira dos anos 1990, afinal basta considerar os indicadores sociais mais básicos referentes à saúde, escolaridade e moradia para perceber que grande parte da população está orbitando às margens do sistema capitalista excludente. Daí o porquê da questão do desemprego assumir contornos tão trágicos, pois os desempregados muitas vezes não possuem o mínimo de qualificação, ou condições para ingressar no cada vez mais concorrido mercado de trabalho e assim garantir condições razoavelmente dignas de sobrevivência.

Para Montenegro, na égide da flexibilidade o país mergulha ainda mais profundamente no desemprego e na precarização:

Num mercado de trabalho marcado por profunda heterogeneidade, extrema flexibilidade e elevada assimetria de poder, a forma como se deu a reorientação da política econômica nos anos 90, não poderia deixar de ter efeitos perversos sobre o “mundo do trabalho”. Por um lado, houve um aumento assustador das taxas de desemprego e de precarização dos postos de trabalho, o que, em face da insuficiente estrutura de seguridade social existente, torna-se insuportável e perverso para os trabalhadores. Por outro lado, num ambiente em que o desemprego grassa e que, por conseqüência, aumenta ainda mais a já elevada assimetria de poder em favor do lado da demanda no mercado de trabalho, houve profundas alterações nas relações de trabalho. Nos anos 90 assiste-se no Brasil a uma verdadeira crise no emprego. Ao mesmo tempo em que as taxas de desemprego mais que dobram, segundo dados PME/IBGE, contas nacionais/IBGE de 2001, passando de 3,35 % em 1989 para 7,55% em 1999, assiste-se a uma crescente precarização das condições de trabalho (MONTENEGRO, 2009, p.10).

O crescimento do emprego sem carteira assinada e o por conta própria, denunciam que houve, especialmente após 1994, um movimento crescente de desestruturação no mercado de trabalho brasileiro. Entre 1990 e 1997, 9 em cada 10 novos empregos criados foram no setor informal, especialmente, serviços informais para famílias ou indivíduos (Ibid., p.11).

Ainda conforme Montenegro,

O desemprego formal, neste sentido, só não foi maior porque continuou aumentando em ritmo intenso tanto o trabalho por conta própria como o trabalho sem carteira assinada. As altas taxas de desemprego verificadas nos anos 1990 acabaram por alimentar, assim, o crescimento do setor informal. Os trabalhadores expulsos do setor formal, ao não terem perspectiva de conseguir um novo emprego assalariado com carteira assinada, acabaram por migrar para o setor informal. Ao mesmo tempo em que o setor informal cresce complexifica-se sua relação com o setor formal. Até o final dos anos 1980, a ligação entre o setor formal e o informal dava-se, indiretamente, pelo circuito da renda, ou seja, parte da renda gerada no setor formal gerava demanda por produtos e serviços do setor informal. Na década de 1990, essas relações se dão também pelo circuito produtivo: devido ao processo de reestruturação produtiva, as empresas do setor formal passam a contratar produção e serviços do setor informal (Ibid., p.11).

Não obstante a ênfase na flexibilização dos contratos de trabalho, a fim de reduzir os custos sociais e trabalhistas da mão-de-obra, a desestruturação do mercado de trabalho não foi alterada. Nesse contexto, a queda no custo de contratação contribuiu ainda mais para reduzir a renda dos ocupados e a base de arrecadação tributária. “Ao longo da década de 1990, a terceirização recebeu enorme impulso no Brasil. Considerando-se tão somente o emprego assalariado formal terceirizado, nota-se a sua inédita expansão” (Ibid., p.28).

No que concerne à desestruturação do mercado de trabalho, Pochmann (2008, p. 66) chama atenção para os anos 1980, quando “observou-se a desaceleração na queda das ocupações do setor primário da economia, enquanto o setor secundário deixou de apresentar maior contribuição no total das ocupações”. Ainda segundo o autor, “Ocorreu um inchamento do setor terciário, ao mesmo tempo em que o desemprego se tornava maior e as ocupações geradas eram precárias” (Ibid., 2008, p. 66).

O próprio Pochmann pontua que:

De outro lado, houve o crescimento significativo do emprego assalariado sem carteira assinada, acompanhado da ocupação por conta própria. Tudo isso colaborou para a volta do crescimento da precarização do mundo do trabalho. Houve assim, uma inequívoca interrupção na estruturação do mercado de trabalho, tendo o assalariamento contido o seu ímpeto expansionista. De cada dez ocupações abertas entre 1980 e 2000, sete eram assalariadas, sendo quatro sem carteira assinada e três com registro formal. Como consequência, as ocupações por conta própria, as sem remuneração e os empregadores representaram 30% do total das vagas geradas no mercado durante o mesmo período. Essa ampliação que evitou o crescimento ainda maior do desemprego, não deixou de contribuir, por um lado, para a elevação da precarização do mercado de trabalho (Ibid., p.67).

### **1.3 A repercussão socioeconômica da implementação das ideias neoliberais e o engendramento do “exército industrial de reserva brasileiro”**

Depois de entender os mecanismos de submissão do trabalho ao capital e do cenário do desemprego e da precarização, através da pesquisa faz-se uma análise concreta, de uma situação concreta, sobretudo do impacto que esta submissão, via liberalização, causou e engendrou para formação do “exército de reserva brasileiro”.

Pochmann (2008, p.12) destaca a reestruturação produtiva e nível de emprego no país, dizendo que “a formação do novo modelo econômico brasileiro deu-se por meio de quatro distintos comportamentos das atividades produtivas e ocupacionais, e todos eles apresentaram resultados em relação ao emprego no país”. Destaca ainda que, “o nível de emprego deslocou-se relativamente ao produto a partir de 1990, quando a situação do comércio externo alterou-se profundamente”.

Fazendo uma análise cronológica do cenário desta reestruturação produtiva e do nível de emprego<sup>15</sup>, Pochmann (2008, p.12-13): dirá:

No período de 1990 a 1992, diante da recessão econômica, verificou-se a queda de 3,9% na produção nacional, seguida da redução de 8,4% no emprego assalariado formal e da elevação de 130% na taxa de desemprego. [...] No segundo momento, entre 1993 e 1997, o processo de reestruturação produtiva registrou importante recuperação da produção doméstica, estimada em 23,4%, enquanto o emprego assalariado formal apresentou redução de 1,4%, e a taxa de desemprego cresceu 18,5%. [...] No terceiro momento, verifica-se entre 1998 e 1999, ocorreu a desaceleração generalizada do conjunto das atividades econômicas, com a queda da produção interna em 1,6% e do emprego formal em 3,1%, o que trouxe uma elevação considerável do desemprego: 45%. A partir de 1999, com a mudança cambial e a subsequente desvalorização do real, o nível do emprego começou a registrar um movimento menos desfavorável ao trabalhador. E por fim, do ano 2000 aos dias de hoje, o processo de reestruturação produtiva combinou a ampliação do saldo comercial com a elevação do nível de emprego (POCHMANN, 2008. p.12-13).

Na busca das causas da formação do “exército de reserva brasileiro” e, sobretudo da precarização da força de trabalho, Pochmann (2008, p. 68) considera que as mudanças em torno das formas de ocupação e a população economicamente ativa inserida no mercado de trabalho “expressam uma desestruturação, que teve início na década de 1980, a partir do abandono do projeto de industrialização nacional e da adoção sistemática de políticas macroeconômicas de corte liberal”. Destaca ainda que por esse motivo devem ser acrescentadas “as medidas direcionadas à desregulamentação do mercado de trabalho adotadas na década de 1990, o que contribuiu ainda mais para o avanço da precarização das ocupações”.

E mais, (Ibid., p. 69): “Em função disso, nota-se que durante a década de 1990 a desestruturação do mercado de trabalho foi mais evidente”. Para ele, “Um dos principais aspectos desse fenômeno foi o significativo aumento do desemprego e do desassalariamento, provocado pela contenção dos empregos com registro em relação ao total da ocupação”.

Contudo, quando a questão é a grande quantidade de ocupações precárias, Pochmann enfatiza:

De 1992 a 2002, por exemplo, quase dois terços do aumento da ocupação na indústria de transformação no Brasil ocorreram por intermédio do trabalho autônomo. Simultaneamente, na década de 1990 sete em cada dez postos de trabalho pertenceram a somente quatro grupos ocupacionais:

<sup>15</sup> Fonte: BACEN e FIBGE ( cf. Pochmann, 2008).

trabalho doméstico, ambulantes, serviços de limpeza e manutenção e segurança. [...] a grande quantidade de ocupações precárias reforçou a heterogeneidade no mercado de trabalho nas últimas décadas do século XX, o que resultou, em geral, no exercício precário dos postos de trabalho, sem regulação pública e distante da organização sindical. [...] alguns sinais de retrocesso na proteção social no Brasil são percebidos a partir da queda da renda do trabalho e da elevação do desemprego aberto e das ocupações precárias(Ibid., p 120-121).

E quando tratar-se do gasto social público na tentativa de amenizar os números do desemprego?

Inicialmente, deve-se alertar para o fato de que o nível geral de emprego em uma economia de mercado encontra-se diretamente vinculado ao investimento do setor privado e aos dispêndios do governo. No caso da economia brasileira, entre 1995 e 2004 o total de ocupados em relação à população em idade ativa (mais de dez anos de idade) aumentou 1,7%. Com isso o nível geral de emprego passou de 56,3% da população em idade ativa, em 1995, para 57,3%, em 2004. Em relação às ocupações totais, foram gerados 13,3 milhões de novos postos de trabalho no mesmo período(Ibid., 125).

Ainda segundo Pochmann,

para o mesmo período, a taxa de investimento total (formação bruta de capital fixo) caiu 7,7, enquanto o gasto social do governo federal aumentou 34,3%. [...] a cada 100 postos de trabalho abertos atualmente no setor urbano, 34 dependem diretamente do gasto social<sup>16</sup>, enquanto na metade da década de 1990, esse número era de 18 a cada 100 novas geradas. Sem a elevação do gasto social, a taxa de desemprego de 9,03% (8,2 milhões de desempregados) registrada em 2004 (IBGE/Pnad) poderia ter alcançado 11,4% (10,4 milhões de desempregados) da população economicamente ativa, isto é, 2,2 milhões de desempregados a mais no país (Ibid., p.125).

É importante ressaltar que para Singer (2000, p. 29) pensar a precarização do trabalho é considerar que ela “inclui tanto a exclusão de uma crescente massa de trabalhadores do gozo de seus direitos legais como a consolidação de um ponderável exército de reserva e o agravamento de suas condições”. Portanto, a flexibilização, desregulamentação ou precarização do trabalho divide o montante de trabalho economicamente compensador de forma cada vez mais desigual. Nesse sentido, Singer (2000, p.30) acrescenta: “enquanto uma parte dos trabalhadores trabalha mais por uma remuneração horária declinante, outra parte crescente dos trabalhadores deixa de poder trabalhar”.

<sup>16</sup> Gasto social com saúde, educação, habitação, previdência e assistência social, trabalho, entre outras (POCHMANN, p 125, 2008).

Sendo assim, constatamos que a política macroeconômica neoliberal contribuiu na formação do “exército de reserva,” e na precarização da força de trabalho. Isto porque foram contundentemente oferecidos dados que confirmam, de tal forma que o desencadeamento a partir da liberalização da economia gerou depressão na oferta de emprego e desestabilização das relações no *mundo do trabalho* brasileiro.

A seguir, no segundo capítulo, tratamos da composição e expansão considerável do setor do solidarismo no Brasil, concomitantemente às ideias neoliberais postas à sua população e analisamos alguns aspectos que confirmam essa relação direta e, sobretudo, às condições de não assalariamento como solução de ocupação do trabalhador da “reserva”.

## 2º. CAPÍTULO

### **Implementação das ideias neoliberais e o crescimento vertiginoso dos “empreendimentos de economia solidária” no Brasil**

O neoliberalismo encontra no Brasil da década de 1990 o melhor dos lugares para se instalar. Isto porque as condições políticas e de estrutura econômica do país estão fragilizadas e sem rumo, condições decorrentes da década precedente, permeada de números desestimulantes, resultado do fraco crescimento econômico e de um processo inflacionário atroz, sem falar que “a situação de facilidade na recepção neoliberal contou com o paralelo amortecimento dos conflitos sociais por força da queda do comunismo e da crítica social na perspectiva dos trabalhadores” (BARBOSA, 2007, p. 75). O clima é favorável, e é tudo que se quer, pois “na sociedade civil neoliberal, a dinâmica social caracteriza-se pela competição privada sem grandes regulações públicas e interferências do Estado. [...] deixando o Estado como componente à parte” (Ibid., p.75).

Ademais, a ação política do Estado liberal e o recuo das lutas sociais, na década de 1990 para cá, “induziram a condições políticas e culturais favoráveis à interiorização das desregulações sociais enquanto crenças e práticas. As grandes desigualdades daí advindas geraram mais desproporções de poder em favor do capital mundializado” (CHESNAIS apud BARBOSA, 2007, p.54).

Neste sentido, constata-se que o Estado exerce papel fundamental na consolidação do projeto burguês, pois “a tenacidade das consequências sociais da mundialização do capital, hoje, tem demonstrado que não se trata de um sistema controlável pela força racionalizadora dos homens, como previsto pela tecnocracia, ou pelo mercado, como abordam os liberais” (BARBOSA, 2007, p. 54). Assim, as ideias neoliberais foram conformando um quadro de retraimento das responsabilidades estatais e sua absorção pela sociedade civil.

Buscando a não redundância na análise do cenário político e econômico brasileiro dos primeiros instantes do neoliberalismo, mas, com o intuito de retomar a discussão deste momento histórico, faremos uma contextualização, para, em seguida, estabelecer a relação com a realidade da *economia solidária* e a sua incontestável expansão na década de 1990.

Para isso veremos que os anos de 1990 marcam, desde o início, novas escolhas estratégicas importantes. As aberturas financeira e comercial, patrocinadas pelo Governo de Fernando Collor de Melo e aprofundadas no Governo Fernando Henrique Cardoso, abrem a economia do Brasil à competição com agentes estrangeiros e à crescente internacionalização. A desnacionalização do sistema bancário e da base produtiva representa uma das marcas principais desta fase do país. Do ponto de vista comercial, a principal política foi a de redução das alíquotas do imposto de importação, bem como outras medidas de ordem a desmantelar a máquina estatal e oferecê-la à iniciativa privada.

Quanto ao significado do Estado na regulação econômica anticíclica, a conjuntura não deixa de experimentar trágicas consequências: “a própria extensão da capitalização especulativa, sobre aquecimento ainda maior dos mercados financeiros, tanto quanto agravamento de crise, recessão e escalada inflacionária, sob desaquecimento ainda maior dos mercados comerciais” (XAVIER, 1992, p.43).

Ainda, Xavier trata da condução da política econômica neoliberal do governo de Fernando Collor, permeada de crises e descontroles:

Sob a condução neoliberal, a política econômica perde sua razão de ser. Simplesmente porque, neutralizar não propriamente o surgimento das crises periódicas que, na verdade, se apresentam regularmente nas economias capitalistas [...]. Mas, neutralizar, em suas representações, a evolução das tendências socialmente desagregadoras que se desenvolvem nas crises periódicas, foi o objeto em torno do qual vieram a se erigir, nas crises do desenvolvimento capitalista, de um lado, atividades, agentes e capital, estatais, de outro, a própria política econômica, normatizando tais ações econômicas do Estado (XAVIER, 1992, p.37).

De outro ângulo, Batista fala da moda neoliberal que assola o início da década de 1990 e apresenta a tese do Estado mínimo: redução ou liquidação?

A contradição entre a prática e o discurso se revela indiscutível na área da política fiscal. Para justificar o encolhimento do Estado, invocam-se os excessos de regulamentação, asfixiantes das forças produtivas. Sua ineficiência como empresário e sua irresponsabilidade fiscal, foco principal de inflações crônicas. [...] O que não se deve é, em nome de um falso conceito de responsabilidade fiscal, buscar equilíbrio em nível tão baixo de receitas e despesas que inviabilize o desempenho pelo Estado de funções essenciais de incentivador do desenvolvimento, de promotor do pleno emprego e da justiça social (BATISTA, 1994, p.20).

Assim, Batista (1994, p. 21) dirá que neste momento, “fala-se em emagrecer o Estado para torná-lo mais eficiente. Mas o que parece se pretender, na verdade, é reduzi-lo a níveis tão ínfimos que desorganizariam a máquina estatal”.

Por sua vez, o choque de competitividade aplicado ao tecido produtivo nacional, com as diversas políticas adotadas nos anos de 1990, força muitas empresas a se reestruturarem, e as que não o conseguem tendem a desaparecer, fundindo-se a outras ou fechando. As consequências: desemprego e precarização da força de trabalho dos brasileiros.

Mas por que o fenômeno acontece? Singer responderá que

O desemprego e o subemprego em países não-desenvolvidos soam ser encarados como frutos de um “desequilíbrio” entre oferta e demanda por força de trabalho, a oferta sendo condicionada primordialmente por fatores demográficos – crescimento vegetativo da população e migração do campo às cidades – e a demanda resultando de fatores econômicos, sobretudo do ritmo das inversões e da seleção de técnicas.[...] O que pretendemos ter mostrado, neste trabalho, é que tanto a demanda quanto a oferta de força de trabalho são determinadas pelo movimento do capital (SINGER, 1979, p.181).

Como já apontamos, Singer defende a posição de que “não por acaso, produz o capital mais força de trabalho do que, em condições médias, pode absorver” (Ibid., p.184). A razão básica deste desequilíbrio é que, sendo a reprodução do capital governada por um movimento cíclico, ela requer a existência de um exército de reserva, já tratado anteriormente nesta pesquisa.

Posteriormente, Singer apresenta as séries históricas do mercado de trabalho brasileiro. Estas oferecem números que confirmam, de algum modo, uma forte presença da precarização da força de trabalho, mesmo quando se constata que:

A demanda formal de trabalho vem crescendo no Brasil como resultado do desenvolvimento industrial capitalista. Essa foi a tendência ao menos desde os anos 30, quando a legislação trabalhista foi introduzida em ritmo acelerado, dando conteúdo à distinção entre emprego formal e informal. As obrigações impostas pela legislação implicam um custo que ultimamente vem se tornando mais pesado para os empregadores. [...] o emprego informal só é alternativa viável a pequenas firmas ou aquelas que só contratam mão-de-obra temporária (Id., 2000 p.108).

Por outro lado, como já foi abordado, a mais recente trajetória ocupacional está relacionada ao novo padrão de inserção do Brasil na economia mundial. “Desde 1990, com a abertura comercial e a progressão das desregulamentações econômica e financeira, os resultados obtidos pelo país não

foram muitos distintos dos que se verificaram anteriormente<sup>17</sup>” (POCHMANN, 2008, p.14).

“Na década de 1990, sobretudo, observou-se a maior presença das importações como responsável por certa ‘exportação’ de empregos do setor industrial estimada em 1,2 milhão” (POCHMANN, 2008, p.14). Dessa forma, a aquisição de bens e serviços estrangeiros contribuiu para a destruição de parcela significativa dos empregos internos e para a criação de postos de trabalho no exterior. Mas a partir de 1999, com a alteração do regime cambial, o movimento de reinserção da economia brasileira apresentou resultados diferentes dos verificados até então. Apesar do baixo ritmo da expansão da produção interna, o nível de emprego voltou a crescer de forma destacada.

A partir de 1990 a dinâmica do mercado de trabalho sofreu importante modificação: a desestruturação do mercado de trabalho assumiu maior proporção, com a desaceleração do assalariamento e a proliferação de diversas formas de contratação de trabalhadores. Assim, da década Pochmann aponta os efeitos no mercado de trabalho, a partir desta dinâmica:

[...] Para os 24,6 milhões de brasileiros que ingressaram no mercado de trabalho entre 1975 e 1989, 94,7% conseguiram uma ocupação. [...] Já a partir de 1990, o desemprego avançou rápida e consideravelmente. A cada cem brasileiros que ingressaram no mercado, trinta, em média, perderam seu posto de trabalho: o desemprego tornou-se dez vezes maior que no período imediatamente anterior (POCHMANN, 2008, p.25).

---

<sup>17</sup> Na década de 1980, em razão da grave crise da dívida externa, o Brasil optou pelo ajuste exportador. Com a drástica redução nas importações, foi possível alcançar significativos saldos comerciais, compatíveis com as necessidades de pagamento dos compromissos financeiros internacionais da época. Mas, a partir de 1990, o contexto internacional se apresentou distinto, com elevada liquidez disponível aos países com estabilidade monetária. Essa não era, ainda, a realidade brasileira, que até 1994 se caracterizava por altas taxas de inflação. [...] Entre 1990 e 1993, o Brasil ensaiou a adoção de novas bases para sua reinserção externa, que foram, contudo, pouco percebidas diante da grave situação recessiva. Somente com a estabilização monetária alcançada a partir do segundo semestre de 1994, as novas bases de reinserção externa tornaram-se mais nítidas. Num primeiro momento, enquanto perdeu o cenário cambial desfavorável internamente (valorização do real), agravado pela ausência de políticas industrial ativa, comercial defensiva e social compensatória, houve recuperação das atividades econômicas, praticamente sem efeitos positivos relacionados ao emprego formal (1995 a 1998). (Pochmann, 2008, p.14-15).

## 2.1 O desemprego e o aumento da ocupação não assalariada

As inovações advindas pelas transformações econômicas e políticas no contexto produtivo do capital não se fizeram sem a criação de laços diretos entre processos dessa natureza e processos culturais. Assim são produzidas e lançadas ideias e valores que atuam no convencimento do trabalho informal como alternativa social.

Desse modo, Barbosa dirá tratar-se da “cultura do auto-emprego”, baseada em dois eixos temáticos de sustentação:

- 1) defesa do trabalho por conta própria como uma realidade concreta intangível e como mobilizadora das virtudes empreendedoras de ‘empresariamento de pequeno porte’ e 2) difusão da ‘sociedade por conta própria’, como alternativa para diminuição da intervenção estatal na promoção do emprego assalariado e na garantia de direitos sociais tendentes à universalização (BARBOSA, 2007, p.66-67).

Essa cultura apresenta-se então como mediadora dos processos de produção material que assegurem a dominação econômica e política, mediante a formação das consciências e práticas das classes sociais. “Enquanto processo social, a cultura possibilita captar os vínculos entre a crise do capital e as novas modalidades de controle de trabalho, como o auto-emprego e a economia solidária” (BARBOSA, 2007, p.67).

No caso concreto, a cultura da ocupação não assalariada como alternativa de trabalho e renda apresenta no início da década de 1990 índices que indicam uma mudança neste sentido. Dos que conseguiram ocupar-se, somente seis a cada dez foram contratados como assalariados, dos quais 75% em regime formal de trabalho. Em contrapartida, houve o aumento da ocupação não assalariada, em geral sem proteção social e trabalhista.

Como consequência da desestruturação do mercado de trabalho no Brasil, ocorreu uma queda significativa do rendimento do trabalho na renda nacional. E o que é mais grave:

dos 50% da renda nacional absorvida pelo trabalho no fim da década de 1970, passou-se para menos de 36% em 2003. Além disso, houve uma modificação importante na composição da renda do trabalho. No período de 1975 a 1989, quase 80% do rendimento do trabalho era formado pelo salário do empregado (quase dois terços oriundos do emprego formal) e 14,3% do trabalho autônomo. Já no período posterior (1990 a 2003), a ocupação autônoma absorveu quase 21% da renda total do trabalho, enquanto a ocupação assalariada ficou com menos de 70% dessa renda

(somente 52% provenientes do emprego formal). (POCHMANN, 2008, p.27).

Neste contexto, Singer apresentará as tentativas dos pequenos para empreender em micronegócios, no intuito de sobreviver à desocupação assalariada, e a experimentação de fracassos nas iniciativas:

A transformação de desempregados em microempresários ou operadores autônomos está em sintonia com a atual tendência descentralizadora, mas não dá aos entrantes em mercados em geral, já muito competitivos, uma chance razoável de sucesso. Falta aos novos competidores experiência profissional, conhecimentos de como operar um negócio independente, além do reconhecimento junto à clientela potencial. Por estas razões, apenas uma minoria dos que tentam esse caminho obtém êxito. [...] em outras palavras: se pequenas empresas criadas por desempregados tivessem, desde o início, eficiência e clientela que as viabilizassem, a sua atividade geraria uma demanda adicional de mesmo valor que a oferta adicional de mercadorias que ela suscita (SINGER, 2000, p.120).

E aqui, Singer vislumbrará formas para o enfrentamento ao desemprego, oferecendo uma solução extracapitalista, como, a título de exemplo, dos empreendimentos de imigrantes no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, cuja solução extracapitalista para o desemprego foi, historicamente, a emigração. Países assolados por desemprego em massa, como a Itália e a Irlanda, no século passado, organizavam a emigração de parte de sua população redundante a países “novos” como os Estados Unidos, Austrália, Argentina, Brasil, etc., “onde os trabalhadores tinham oportunidade de se organizar em pequenas empresas, formando mercados locais. O dinamismo dos mercados dependia do fato de serem *protegidos da concorrência do grande capital* pelo seu relativo isolamento”. (SINGER, 2000, p.121). As colônias italianas e alemãs que estão na origem da prosperidade do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina são exemplos deste processo.

Singer insiste na solução não capitalista para o desemprego. Contudo, entra em contradição ao defender a necessidade de uma “proteção” aos empreendimentos de economia solidária como condição de sobrevivência destes dentro da dinâmica de competição do capital. Desse modo, “para resolver o problema do desemprego é necessário oferecer à massa dos socialmente excluídos uma oportunidade real de se inserir na economia por sua própria iniciativa”. (SINGER, 2000, p.122). E prossegue exortando que “Esta oportunidade pode ser criada a partir de um novo setor econômico, formado por pequenas empresas e

trabalhadores por conta própria, composto por ex-desempregados, que tenha um mercado protegido da competição externa para seus produtos”. E completa:

Tal condição é indispensável porque os ex-desempregados, como se viu, necessitam de um período de aprendizagem para ganhar eficiência e angariar fregueses. Para garantir-lhes o período de aprendizagem, os próprios participantes do novo setor devem criar um mercado protegido para suas empresas (Ibid., 2000, p. 122).

No entanto, para Barbosa (2008, p.68), “a proposição do empreendedorismo é um desdobramento da ideologia e institucionalidade neoliberal voltada para a liberalização da economia e a quebra das regulamentações sociais”. Entretanto, há motivações distintas para empreender, pois nos países de renda alta o empreendedorismo é motivado pela “oportunidade” e nos países periféricos o principal incentivador é a própria “necessidade”, como no caso brasileiro, pelo alto índice de desemprego, desigualdade social e frágil proteção pública.

O fato é que “no tocante às experimentações da sociedade, elas ganharam sentido no amplo processo reformista dos anos 1990, que desqualificou o Estado como instância política e de proteção social” (BARBOSA, 2007, p.173). Para Montaño (2002, p.57), “na cultura do novo liberalismo, a sociedade civil substituiu o Estado na responsabilização com a questão social, fazendo-o por meio de ações tópicas, fragilizadas e despolitizadas de agentes não-governamentais”.

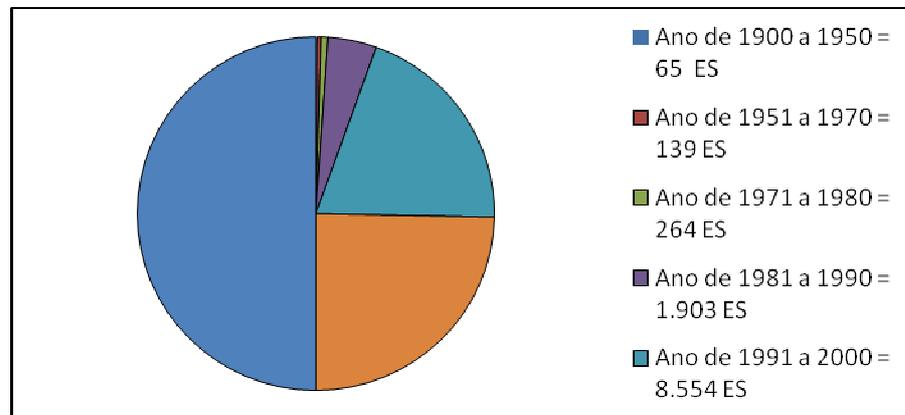
Concretamente, Singer (2000, p.123) sustentará que uma maneira de criar o novo setor de reinserção produtiva, “é fundar uma cooperativa de produção e de consumo, à qual se associarão a massa dos sem-trabalho e dos que sobrevivem precariamente com trabalho incerto”.

Tal afirmação gerará questionamentos pertinentes, por exemplo, se esta “via” é solução derradeira para a ocupação e renda. E mais, o crescimento absurdo dos *empreendimentos de economia solidária* gerou uma mudança positiva à classe trabalhadora? Os números de sua expansão mudaram a cara do desemprego?

As respostas virão na segunda parte. Antes, porém, haveremos de apresentar o crescimento dos *empreendimentos solidários* no Brasil ao longo dos anos.

## Ilustração 2

## Quantidades de empreendimentos por ano de início como Empreendimentos Solidários



Fonte: Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES, 2011).

Analisando o gráfico acima, que apresenta a evolução em mais de um século, faz-se necessário somente atentar às últimas décadas do século XX e início do século XXI. Desse modo, verificamos um verdadeiro *boom* dos *empreendimentos solidários* na década de 1990, justamente no mesmo período de concretização das ideias neoliberais, isto é, concomitantemente, um forte índice de desemprego e uma grande expansão da *economia solidária* como alternativa à desocupação.

O próprio Singer vai discorrer sobre o cenário apontado, reforçando nossos pressupostos. Nas palavras do autor:

a economia solidária começou a ressurgir, no Brasil, de forma esparsa na década de 1980 e tomou impulso crescente a partir da segunda metade dos anos 1990. Ela resulta de movimentos sociais que reagem à crise do desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990 (SINGER, 2002, p.25).

Quando se trata da evolução dos desempregados, vemos:

Tabela 1

Número de desempregados por ano

Anos/Desempregados: Brasil (em mil)		
<b>1980:</b> 964,2	<b>1989:</b> 1.891,2	
<b>1997:</b> 5.881,8	<b>2001:</b> 7.785,8	<b>2006:</b> 8.210

Fonte: Pochmann, 2008, p.39, IBGE/Pnad ajustadas.

Os dados do quadro anterior apresentam cinco espaços temporais, porém, foquemos somente aos números do início da década de 1980, com seus 964,2 mil desempregados comparados com números do início da década de 2000, precisamente o ano de 2001, com 7.785,8 mil desempregados. No período de 1980 a 2001, encaixam-se devidamente as chamadas décadas perdida (1980) e neoliberal (1990), ficando evidente um grande e considerável aumento de desempregados, sobretudo nesta última.

Ligando agora estes fatos à categoria da *economia solidária*, Singer vai explicar como na prática, os *empreendimentos solidários* são criados, e sua motivação empreendedora:

Em 1991, tem início o apoio de assessores sindicais a operários que conseguem se apossar da massa falida da empresa que antes os empregava, formando uma cooperativa de produção, que retoma as operações e assim 'salva' os postos de trabalho até então ameaçados de fechamento (SINGER, 2002, p.25).

Mas, que salvamento é este, se os números são incontestes? Não dá para desconsiderar a queda na oferta de emprego na década de 1990 e a corrida para empreender nos *espaços solidários*, a não ser que Singer estivesse sustentando que o quadro do desemprego estaria ainda mais crítico, caso não houvesse esse movimento rumo ao empreendedorismo solidário. Certamente esta última possibilidade se mostra factível, todavia, são trabalhadores envolvidos numa total desproteção social pelo Estado.

Podemos concluir que os estudos da temática do trabalho tradicionalmente definem a precarização do emprego, numa oposição ao emprego assalariado formalmente contratado, protegido por leis ou por negociações sindicais.

Contudo, a precarização do emprego discutida nesta parte, vai mais além. Para Barbosa é rasa essa definição, por entender que é precário também, o trabalho que se realiza sob uma ou mais das seguintes condições:

a) em tempo parcial do dia/semana/mês com extensas jornadas de trabalho, com pagamento por produção/serviço e, b) destituído de garantias legais de estabilização ou proteção contra dispensas, de carga horária definida, de descanso semanal e férias remuneradas, realizado em condições insalubres, sem seguridade social, seguro-desemprego, aposentadoria, e licença-maternidade, licença-doença, sem cobertura de acidentes de trabalho, entre outros quesitos (BARBOSA, 2007, p.40).

Outro fato é que os movimentos de ampliação e retração do capital fazem e refazem espaços para as atividades não tipicamente capitalistas, evidenciando suas relações de subordinação com a mercantilização. “Do ponto de vista liberal, porém, essa segmentação social é natural, pois é assim que se apresentam, é assim que funcionam a produção e a distribuição de riqueza” (BARBOSA, 2007, p.53).

Prevedo existir somente no futuro a possibilidade de afastamento do Estado na proteção do emprego e a corrida a empreender no solidarismo, Rifkin (1995, p.272), profetiza que “a globalização do setor de mercado e a diminuição do papel do setor governamental significarão que as pessoas serão forçadas a se organizarem em comunidades de interesses próprios para garantirem seu próprio futuro”. O que este autor não consegue antever é que seriam antecipadas velozmente suas profecias, sintetizadas no título de seu estudo: “O Fim dos Empregos”.

Diante dos fatos levantados até aqui, constatamos que a cultura do auto-emprego funciona como uma válvula de escape e de absorção da força de trabalho *reservada*, sem falar que seus mecanismos precarizam o trabalho,

por colocar o trabalhador em condições de vida arriscadas; à cruel concorrência do mercado, sem ações coletivas de enfrentamento, sem cobertura social no futuro ou no momento em que não mais puder dispor da força de trabalho (BARBOSA, 2007, p.40).

Sustentamos, para um entendimento de que a desregulamentação e a flexibilização afetaram sobremaneira a taxa de emprego na década de 1990, que o mercado de trabalho no Brasil passou por um processo significativo de desestruturação, com elevação da taxa de desemprego, redução da participação dos salários na renda nacional e diminuição absoluta do contingente de assalariados formais. Todos os indicadores, como mostramos, apontam para um aumento da informalidade e uma corrida à ocupação não assalariada.

Ademais, reforçamos que a política neoliberal foi preponderantemente responsável pela formação do “exército de reserva,” e por consequência, engendrou a precarização da força de trabalho, no quesito emprego, e empurrou este exército a condições de trabalho por demais degradantes nos chamados empreendimentos de economia solidária, que serão em seguida apresentados, discutidos e criticados. Contudo, reconhecemos relativos êxitos em algumas empreitadas *solidárias*,

mas descartando qualquer menção à emancipação de seus sujeitos dentro da ordem do capital, por acharmos, no conjunto, serem antagônicos, capital e solidarismo.

Por fim, mostramos que são paradoxais as ideias neoliberais – em seus aspectos ideológicos – ligadas à meritocracia individual e ao crescimento dos empreendimentos de economia solidária – um tipo de organização que tem em sua principal proposta a coletividade e a cooperação –, suscitando com isso, pela verdadeira intenção da estrutura do paradigma neoliberal, o serviço de absorção, e até mesmo de controle social. Desse modo, um espaço de autonomia, sonhado pelos “utópicos solidários”, estaria longe de sua realização.

## 2ª. PARTE – A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O CARÁTER HISTORICAMENTE DETERMINADO DA SOLIDARIEDADE

O sonho de formar uma sociedade emancipada há tempos permeia o imaginário dos povos. Robert Owen (1770-1858), um dos socialistas utópicos, na concepção de Engels(s/d), estabelece sua vida ao redor de uma estrutura social na qual todas as pessoas têm seus afazeres e seus espaços específicos previamente determinados, sem deixar, no entanto, de vislumbrar possibilidades de emancipação socioeconômica em outros contextos de ordem social que não mais o do capital.

Para Grade e Aued (2011, p.1), “muitas são as experimentações, enquanto crítica empírica, portanto reais, na busca pela construção de uma outra sociedade que se contrapõe ao modo de produção capitalista”. Tal crítica, pelo que já pesquisamos<sup>18</sup>, pode estar sendo materializada, sobretudo nos últimos anos, na forma, na concepção e no modelo da categoria econômica e de inserção ao trabalho nomenclaturada de *Economia Solidária*<sup>19</sup>.

Além das iniciativas de Owen, surgem as de Pierre Joseph Proudhon (1809-1865), com um único sonho, o de formar esta nova sociedade, que depois, vem a se metamorfosear no final de século XX no Brasil, em campos e cidades, como modo de sobrevivência ao desemprego e a precarização. É em Paul Singer, o socialista utópico da contemporaneidade – principalmente o Singer dos anos de 1970<sup>20</sup> - que a economia solidária encontra também a sua base teórica de sustentação para discussão nesta pesquisa.

Todavia, quando o debate é sobre a autogestão no âmbito do solidarismo, como um dos elementos de busca da autonomia - já que a emancipação sonhada se

---

<sup>18</sup> Wanderley (2008; 2010).

<sup>19</sup> A forte inovação tecnológica e a terceirização de serviços, entre vários outros fatores, impulsionaram o aumento da produtividade, porém, a custo da eliminação de postos de trabalho, produzindo informalidade e a precarização do trabalho (RIFKIN, 1995; ANTUNES, 2000). No pano de fundo desse panorama, nasce o movimento denominado de “economia solidária”, que surge como uma resposta a essa nova realidade do mundo do trabalho. O movimento traz consigo um novo modelo de organização, com a promoção de mudanças nas relações de trabalho, as quais agreguem melhores qualidades de vida, trabalho e renda (SINGER, 2000).

<sup>20</sup> Nos anos 2000, vemos outro Paul Singer, com posições menos radicais. Assume a Senaes como secretário de governo de Luís Inácio Lula da Silva e ameniza suas críticas ao capitalismo e suas relações com o trabalho e o Estado.

encontra mesmo no campo da utopia -, Barbosa (2007, p.135) sustentará que “para a entidade [a solidária], a principal estratégia nesses processos autogestionários é a de refazer valores de submissão e incentivar a solidariedade e capacidade intelectual do coletivo gestor”. Tais fatos acontecem porque há pouca tradição cooperativista na história brasileira. Isto é, haveria uma reprodução do modo de produção capitalista dentro e fora destas entidades, salvando-se poucos casos para uma autogestão real. Portanto, na maioria, uma ilusão.

Destarte, o que estudamos nesta parte, nada mais é do que o que significa o uso desta categoria, que conjectura, pelo menos do ponto de vista teórico, a ideia de “uma terra prometida”, e buscar compreender em suas relações endógenas e exógenas, fatos que possam trazer à tona elementos explicativos para sua proposta como espaço autonomizador, considerando a ordem capitalista liberal vigente, com suas características de seletividade, meritocracia individual e a mais latente e indefensável delas, a da exclusão.

Por outro lado, percebemos também as diferentes realidades, tanto do ponto de vista geográfico quanto social dos empreendimentos solidários no Brasil e, num enfoque intencional, buscamos saber se haveria, com isto, possibilidades de uma construção socioeconômica singular nos empreendimentos solidários maranhenses e se suas relações são mesmo de revolução ou de mitigação de direitos. No tocante ao fenômeno da mitigação, contido em nossos pressupostos, nos questionamos se é uma peculiaridade deste ente da federação ou se já é “pedra cantada” do “bingo” do capitalismo, onde quer que se empreenda na modalidade solidária, no norte ou no sul do país. Por fim, se as intervenções, bem como as omissões das ações político-governamentais nos chamados empreendimentos de economia solidária no estado do Maranhão, precarizam ainda mais sua força de trabalho.

### 3º. CAPÍTULO

#### **Economia Solidária: princípios, proposta e realidade**

Há significativas transformações ocorrendo no capitalismo, as quais afetam sobremaneira o mundo do trabalho. Desse modo, é impossível pensar nas transformações pelas quais o trabalho está passando sem ter presente a dinâmica do capitalismo e as características que este assume para se manter em tempos de mundialização.

Neste sentido, Antunes (2009, p.17) dirá que, particularmente nas últimas décadas, “a sociedade contemporânea vem presenciando profundas transformações, tanto nas formas de materialidade quanto na esfera da subjetividade, dadas as complexas relações entre essas formas de ser e existir da sociabilidade humana”. E prossegue afirmando que

A crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressão, tem acarretado, entre tantas conseqüências, profundas mutações no interior do mundo do trabalho. Dentre elas podemos inicialmente mencionar o enorme desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada primordialmente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital (ANTUNES, 2009, p.17).

Antunes (2009, p.49), atribui ainda as transformações e mudanças à globalização, por ser também entendida como ‘mundialização’ do capital, e que essas mudanças são resultado de uma crise do próprio capital, que acaba por gerar também uma crise no trabalho. Salienta ainda que

É no bojo desse contexto que se torna possível observar uma intensa reestruturação produtiva, no sentido de trocar os conhecidos padrões clássicos de produção, associados principalmente ao taylorismo e fordismo, por padrões novos de acumulação flexível que criassem condições para a recuperação de níveis anteriores de expansão do capital (ANTUNES, 2009, p.50).

Por sua vez, David Harvey (2012, p.117-119) também afirma ter havido uma mudança no capitalismo, embora a lógica inerente à acumulação capitalista e suas tendências de crise permaneçam as mesmas, segundo ele. Contudo, o autor expressa a necessidade de considerar se essas mudanças propiciam o surgimento

de um novo regime de acumulação, capaz de conter as contradições do capitalismo, ou se apenas sinalizam haver uma série de arranjos passageiros.

Concernente às mudanças, Harvey (2012, p.177) as ressalta como objeto de discussão e acredita estarem nascendo três grandes vertentes. A primeira, apoiada por Sobel (SOBEL apud HARVEY, 2012, p.177), refere-se às novas tecnologias, capazes de propiciar condições para a restauração das relações de trabalho nos sistemas de produção. Essas inovações, tanto organizacionais como tecnológicas, fazem parte do paradigma flexível, que tem papel-chave na modificação da dinâmica da luta de classes, movida por ambos os lados, no domínio dos mercados de trabalho e do controle do trabalho.

A segunda vertente idealiza a flexibilidade como um termo que “legitima um conjunto de práticas políticas”, no sentido reacionário e contrário ao trabalhador, ou seja, pontua que a “descoberta da força de trabalho flexível é parte de uma ofensiva ideológica que celebra a complacência e a eventualidade, fazendo parecerem inevitáveis” (HARVEY, 2012, p.178).

A terceira e última vertente ressalta a passagem do fordismo para a acumulação flexível<sup>21</sup>. De acordo com Harvey (2012, p.179), a racionalidade econômica capitalista tradicional se revelou em uma economia de concentração. A incessante busca pelo lucro, os frequentes aumentos de produtividade e faturamento e as leis do mercado, aplicadas a todas as instâncias sociais, consolidaram-se como elementos do processo de acumulação e concentração de capitais nos níveis espaciais e empresariais. A acumulação flexível surge a partir dessas novas experiências na organização industrial, as quais evidenciam os primeiros indícios de um regime de acumulação diferente e novo, relacionado com um sistema de regulamentação social e política distinto, que propõe a busca por novos padrões de produção.

Com efeito, o reordenamento do capitalismo mundial, cuja lógica de mercado atinge a todos os que se lhe submetem, prejudicando direitos conquistados, diminuindo os postos de trabalho, produzindo salários precários e a

---

<sup>21</sup>Termo criado por Harvey (2012), que o define como as inovações no processo de produção, nas formas de fornecimento de serviços, nos mercados e nas técnicas, ou seja, uma busca pelo moderno, atraente, a proposta de uma revolução em todos os setores, criando um ciclo novo na compreensão do espaço-tempo.

desqualificação dos trabalhadores, tem como alvo a questão do trabalho e, por conseguinte, do Estado reorientando e reduzindo sua capacidade interna (na sua aparência) devido às injunções impostas pelas organizações multilaterais. Foi assim fortemente percebido nos primeiros instantes do neoliberalismo até hoje.

Na capacidade desse processo de reacomodação do capitalismo evidenciam-se, também, lutas de resistência que perpassam todas as classes sociais, indo além da questão dos direitos sociais, criando espaços públicos de debates e construindo possibilidades de superação da lógica da concentração e da exclusão.

Neste sentido, é possível perceber que o trabalhador se torna sempre o alvo principal de todo o processo de reestruturação produtiva no qual está inserido. Sensações e receios antes ignorados passam a fazer parte do seu cotidiano, levando ao sentimento de insegurança e instabilidade no emprego – quando não ocorre sua perda efetiva. Dessa forma, não tendo a segurança da formalização contratual de trabalho assalariado, eis que uma grande massa envereda-se em possibilidades de ocupação e de renda não assalariada nos chamados empreendimentos solidários.

No entanto, para Grade e Aued:

Observar se novos elementos, embora ainda em processo de espacialização e territorialização, se evidenciam em experimentos como os da Economia Solidária, a partir dos autores que os pesquisam, não tem sido uma prática teórica normal e comum, entretanto este espaço parece estar indicando a possibilidade de emergência de novas relações sociais, e para percebê-las necessário se faz evidenciar qual a dinâmica da economia solidária. Ou seja, se o seu móvel está para além dos moldes burgueses de produção enquanto o salário e o lucro (GRADE E AUED, 2011, p.4).

Mesmo assim, como escape, eclodem iniciativas *solidárias*, constituindo-se em associações, cooperativas e outras formas de organização que buscam adaptar-se e a operar em atividades econômicas, quase sempre de baixo teor tecnológico, por meios mais fáceis e de baixo custo, a fim de que deem chances de ocupação e renda, mesmo que esta última não seja, muitas vezes, suficiente para atender às condições mínimas de segurança social de seus sujeitos.

Ademais, para uma maior compreensão do que é a economia solidária hoje, voltaremos aos primeiros instantes da *cooperação organizada* e veremos o

cenário de uma Europa conturbada por uma Revolução Industrial acelerada e uma Revolução Francesa decepcionante: “O estado da razão falira completamente; [...] A ‘liberdade’ da propriedade dos entraves feudais; e a ‘fraternidade’ do lema revolucionário tomou corpo nas deslealdades e na inveja” (ENGELS, s/d).

Desse modo, Engels ressalta que faltavam apenas os homens que pusessem em relevo o desengano, e esses homens surgiram nos primeiros anos do século XIX: “em 1802, vieram à luz as Cartas de Genebra de Saint-Simon; em 1808, Fourier publicou a sua primeira obra, embora as bases da sua teoria datassem já em 1779 e a 1 de janeiro de 1800, Robert Owen assumiu a direção da empresa de New Lanark”. São estes os que Engels vai chamar de socialistas utópicos.

A realidade é que, dirigindo inicialmente uma fábrica com 500 operários em Manchester, na Inglaterra, um desses socialistas utópicos, Robert Owen, via no caos dessa Revolução<sup>22</sup> (Industrial), o terreno adequado para por em prática sua tese favorita<sup>23</sup>. Assim ele abre a empresa de New Lanark. “Uma população operária que foi crescendo paulatinamente até 2.500 almas, recrutada a princípio entre os elementos mais heterogêneos, na maioria dos quais desmoralizados, converteu-se nas suas mãos numa colônia modelo” (ENGELS, s/d).

Entretanto, Owen não estava satisfeito com o que conseguira – “aqueles homens eram meus escravos” – e propõe um sistema de colônias comunistas para combater a miséria reinante na Irlanda. Tal iniciativa fracassou e, em 1844, Owen fundou a primeira cooperativa de consumo e produção, “como primeiro passo para uma transformação muito mais radical da sociedade” (ENGELS, s/d).

Mesmo assim, vem do próprio Engels a crítica a este tipo de socialismo, que ele vai categorizar de reformista, afirmando que, para todos eles, os socialistas utópicos,

O socialismo é a expressão da verdade absoluta, da razão e da justiça, é bastante revelá-lo para, graças às suas virtudes, conquistar o mundo. E, como a verdade absoluta não está sujeita a condições de espaço e de tempo nem ao desenvolvimento histórico da humanidade, só o acaso pode decidir quando e onde essa descoberta se revelará (ENGELS, s/d).

---

<sup>22</sup> É de Engels a referida expressão.

<sup>23</sup> “Robert Owen assimilava os ensinamentos dos filósofos materialistas do século XVIII, segundo os quais o caráter do homem é, por um lado, produto da sua vida, sobretudo durante o período do seu desenvolvimento” (ENGELS, s/d).

Eis que, trazendo a reflexão aos dias atuais, nos perguntamos por que a *economia solidária* entrou fortemente na pauta dos debates do Estado, da Academia e dos Movimentos Sociais?

Para Elcio Benini e Edi Benini (2007, p.1) do Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo,

o fato que coloca a economia solidária no cerne de discussões teóricas e, na dimensão concreta de atividade humana, como movimento em direção de geração de renda e trabalho, é a questão do desemprego. Neste sentido, visto como uma alternativa de inclusão social no capitalismo e, sendo considerada por alguns teóricos do tema como um modo de produção alternativo e até revolucionário, a economia solidária, cada vez ocupa espaço no mundo acadêmico e na sociedade (BENINI e BENINI, 2007, p.1).

Desse modo, Benini e Benini (2007, p.1) vão enfatizar que, por outro lado, uma crescente produção acadêmica tem denunciado a economia solidária como sendo funcional e uma adaptação do/ao capital e, com isso, correndo o risco de ser reacionária e/ou apenas atuar de forma mitigadora. No entanto, a economia solidária “convive pacificamente com os meios de produção, com o mercado e, portanto, com a produção de mercadorias” (VIEITEZ e DAL RI apud BENINI e BENINI, 2003, p.1), mesmo sendo ela um tipo de organização produtiva de caráter coletivo e associativo, balizada principalmente pelo princípio da “autogestão”, o que *a priori* aparenta ser uma forma antagônica ao modo de produção capitalista.

Entretanto, para Grade e Aued (2011, p.8) “este espaço socializante, embora ainda capitalista, destrói todos os espaços individuais. A socialização é uma necessidade histórica”. E prosseguem defendendo a ideia de que

O novo é a socialização imposta pelas forças produtivas originadas sob o modo de produção capitalista, de forma que não há historicamente mais espaço para uma sociedade que tem como base, ainda, a propriedade privada dos meios de produção, o volume da riqueza produzida por esta força produtiva coletiva não está a suportar as relações sociais burguesas (GRADE e AUED, 2011, p.8).

Para Singer (2002, p.46) a economia solidária é reinventada, uma vez que “surge como modo de produção no interior da sociedade capitalista há mais de 200 anos com o amadurecimento do capitalismo industrial, principalmente na Europa, através de experimentos cooperativistas dos ‘socialistas utópicos’”. Dessa forma, a economia solidária é um modo de produção que se constitui ao lado do modo de

produção capitalista da pequena produção de mercadorias, da produção estatal, da produção privada sem fins lucrativos.

E ressalta que “todos esses modos de produção compõem a formação social capitalista que só é capitalista porque o capitalismo é o maior modo de produção e molda a superestrutura legal e institucional à sua lógica.” (Ibid., p.47).

Para Barbosa,

isso só reforça a ambiguidade das estratégias nesse seguimento popular que, por um lado, se concentra nas possibilidades de disputa no mercado, vislumbrando, a longo prazo, ações inovadoras que levem tecnologia e recursos para a conquista autoral de *nichos* de mercado mais competitivos pelas cooperativas, de modo a melhorar a renda e a subverter o quadro de pobreza e, por outro lado, alimenta os anseios de que essas atividades se deem num modelo cooperativo capaz de superar a cultura do trabalho capitalista (BARBOSA, 2007, p.119-120).

Contudo, a busca por uma sociedade mais justa e igualitária, segundo Quijano (2002, p.478), é associada a um “modo” ou “sistema alternativo de produção” a partir da instauração do capitalismo, e, com ele, do conceito de “modo de produção”.

O capitalismo, segundo a perspectiva européia, é, desta forma, o campo de relações que confere sentido à idéia de “alternativo” para qualquer “modo” ou “sistema de produção” considerado idôneo – como, pelo menos se espera – não apenas para substituir o sistema de produção do capital, mas, fundamentalmente, para eliminar as raízes sociais e as condições históricas da exploração e da dominação social (QUIJANO, 2002, p. 478).

Todavia, os debates em torno dos “modos alternativos de produção”, na América Latina e especialmente no Brasil, são representados especialmente através da Economia Solidária, termo que compreende uma diversidade de ações e de formas de produção associativas, envolvendo desde iniciativas locais, até propostas mais mundializadas de coordenação econômica e jurídica. Nesta economia, o cooperativismo ganha um destaque especial, como instituição central de alternativa ao capitalismo. Todavia, no Estado do Maranhão, por exemplo, a modalidade Associação lidera como a principal forma de organização dos empreendimentos solidários, como veremos mais adiante.

### 3.1 Princípios e propostas norteadoras da Economia Solidária

Na concepção de Singer (2002, p.49), seu principal pensador, a economia solidária, como vimos, deverá “aproveitar-se do desenvolvimento das forças produtivas, relacionar-se com o mercado capitalista, não privilegiar, nem buscar o isolamento; ela não prescinde do Estado, mas deve buscar a sua autonomia e ter como base a história do movimento anticapitalista”.

Há, para ele (Ibid., p.51), diferença entre a economia capitalista e a solidária. Ela se encontra, principalmente, no modo como as empresas são geridas. A economia capitalista utiliza-se da heterogestão, a administração é hierárquica; na economia solidária, pratica-se a autogestão, administra-se democraticamente. A autogestão tem como principal mérito o desenvolvimento humano proporcionado aos participantes, não a eficiência econômica, embora ela seja necessária. A racionalidade da empresa solidária segue uma lógica diferente da posta pelas empresas capitalistas. Ela surge não somente para permitir ganhos aos sócios, mas a criação de trabalhadores em luta contra o capitalismo, como também exige de seus integrantes uma opção contra os valores dominantes da competição capitalista e a favor da primazia do trabalho sobre o capital. É regida pelos princípios da propriedade coletiva ou associada do capital e do direito à liberdade individual, os quais unem todos os que produzem numa única classe de trabalhadores, os possuidores de capital por igual em cada cooperativa. O resultado material desse processo é a solidariedade e a igualdade. A reprodução desse resultado exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda. A economia solidária é composta por empresas que praticam a autogestão e tem como pressupostos: negação da separação entre trabalho e meios de produção; o capital é de quem nela trabalha e, nesse sentido, trabalho e capital são fundidos; a propriedade é dividida de forma igualitária entre todos os trabalhadores; todos têm o poder de decisão; a finalidade não é maximizar o “lucro”, não há recebimento de salário, e sim retiradas de acordo com a receita obtida que será igual ou desigual, a partir de decisão tomada em Assembleia; as sobras terão seu destino decidido por Assembleias; novos sócios passarão por estágio probatório.

No entendimento deste pesquisador,

para que a economia solidária transforme-se de paliativo dos males do capitalismo em competidor do mesmo, terá que alcançar níveis de eficiência na produção, mediante apoio de serviços financeiros e científicos solidários.

Além disso, também deverá encontrar a sua própria dinâmica, sem depender das contradições do capitalismo. Essa economia foi concebida pelos utópicos como uma nova sociedade que unisse a forma industrial de produção com a organização comunitária da vida social, ou seja, foi concebida para ser alternativa superior à capitalista, não em termos econômicos estritos, mas por proporcionar às pessoas que a adotam, na forma de produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma vida melhor (SINGER, 2002, p.53).

Na prática, “a economia solidária identifica hoje uma série de experiências organizacionais inscritas numa dinâmica atual em torno das chamadas novas formas de solidariedade despertando e proliferando as iniciativas e práticas socioeconômicas diversas” (FRANÇA, 2002, p.14).

Neste contexto, merece especial atenção o papel do Estado na garantia das experiências dos empreendedores, ou seja, um Estado que tenha um caráter de atuação regulador, que propague a igualdade entre os cidadãos. Nesta abordagem, ele passa a ter um papel fundamental no sentido de aportar condições para que a auto-organização livre dos produtores e consumidores possa ser efetivada (SINGER, 2000).

De acordo com Mance,

É possível observarmos, no Brasil, inúmeras tentativas de geração de empregos a partir de entidades não governamentais e de movimentos populares e sociais. Porém, é necessário promover o avanço das formas organizativas que facilitem a colaboração entre as várias organizações que desejam se apoiar, consolidando, assim, as práticas de economia solidária de forma a integrar redes locais, regionais, nacionais e internacionais (MANCE, 2002, p.87).

Os desafios propostos pela *economia solidária* não se restringem às mudanças somente nos índices de emprego, colocado em relevo no início deste capítulo, suscitado pelo fato de que se coloca a *economia solidária* no cerne de discussões teóricas e na dimensão concreta de atividade humana, como movimento em direção de geração de renda e trabalho e, tampouco, se restringe nos índices macroeconômicos, mas envolve uma mudança na própria relação contratual dentro do mundo do trabalho, e é esta mudança que os sujeitos envolvidos nesta categoria vêm buscando.

Para isso, são necessárias mudanças, tanto culturais quanto uma nova institucionalização para o mundo do trabalho. De acordo com o utópico Singer

(2000, p.138): “A economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos que esperam em vão um novo emprego e a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria, individual ou coletivamente”. O autor defende que “Se a economia solidária se consolidar e atingir dimensões significativas, ela se tornará competidora do grande capital em diferentes mercados”.

Entretanto, para Singer (2000), o desenvolvimento capitalista “não é para todos”, mas, sim, seletivo, tanto na área social quanto na geográfica. Sendo assim, a economia solidária surge como uma forma de reação às “injustiças” cometidas pelos que impulsionam o desenvolvimento capitalista, sem a pretensão, portanto, de ir contra o desenvolvimento. Para ele a intenção da economia solidária é tornar o desenvolvimento mais justo, de forma a repartir benefícios e também prejuízos igualmente.

Ao tratar da questão da autonomia dentro da economia solidária, vemos Souza (2000, p.3) dizer da “construção de uma sociedade de homens autônomos na medida em que se faz possível aos homens desenvolverem-na, o que se torna difícil, dada a fragmentação do tecido sociopolítico-espacial”. E ressalta: “Essa busca pela autonomia, faz-se através da participação e da conscientização” (Ibid., p.3).

Com outro olhar para a autonomia, Leff (2001, p.121) dirá que essa construção se faz possível quando baseada no pressuposto de “uma racionalidade ambiental que substituirá a racionalidade econômica. Isto é, há uma comunidade que preserva o meio ambiente e, com os valores de troca, transforma-os, integra-os com a economia de mercado”. Assim, ao invés do modo de produção e da forma socioeconômica, esse autor propõe a definição de formações socioeconômico-ambientais. Nas palavras dele:

Como unidades produtivas nas quais se articulam as diferentes relações de produção estabelecidas pelas tipologias dos produtores com novas forças produtivas, que emergem de um processo de construção social do potencial ambiental e da produtividade ecotecnológica para o desenvolvimento sustentável (LEFF, 2001, p.121).

Ainda da discussão sobre a autonomia neste ambiente *solidário*, Singer (2003, p. 20) dirá que “a auto-gestão numa empresa solidária é – ou devia ser – totalmente diferente da gestão capitalista. [...] porque os conflitos entre interesses

seccionais devem ser muito menores e[...] porque podem ser travados abertamente e resolvidos por negociações em que todos tomam parte”.

Por sua vez, Malassise (2005, p. 1) vai defender a ideia de que são grandes as diferenças entre economia capitalista e solidária. As diferenças são pautadas pelos objetivos almejados em cada uma das formas de organização produtiva, e acrescenta:

Enquanto a economia capitalista prescinde do lucro como forma de continuar sobrevivendo na economia de mercado, a economia solidária se questiona a quem o excedente deve servir para a perpetuação do empreendimento no mercado ou para a perpetuação do ser humano em seu contexto integral, preservando o caráter psicológico, ético e de existência do ser consciente e condizente com estes valores (MALASSISE, 2005, p. 1).

Por outro lado, “deve-se destacar que esta (**a economia solidária**) não pode ser dita revolucionária, porque não intenciona derrubar a economia capitalista” (MALASSISE, 2005, p. 2). Malassise considera a economia solidária, portanto, como relacionada a um tipo de sociabilidade, e “a partir daí o cooperativismo e associativismo surgem como instituições alternativas de organização produtiva no qual a liberdade individual é aceita e tem como critério máximo a adesão voluntária e consciente de seus membros”. Portanto só será possível entender a viabilidade dos empreendimentos solidários a partir do reconhecimento e aceitação do grupo destes pressupostos, pois as demais decisões que deverão ser tomadas no ambiente democrático, cooperativo ou associativo, só podem ser efetuadas mediante este elevado grau de consciência do grupo solidário.

A diferença competitiva entre as empresas capitalistas e as organizações da economia solidária poderia ser suprimida, neste sentido, pela aderência de sentimentos que conduzissem a processos motivacionais de trabalho. Seria a partir do melhor aproveitamento dessas qualidades subjetivas potencialmente presentes nesses tipos de organizações que a economia solidária utilizar-se-ia de importantes recursos típicos da fase atual do capitalismo: “tais empreendimentos encontram potencialmente no trabalho coletivo e na motivação dos trabalhadores que os compõem, uma importante fonte de competitividade reconhecida no capitalismo contemporâneo” (TAUILLE; DEBACO, 2002, p.62).

Na crítica de que a economia solidária não é espaço de emancipação e de que não tem condições concretas para ser um estágio precedente ao socialismo,

isto é, que a economia solidária apenas compete com o capital, mas não o elimina, pelo menos de imediato, Singer (2003, p.18) sustenta que esta afirmação é falsa sob todos os pontos de vista. E justifica: “porque o capital só pode ser eliminado quando todos os trabalhadores estiverem aptos a praticar a autogestão, o que exige um aprendizado que só a prática proporciona”<sup>24</sup>. E instiga os críticos: “o que colocar no lugar da gestão capitalista?”. E ele mesmo responde: “certamente não um planejamento geral que centraliza todas as decisões econômicas nas mãos dum pequeno número de ‘especialistas’”. Segundo ele, “a economia solidária melhora para o cooperador as condições de trabalho, mesmo quando estas continuam deixando muito a desejar”. E reforça: “afinal de contas, assumir o poder de participar das decisões e, portanto, de estar informado a respeito do que acontece e que opções existem é um passo importante para a redenção humana do trabalhador”. Por fim, afirma que “o surgimento e o fortalecimento da economia solidária reforça o poder de luta de todos os trabalhadores assalariados contra a exploração capitalista, no mínimo porque diminui o exército de reserva” (Ibid., 2003, p.18).

É por demais relevante citar que Singer (2003, p.23) vislumbra a economia solidária numa “extraordinária variedade de organizações” e que “permite formular a hipótese de que ela poderá se estender a todos os campos de atividade econômica”. E mais, “não há em princípio um tipo de produção e distribuição que não possa ser organizado como empreendimento solidário.” No entanto, Singer (2003) apresenta as condições. Para que essa hipótese se torne realidade, é preciso garantir, o que ele chama de bases de sustentação à economia solidária. “As mais importantes são fontes de financiamento, redes de comercialização, assessoria técnico-científica, formação continuada dos trabalhadores e apoio institucional e legal por parte das autoridades governamentais” (SINGER, 2003, p. 23).

O que debilitaria então o desenvolvimento da economia solidária? Singer (Ibid., p.24) reconhece algumas de suas fragilidades, respondendo: “é que a maior parte de suas unidades atua isoladamente em mercados dominados por empresas

---

<sup>24</sup> Para Singer (2003, p. 28), este é provavelmente o principal papel da economia solidária na luta pelo socialismo. “A autogestão generalizada da economia e da sociedade – que constitui a essência do programa econômico e político do socialismo – só conquistará credibilidade quando houver a prova palpável de que ela não é inferior à gestão capitalista no desenvolvimento das forças produtivas. A construção de empreendimentos solidários é o método mais racional de obter tal prova. Segundo esse autor, a alternativa seria apostar na crise geral do capitalismo, que forçaria a maioria a aceitar o socialismo, mesmo que seja como mal menor”.

capitalistas, com pouco ou nenhum acesso a crédito, a redes de comercialização, à assessoria tecnológica, etc.”.

Neste sentido, como solução, Mance (2002, p. 37-42) sugere as redes de colaboração solidária, tendo como pressuposto principal a formação de uma sociedade em rede. Para ele, “a organização de redes de colaboração solidária, tende a construir uma sociedade alternativa ao capitalismo, valendo-se dos recursos que nele foram produzidos”. No entanto, segundo esse pesquisador, para a viabilização dessa organização, uma condição é necessária, “que todos os que aderirem ao projeto pratiquem o consumo solidário, ou seja, deem preferência a produtos produzidos pelas redes de colaboração solidária”. E enfatiza que este consumo solidário é movido pela consciência de que o consumo é o objetivo final de todo o processo produtivo e, consumindo solidariamente, todos contribuiriam para preservar os ecossistemas, manter empregos, eliminar toda forma de exploração dos seres humanos e, assim construir uma nova sociedade colaborativa e solidária, de forma que a revolução das redes inicie a organização de uma sociedade pós-capitalista que não seja confundida com o cooperativismo capitalista ou com o socialismo estatal ou mesmo com variações do anarquismo, mas que absorve elementos das mais variadas propostas emancipatórias e utiliza-se dos recursos tecnológicos desenvolvidos pela sociedade capitalista em vista da ampliação das liberdades públicas e privadas.

Ademais, Singer (2000, p. 133), defende que

O desenvolvimento capitalista é amparado pelo grande capital e moldado pelos valores do mercado, em função da competição, do individualismo e do Estado. Já o desenvolvimento solidário se caracteriza pela existência de pequenas comunidades de empresas ou pela formação de cooperativas de trabalhadores, que buscam seu desenvolvimento a partir dos valores de cooperação.

E sustenta que merece especial atenção o papel do Estado na garantia das experiências dos empreendedores solidários, cabendo ao Estado o papel regulador, centrado no desenvolvimento da igualdade entre os cidadãos.

### 3.2 Crítica à Economia Solidária como espaço de não-autonomização e de precarização

Existem críticos que, embora ressaltem relativos ganhos nos experimentos de economia solidária, sustentam que, dentro do capitalismo, há limitação desta categoria econômica. Isto porque o trabalho social quando gerado, o produto do trabalho do produtor direto passa a ser o meio de conexão com todos os outros produtores na forma de mercadoria e circulação de riqueza como valor. Daí porque reafirmamos que as relações produtivas dentro da dinâmica do capital são antagônicas à cooperação, sobretudo no paradigma neoliberal posto.

Neste sentido a própria Barbosa (2007, p. 21) aponta para as contradições inerentes à economia solidária, principalmente, quanto a sua eficácia dentro da dinâmica do capitalismo:

O termo economia solidária já é em si objeto de controvérsia teórica na medida em que carrega duas imprecisões: uma, por supor segmentos diferenciados e autônomos de economia; outra por classificar a economia por uma categoria como a solidariedade, há muito tempo cara ao debate ético social e historicamente enraizado, mas profundamente questionável na sociedade capitalista, que precisa desgarrar os indivíduos de valores substantivos de convivência e inserção social e aproximá-los em condições ou situações políticas principalmente formalistas e instrumentais para os fins de dominação que lhe são próprios (BARBOSA, 2007, p.21).

Contudo, Aued (2000, p.6) diz que “esse novo agente social que se interpõe no interior dos produtores diretos, produz sua existência pelo trabalho dos outros, pela troca, não cria nada”. Para o autor, esse agente “não rouba, não cobra renda da terra, não trabalha produtivamente”. A troca é uma mera formalidade, é o meio pelo qual se conquista a propriedade privada do outro. Valoriza sua riqueza sem dar nada em contrapartida. E prossegue afirmando que

seu lugar é a mobilidade, mero fluxo, é transformar dinheiro em mais dinheiro, sem este movimento a relação morre. Nesse processo o trabalho humano abstrato se transforma em capital e os homens que personificam esse novo agente social são os capitalistas (AUED, 2000, p. 6).

Tal fato se dá, porque “quando essa relação social tem seu dinamismo dado pelos capitais comercial e usuário, penetra no processo produtivo, é que temos então a relação capitalista, propriamente dita. As categorias mercadoria, dinheiro, compra e venda são as mesmas, mas não mais materializam àquela forma de

produção da vida, a dinâmica agora é dada pelo capital”.(MARX, 2005, p. 754). Seria então a relação: D – M – D (dinheiro – mercadoria - dinheiro).

No caso da economia solidária e sua relação com o capital, Veronese e Guareshi (2005, p. 61) vão enfatizar a ação restrita e “romantizada” da economia solidária, que teria, portanto, poucos efeitos no global e principalmente dentro do capitalismo:

É uma mistificação pensar que as relações internas dentro de uma comunidade estão suspensas das determinações do capitalismo e que a economia solidária poderia forjar de forma independente, um tipo de racionalidade peculiar. Para superar a ideologia capitalista e fazer emergir qualidades autenticamente humanas, é preciso um movimento que abarque a totalidade social e que não se restrinja à comunidade, isto é, que não se limite à posição de que a “racionalidade assenta a comunidade de trabalho” [...] a qual funda-se em vínculos de reciprocidade, que diluem as eventualmente rígidas fronteiras entre interesses individuais e coletivos.(VERONESE e GUARESHI, 2005, p. 66).

Ademais, Wellen (2007, p. 11) sustenta que “identificamos nas teses de economia solidária um elevado grau de voluntarismo que, por sua vez, pode ser relacionado diretamente com uma posição filosófica idealista”. Entretanto, no mundo real, as organizações da economia solidária, para disputarem com as empresas capitalistas as margens de mercado, precisam portar elementos que as tornem também competitivas.

Por outro ângulo da crítica, Barbosa (2007, p.126) questiona a economia solidária funcionando num mercado à parte, ou suspenso, como já enfatizaram Veronese e Guareshi (2005, p. 65), e toca num ponto importante: o chamado consumo ético ou justo ou solidário, que, para esta autora “se apresenta como possibilidade de mecanismo de controle do mercado - é uma ideação de pouca repercussão em nossa sociedade”. Constituiria, portanto, “uma vertente de economia solidária por meio da crítica ao consumismo do capitalismo que, por um conjunto amplo de mediações a alienação social”.

Admitindo a expansão da economia solidária, todavia, receando de seus efeitos autonomizadores, Veronese e Guareshi (2005, p.66) dirão que “o campo do trabalho solidário avança, em termos sociais e paradigmáticos, como um possível modo de emancipação do trabalho explorado e alienado, alternativa para os que acreditam num outro mundo possível ou simplesmente, precisam gerar renda em caráter emergencial”.

O próprio Singer (2002, p. 114) chama a atenção para uma tendência histórica de “degeneração” por parte das cooperativas – a forma mais comum de empreendimento solidário -, dos seus princípios autogestionários, transformando-se numa realidade de participação muito mais formal do que efetiva. Tal realidade é o que ele denomina aqui de cooperativismo de tipo burocrático. Neste tipo de organização, ainda que estejam inscritos os mesmos princípios de origem do movimento cooperativista, sua realidade de gestão e repartição do poder e dos ganhos é apenas formal, logo, não há envolvimento e participação ativa dos sócios-membros. Somando-se a isso, existe ainda uma crescente utilização de trabalho assalariado ou trabalho contratado, gerando uma realidade de poucos sócios e muitos subordinados (heterogestão burocrática).

Tomé (2005, p.4), por sua vez, reforçará nosso posicionamento, isto é, o do antagonismo entre capital e a solidariedade. Assim enfatiza que “todo movimento social organizado para o trabalho autônomo, tutelado por organizações do terceiro setor como ocorre constantemente, ou seja, os membros da economia solidária, estão plenamente adequados ao discurso e prática do capital”. Não há, para ela, alternativa de fato, principalmente “porque ambos os discursos adotam a convivência pacífica entre economias díspares”.

Ainda, para essa autora (Ibid., 2005, p. 4), o que se vê é que o capital permite que esta população trabalhadora fora do mercado de trabalho desenvolva o que for preciso para manter a sua subsistência, sempre reduzida ao mínimo necessário. E que “de forma alguma isso representa ameaça ao capital”, pelo contrário, “abre mais espaços para que ele avance de maneira impiedosa e concentre ainda mais a renda social, tudo devidamente legitimado pelo ‘Estado magro’, que de outro lado também define os limites de ação desses novos empreendimentos comunitários”.

Posteriormente, afirma que é impossível não pensar em ações imediatas, portanto paliativas, para remediar os graves problemas sociais. E a economia solidária cumpre muito bem esse papel. Mas é preciso desenvolver também, dentro destes movimentos sociais, discussões, debates e posteriores projetos que visem à *superação radical* desta forma de sociabilidade. Não se pode, no discurso, apostar em um projeto e implementá-lo como sendo um caminho alternativo para a

liberdade, a dignidade, a cidadania e, na prática, este mesmo projeto ser utilizado de maneira muito eficaz para a manutenção da lógica que se pretende superar.

Desapaixonados quanto à economia solidária, Benini e Benini (2005) enfatizarão que “por um lado a economia solidária têm sido uma bandeira e uma prática que várias instituições e movimentos sociais têm promovido, especialmente face ao grave contexto social de miséria de desemprego vivido atualmente”. E admite que “apesar disso, sua proposta não é isenta de críticas e de limites estruturais ao seu pleno desenvolvimento”.

Neste sentido, Rosa de Luxemburg (2002) vai fazer uma forte crítica ao cooperativismo, o espaço mais comum da economia solidária, encontrada em seu texto “reforma ou revolução”. Segundo ela, temos as seguintes questões chaves para serem consideradas dentro da problemática do cooperativismo:

Quanto às cooperativas, e antes de tudo, às cooperativas de produção, são elas pela sua essência um ser híbrido dentro da economia capitalista: a pequena produção socializada dentro de uma troca capitalista. Mas, na economia capitalista, a troca domina a produção, fazendo da exploração impiedosa, isto é, a completa dominação do processo de produção pelos interesses do Capital, em face da concorrência, uma condição de existência da empresa. Praticamente, exprime-se isso pela necessidade de intensificar o trabalho o mais possível, de reduzir ou prolongar as horas de trabalho conforme a situação do mercado, desempregar a força de trabalho segundo as necessidades do mercado ou atirá-la na rua, em suma, de praticar todos os métodos muito conhecidos que permitem a uma empresa capitalista enfrentar a concorrência das outras. Resulta daí, por conseguinte, para a cooperativa de produção, verem-se os operários na necessidade contraditória de governar-se a si mesmos com todo absolutismo necessário e desempenhar entre eles mesmos o papel de patrão capitalista, que, no caso de serem mais fortes os interesses dos operários, pela dissolução. São esses fatos que o próprio Bernstein constata, mas que evidentemente não compreende quando, com a Sra. Potter Webb, vê na falta de “disciplina” a causa do fracasso (como se o problema fosse cultural, educacional, falta de consciência solidária etc.) das cooperativas de produção na Inglaterra. O que aqui se qualifica vulgar e superficialmente de “disciplina” outra coisa não é senão o regime absoluto natural ao Capital, e que evidentemente os operários não podem empregar contra si próprios (LUXEMBURG, 2002, p.82).

Em oposição às colocações de Luxemburg, Singer (2003, p.17) diria que, “se as condições de trabalho na fábrica capitalista eram duras, elas sempre seriam menos duras na cooperativa”, e destaca as razões: “na fábrica capitalista os empregados têm de produzir lucros proporcionais ao capital investido, obrigação que os cooperados não têm, o que lhes permite se auto-explorar menos”. Ainda segundo o autor, “os cooperados têm a liberdade de escolher quando e como trabalhar

para tornar sua empresa competitiva, ao passo que os trabalhadores assalariados têm de obedecer a determinações da direção”.

Singer (Ibid., 2003, p. 17) argumenta que as cooperativas são importantes, primeiro porque permitem uma pedagogia, ainda dentro do capitalismo, da prática da autogestão, aprendizagem que é, segundo Singer, condição para se ter a possibilidade histórica de superação do capital, segundo porque na cooperativa há uma melhora das condições de trabalho; em terceiro lugar, elas diminuem o exército industrial de reserva, na medida que geram trabalho e renda para os desempregados.

Apesar de tais defesas, é reconhecido pelo próprio Singer que existe sim “auto-exploração” e competição entre as cooperativas que integrariam, assim, a chamada economia solidária. Entretanto vários estudos de caso têm demonstrado que as posições de Singer são mais um posicionamento estratégico da economia solidária do que um fato social concreto.

Neste sentido, Benini e Benini (2005, p. 5) mostram que, se por um lado existem sim avanços na gestão cooperativa, na medida em que coloca uma alternativa de renda, especialmente para as pessoas mais vulneráveis, e possibilita uma pedagogia da autonomia no seu cotidiano, porém as cooperativas geradas atualmente no contexto das incubadoras e outros projetos de cunho social (voltados para desempregados e marginalizados socialmente) acabam sendo iniciativas que não dão acesso à quase nenhum tipo de progresso técnico, sendo que geralmente os nichos de mercado que sobram para essas cooperativas se restringem a setores de baixo valor agregado, logo, uma suposta “compensação” de haver uma “auto-exploração” menor que a exploração da empresa capitalista não se confirma na prática, e “o próprio mercado faz que com a luta pela sobrevivência induza os cooperados a se sujeitarem de forma passiva ao imperativo da lei do valor, um tipo de “heterogestão de mercado”. Também não há efetivamente uma diminuição do exército industrial de reserva, mas sim apenas sua manutenção, uma vez que grande parte dos cooperados declararam que, apesar de preferirem o “trabalho sem patrão”, continuam procurando um emprego melhor remunerado (ou até têm um segundo emprego) no mercado de trabalho (BENINI e BENINI, 2005, p. 6).

Por outro lado, há casos de êxito no campo do cooperativismo que também merecem ser discutidos. Storch (1987) ressalta que “existem determinantes

estruturais que podem contribuir ou não à lógica do coletivo frente a individualização do mercado”. E prossegue, afirmando que, ao refletir sobre os limites que as cooperativas industriais enfrentam, “vimos que várias dessas limitações podem e têm sido reduzidas através do desenho da estrutura legal e organizacional dessas empresas, em aspectos tais como os direitos patrimoniais, a participação nos lucros, os mecanismos de voto e controle, e outros”. Todavia, um ponto crucial é quando Storch aborda as condições desses empreendimentos: “Onde não se desenvolveram instituições expressivas para coordenação, assistência técnica e gerencial, os casos bem-sucedidos de Empresas de Propriedade dos Empregados (EPEs) isoladas têm mostrado a tendência ao desaparecimento precoce, ou à transformação em empresas capitalistas convencionais” (STORCH,1987, p. 88).

Há, no entanto, uma situação insólita na pesquisa de Storch (1987) – e já admitida por Singer –, um exemplo de cooperativa que se “degenerou” para o modelo de empresa capitalista justamente pelo seu êxito comercial. O fato é que a cooperativa estudada engendrou grande valorização nas cotas dos cooperados e como consequência, os cooperados não resistiram aos altos preços oferecidos pelos investidores capitalistas convencionais e acabaram vendendo seus direitos de propriedade. Desse modo, também um tipo de degeneração do solidarismo empreendedor.

Quanto ao fetiche que é construído em torno do empreendedorismo, Barbosa reportará que,

a ideologia liberal do empreendedorismo, da independência quando se é patrão e da supressão do trabalho assalariado tende a constituir esse universo simbólico plasmado na materialidade dos objetivos capitalistas que obscurecem e dissimulam o sobretrabalho advindo da exploração da suposta organização autônoma do trabalho. Essa ideologia transforma trabalhadores em pequenos empresários, com a ilusão de poder econômico e de mobilidade social incluindo mudança de classe social, o que dissimula a real exploração (BARBOSA, 2007,p.87).

Na realidade, “as relações precarizantes dificultam a mobilidade socioeconômica das cooperativas de qualquer segmento, muito embora a narrativa das virtudes do empreendedorismo e do auto-emprego precise dar coerência e convicção a essa insegurança social, transmutada na liberal independência e liberdade” (Ibid., p.123-124).

Ademais, a proposição do empreendedorismo solidário é um desdobramento da ideologia e institucionalidade neoliberal voltada para a liberalização da economia e a quebra das regulamentações sociais. “O período keynesiano-fordista seria um interlúdio no capitalismo amarrando a liberdade individual e a competição no mercado, encobrendo o passado histórico da função empreendedora como força motriz do capitalismo” (Ibid., p.67).

Para o pesquisador Vainer (1999) a luta dos trabalhadores efetiva-se contra os imperativos da economia e, por isso, a construção de um amplo projeto que envolve a solidariedade é inseparável de uma crítica teórica e prática da economia. “Não é possível construir uma alternativa á economia dentro dos seus próprios marcos”. Dessa forma, utiliza-se da noção que Aued (2011, p.19), vai chamar de “utopia experimental”, recolhida nos trabalhos de Henri Léfèbre, “que implica enunciar como horizonte de alternativa à luta contra a economia capitalista, já que ela não se concretiza em uma ruptura abrupta, mas em processos contínuos que se fazem a cada dia”.

Vainer (1999) completará dizendo que a economia solidária só será uma proposta alternativa não capitalista “na medida em que ela se constituir em espaços para a utopia experimental, ou seja, na medida em que a própria economia solidária for um espaço em que se vivem as várias formas de sociabilidade do mundo do trabalho, a solidariedade, o sentimento de pertencimento a grupo”.

Numa crítica empírica, Carvalho e Yamamoto vão apresentar a realidade dos catadores de materiais recicláveis na cidade de Assis (SP) e constataam inicialmente que

o espírito capitalista é um entrave à prática do cooperativismo. Sua lógica individualista e competitiva, incompatível com a gestão democrática, necessita ser superada. No entanto, as dificuldades de assimilação dos valores do cooperativismo e do trabalho coletivo demonstradas por parte dos cooperados no cotidiano da cooperativa indicam que, apesar das estratégias atualmente adotadas - espaços coletivos de discussão e decisão, cursos de capacitação, intercâmbio com outros grupos de catadores - esta mudança ocorre de modo e em tempos diferentes de um trabalhador para o outro. [...] A resistência ao trabalho em grupo identificada nos contatos mantidos com os catadores anuncia o medo de perderem a ‘liberdade’ e a sua identidade de catador, aquele que sai para a catação individualmente, em roteiro e horário por ele definidos (CARVALHO e YAMAMOTO, 2005, p.3).

Outro aspecto identificado na pesquisa destas autoras diz respeito à compreensão que têm os catadores acerca da relação da cooperativa com a prefeitura por meio do convênio. Manifestam desconfiança no poder público, temem que os cooperados sejam tratados como servidores públicos e, ainda, construíram a hipótese de que a prefeitura poderá não cumprir ou interromper o convênio; neste caso, a cooperativa teria que acolher a todos de volta, assim não poderia interromper a frente de trabalho com os catadores individuais. A vivência na rua, em busca dos materiais recicláveis, para alguns, demonstra que não precisam ter pressa para aderirem à coleta seletiva, pois material ainda há. A ancoragem estabelecida para a coleta seletiva indica um processo que deve se consolidar. Assim, é possível reconhecer que esta nova empreitada da cooperativa, de implantar a coleta seletiva solidária, uma das principais lutas dos catadores, venha determinando diversas alterações em seu cotidiano. Estas têm sido tomadas como ameaça pelos cooperados que dela não participam. Reclamam da pouca atenção que vêm recebendo do conselho de administração, defendem a manutenção do funcionamento desta frente de trabalho e de seu barracão, justificando ter sido a origem da cooperativa, e imaginando poder ser também seu destino final: a prefeitura não cumprirá o convênio e a cooperativa preservará sua autonomia. Concorrem para a formulação desta compreensão, além destes aspectos mais gerais e coletivos, o espírito capitalista do individualismo e da competitividade.

Por outro lado, também numa crítica empírica, vê-se o uso da economia solidária como mecanismo para terceirizar a produção e assim o capitalista escapar da contratação direta. No caso, Barbosa (2007, p. 132) cita a terceirização como impedimento a autonomia, acabando por mascarar as relações de trabalho, deslocando os trabalhadores da condição de “inativos da reserva” à submissão a esta modalidade precarizante. Nas palavras da pesquisadora:

No Rio Grande do Sul, por exemplo, o setor calçadista ampliou as cooperativas exatamente nos anos 1990 com esse intuito de responder às necessidades de externalização da produção expostas por grandes empresas. Muito embora a iniciativa seja dos trabalhadores e seus sindicatos e não diretamente de empresas como em outras regiões do país - Nordeste, por exemplo -, a motivação se insere nesses processos de flexibilização. E a maioria das cooperativas criadas nesse período visava recuperar empresas falidas (BARBOSA, 2007, p.132).

Ainda nesse contexto, a motivação dos sindicalistas foi uma resposta efetiva para a crise econômica e um contraponto ao anseio das empresas em torno do cooperativismo. “Desse modo, a produção se engata às necessidades da empresa de grande porte e os direitos trabalhistas tradicionais do assalariamento caem por terra” (BARBOSA, 2007, p.133).

Essa dependência da relação de subcontratação, para a autora, não deixa de trazer diferença, na medida em que, enquanto cooperativa, os trabalhadores têm chances de desenvolver autonomia mais do que em ateliês e oficinas individuais, que também mantêm relação terceirizada com as empresas. Todavia, “prevalece a estabilidade da subcontratação, na medida em que o segmento autonomamente conta com baixa tecnologia e mantém procedimentos de trabalho ao estilo taylorista, com linhas elementares de montagem, parcelização e tarefas repetitivas” (BARBOSA, 2007, p.133).

Assim, Barbosa enfatiza que para superar esse contorno,

seria necessário vasto capital de investimento para aquisição de tecnologia e qualificação, fatores ausentes nesses grupamentos, o que os leva a continuar na relação de subcontratação e subordinação com os negócios se realizando a partir da demanda da contratante e menos por produção própria no mercado” (BARBOSA, 2007, p.133).

Para fechar a presente discussão, retornamos a Wellen (2007, p.11) e sua ácida crítica, afirmando que

Como uma proposta que tencione a superar a ordem do capital e abolir as causas que a mantêm não pode prescindir de uma apreensão correta das determinações da totalidade social, a perspectiva apresentada na ‘economia solidária’ se mostra, portanto, não com uma função social revolucionária, mas apresenta um retrocesso ideológico (WELLEN, 2007, p. 11).

É a partir desta discussão que apresentaremos na seção seguinte a realidade dos empreendimentos maranhenses e uma comparação com os de outros entes da federação e, num desencadeamento, a análise crítica dos fenômenos ali identificados.

### **3.3 Empreendimentos solidários maranhenses: análise comparativa com outros entes da federação no período de 2005 a 2007**

Aqui abordamos de forma sintética a realidade dos empreendimentos de economia solidária no Estado do Maranhão, cujos dados estão dispostos no Atlas da Economia Solidária da Senaes operacionalizado pela Pesquisa Mapeamento/ Empreendimentos de Economia Solidária(EES)/UniTrabalhoUFMA; Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES)/Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) levantado em 2007. A intenção é elencar indicadores que apontem as singularidades dos empreendimentos solidários maranhenses através do método comparativo, relacionando tais dados com os da realidade em outros espaços geográficos do Brasil e, num desencadeamento, fazer a análise crítica dos fenômenos identificados sob esta categoria econômica e de inserção ao trabalho.

Ademais, a tarefa de mapear a Economia Solidária no Brasil tem sido nos últimos anos um dos principais esforços da Senaes, com o apoio das redes Unitrabalho, ligadas às universidades federais em todo o país.

Um trabalho aparentemente simples se mostra, na prática, amplo e complexo, isto porque levantar dados – quantos são, quem são, o que fazem, quanto ganham, etc. –, exige uma considerável mobilização tanto de recursos humanos quanto financeiros. Outro fato a ser considerado é que, segundo relatos dos pesquisadores, há dificuldade em levantar informações destes empreendimentos em função deles operarem tanto na formalidade – neste caso, fica mais fácil localizá-los a partir dos registros dos organismos públicos competentes – quanto na informalidade – com um grau maior de dificuldade pela necessidade de *visitas in loco*, agravado pelo fato de que grande parte destas iniciativas localiza-se na zona rural, em pequenas comunidades, quase sempre de difícil acesso. Confirma-se a predominância de empreendimentos rurais, com cerca de 48% das iniciativas solidárias no Brasil<sup>25</sup>. Se considerarmos as exclusivamente rurais, elas representam aproximadamente 69% no Estado do Maranhão.

Mas por que é importante fazer o mapeamento da economia solidária? Para Barbosa essa importância se dá,

---

<sup>25</sup> Brasil: Área de atuação dos empreendimentos: (no total) Rural: 10.513; Urbano: 7.539; Rural e Urbano: 3.711, perfazendo: 21.763 no período pesquisado. (Atlas da Economia Solidária/Brasil, 2007).

[...] porque possibilitará conhecer dados mais aproximativos sobre o que se faz em economia solidária, o que não é pouco, tamanha sua fragmentação e capilaridade no território nacional. Além disso, permitirá conhecer também as entidades que prestam assessoria a essas experiências, em geral ONGs, igualmente pouco conhecidas enquanto tais, como vimos. De posse dessas informações a secretaria acredita que poderá dar maior consistência programática à política para o setor, sua regulação social e mesmo a busca de adesão sociopolítica dentro e fora do governo (BARBOSA, 2007, p.248).

Neste contexto, Barbosa (2007, p. 253) ressalta que existem diversos obstáculos que dificultam a tentativa de mapear a economia solidária, entre eles a própria resistência de representantes de entidades de apoio e fomento em divulgar informações, “seja porque temem essa vinculação ao governo, seja porque fazem parte de um mercado de serviços de assessoria onde concorrem diferentes entidades”.

De alguma forma, os relatórios de trabalho apreciados, segundo esta pesquisadora, registram também que

a penosidade inerente ao desgaste desse levantamento é vista pelos coordenadores e participantes como suplantada pela capacidade do trabalho gerar informações sobre os estados, até então ausentes nos debates e considerações da SENAES e do FBES (BARBOSA, 2007, p.253).

Mas qual o cenário da economia solidária maranhense? Numa aproximação aos números referentes ao Maranhão e para uma maior compreensão do perfil dos empreendimentos solidários neste Estado, destacamos pontos que consideramos relevantes para o estudo das condições socioeconômicas tanto destes empreendimentos propriamente ditos, quanto de seus trabalhadores. Uma aproximação maior se dá na última parte deste trabalho de pesquisa, sobretudo na pesquisa de campo nos empreendimentos já elencados como objeto do estudo.

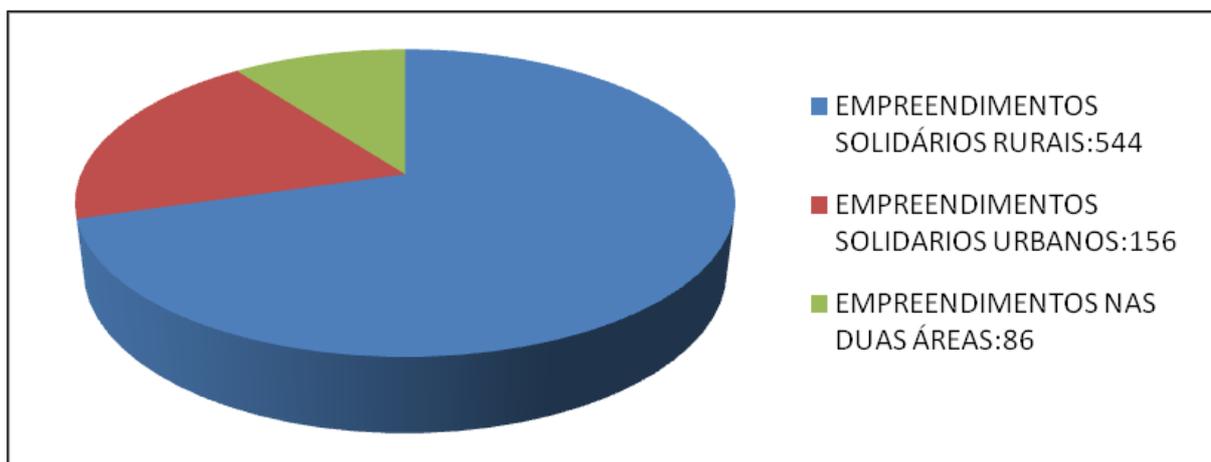
No caso do Atlas, trata-se de um registro empírico da Senaes e parceiros, que corresponde obviamente a somente um fragmento do total pesquisado em todo o país, extraído para esta análise comparativa. Assim, para a composição do Atlas Maranhense, foi realizado o levantamento, cujos principais elementos de investigação foram: as características gerais dos empreendimentos, tipificação e dimensionamento da atividade econômica, investimentos, acesso a créditos e apoios, gestão do empreendimento, situação de trabalho no empreendimento e dimensão sociopolítica e ambiental (Atlas/MA- SIES, 2007).

No que tange ao funcionamento da economia solidária no Estado do Maranhão, as formas de organização predominante são as Associações, com 81%, seguidas dos grupos informais, com 11%, e as Cooperativas, com 6%. Em números, são 793 iniciativas de economia solidária identificadas no período pesquisado.

Se analisarmos a área de atuação dos empreendimentos solidários maranhenses, os inseridos no meio rural se encontram com cerca de 69% do total. Os urbanos com 19%, e atuando nas duas áreas, 10%. Em outras áreas de iniciativas solidárias, somente 2% as compõem.

### Ilustração 3

Número de empreendimentos solidários rurais e urbanos



Fonte: Atlas/MA- SIES, 2007.

Quanto ao gênero, 58% dos participantes são representados por homens, contra 42% de representantes mulheres. Não obstante a maioria ser composta por homens, nota-se uma expressiva participação das mulheres, seja nos empreendimentos com menor número de participantes, seja naqueles que possuem número maior de participantes, envolvendo no total 67.929 pessoas entre homens e mulheres.

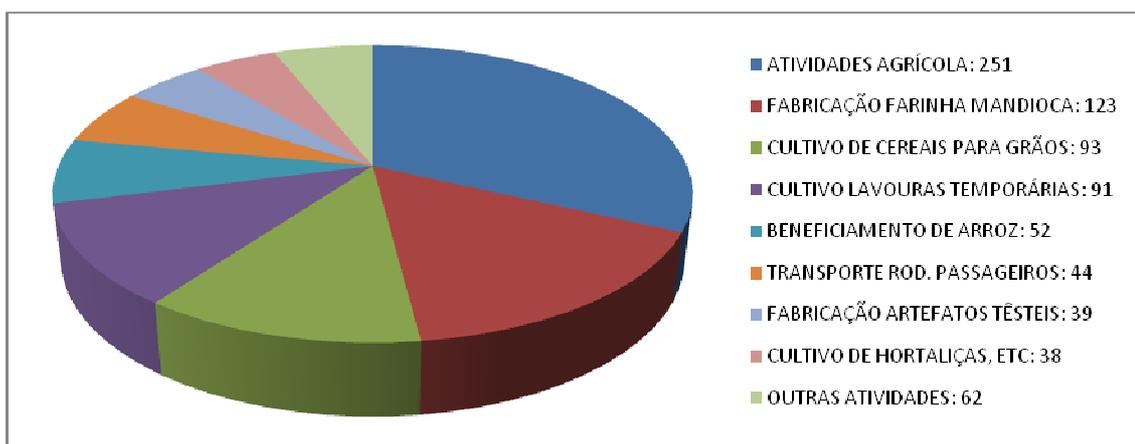
Nesta pesquisa, quando perguntado sobre o principal motivo para a criação de um empreendimento solidário, em relação às prioridades, aparecem: alternativa ao desemprego (25%); condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios (23%); aumentar a renda (19%); e o desenvolvimento de uma atividade na qual a propriedade é coletiva (4,9%).

No quesito práticas de atividades coletivas - o que é feito de forma coletiva pelos sócios (as), a produção lidera com 434 empreendimentos, seguidos do uso de infraestrutura (387), como prédios, armazéns, etc.; o uso de máquinas e equipamentos (383); prestação de serviço ou trabalho (272); aquisição de matéria-prima e insumos (127), entre outros.

Quando são levantadas as principais atividades econômicas dos empreendimentos solidários no Maranhão, as de serviços relacionados à agricultura aparecem na frente, conforme demonstrado no gráfico, em quantidades.

Ilustração 4

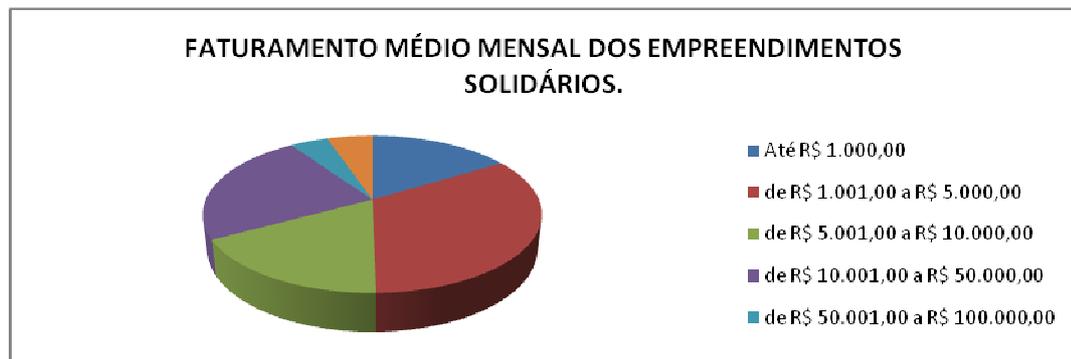
Principais atividades dos empreendimentos solidários no Maranhão



Fonte: Atlas/MA- SIES, 2007.

De acordo com o mesmo Atlas, na questão da participação da atividade econômica, a maioria dos sócios (as) trabalha ou atua diretamente no empreendimento, representando 78% do total. Quanto aos rendimentos, é preocupante notar que em 44% dos empreendimentos os ganhos são insuficientes, cobrindo somente o pagamento das despesas, sem nenhuma sobra, sendo que 18% não conseguiram obter rendimentos suficientes sequer para cobrir as despesas. Apenas 29% conseguiram pagar as despesas e ter alguma sobra.

Ilustração 5  
Faturamento mensal



Fonte: Atlas/MA- SIES, 2007.

Questionando se os empreendimentos maranhenses têm encontrado alguma dificuldade na comercialização de produtos e/ou serviços, 518 deles afirmaram que sim, contra 216, e 52 não se aplicaram. Das principais dificuldades na comercialização dos produtos e/ou serviços, foram respondidos em ordem de prioridade: o empreendimento tentou, mas não conseguiu encontrar quantidade suficiente de clientes; ninguém do empreendimento quer cuidar das vendas; ninguém do empreendimento sabe como se faz uma venda (argumentação, negociação, etc. e os compradores só compram em grande quantidade).

Quando o caso é remuneração dos sócios que trabalham nestes empreendimentos, há uma informação importante: 396 destes empreendimentos não responderam ou não conseguem remunerá-los. Apresentado no gráfico abaixo:

Ilustração 6  
Remuneração nos empreendimentos solidários



Fonte: Atlas/MA- SIES, 2007.

Quanto aos valores dos investimentos realizados nos empreendimentos nos últimos 12 meses (2006-2007):

Tabela 2  
Investimentos de 2006 a 2007

<b>EMPREENDIMENTOS</b>	<b>SOMA DE INVESTIMENTOS</b>	<b>MÉDIA</b>
17	R\$ 0,00	R\$ 0,00
48	R\$ 23.838,55	R\$ 496,64
77	R\$ 278.240,02	R\$ 3.613,51
51	R\$ 1.625.954,71	R\$ 31.881,46
10	R\$ 2.825.468,65	R\$ 282.546,87
<b>186</b>	<b>R\$ 4.753.501,93</b>	<b>R\$ 25.556,46</b>

Fonte: Atlas/MA- SIES, 2007.

Ainda, se os empreendimentos tiveram acesso a crédito ou financiamento nos últimos 12 meses (2006-2007), 420 deles responderam que não, contra 147 que afirmaram sim. Todavia, 222 não se aplicaram. Mas então, qual a finalidade do crédito?

Tabela 3  
Finalidade dos créditos

<b>DESCRIÇÃO DA FINALIDADE DO CRÉDITO</b>	<b>TOTAL</b>
Investimento	88
Custeio e investimento	31
Custeio ou capital de giro	28

Fonte: Atlas/MA- SIES, 2007.

Tabela 4  
Comparando os empreendimentos solidários entre 5 entes federativos<sup>26</sup>

	MA	RS	CE	PI	SP
<b>NÚMEROS DE EMPREENDIMENTOS</b>	793	2085	1854	1472	813
<b>NÚMEROS DE PESSOAS ENVOLVIDAS</b>	67.929	364.725	160.647	47.842	29.032
<b>FATURAMENTO MÉDIO/MENSAL/EES/R\$</b>	27.083,66	108.021,75	9.110,80	8.597,49	123.720,22
<b>OS EES CONSEGUEM REMUNERAR SEUS SÓCIOS? QUANTO/MÉDIA/MÊS (R\$)</b>	132,83	217,43	95,19	88,7	284,07

Fonte: Atlas/MA- SIES, 2007.

Analisando os dados apresentados, tanto do Maranhão isoladamente, quanto na comparação com outros Estados da federação, podemos chegar a algumas conclusões: a maior dificuldade enfrentada pelos maranhenses que fazem a economia solidária é a comercialização de seus produtos/serviços, visto que as estruturas de estradas, transportes, tecnologias de armazenamento e mercados consumidores no estado são precárias, sendo que este último se dá pela baixa renda auferida pela maioria dos maranhenses, uma das mais baixas do país<sup>27</sup>. Depois, parte dos empreendimentos aqui instalados sequer remunera os sócios que trabalham ou, quando remuneram, o fazem precariamente, sem falar nos casos em que as receitas não conseguem cobrir as despesas da entidade. O Maranhão, apesar de ter quase o mesmo número de EES que o Estado de São Paulo, tem um faturamento médio cinco vezes menor e com uma remuneração abaixo da metade daquele estado. Em comparação com o estado gaúcho o faturamento médio é de um quarto do valor e com uma remuneração/média/mensal de quase a metade. Em outra comparação, agora com os estados vizinhos, Ceará e Piauí, o Maranhão se posiciona na frente em termos de faturamento/médio/mensal, porém bem atrás na

<sup>26</sup>A escolha dos Estados para compor este quadro de comparação se deu pelas seguintes razões: Maranhão: o campo de interesse direto do estudo; Rio Grande do Sul: o que possui o maior número de empreendimentos por estado no país; Ceará: estado do Nordeste e detentor da vice-liderança brasileira em números de empreendimentos; Piauí: divide com o Maranhão os piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil e por fim, São Paulo: o mais rico da federação.

<sup>27</sup> Segundo censo realizado em 2010 pelo IBGE, o Maranhão apresentou números que o colocaram como o estado mais desigual do Brasil entre 2000 a 2010, ou seja, dos 50 municípios mais pobres do Brasil, 32 estão localizados no Maranhão. A menor renda/mensal foi registrada no município de Belágua (MA), cujo valor é R\$ 147,70.

quantidade de EES. Assim, mesmo dotado de grandes quantidades de terras agricultáveis, rios perenes, diversidade de paisagens naturais e com índices pluviométricos regulares, as políticas públicas voltadas para este setor da economia, cuja predominância é na área rural, se mostram pífias e de pouco alcance, como atesta o próprio Atlas/Cartilha da SENAES.

Ainda o Atlas na versão maranhense, em suas breves conclusões, aponta que,

Como resultado da autogestão dos trabalhadores através de seus próprios esforços e com pouco grau de apoio governamental, expressam a reação coletiva dos que procuram fugir à exclusão ditada pelas regras do mercado capitalista, formando um cenário em que cada vez mais os direitos sociais são retraídos. [...] O desenvolvimento da Economia Solidária pressupõe uma ação mais efetiva para sua promoção e fortalecimento. Para isso, é cada vez mais necessário o desenvolvimento e divulgação de informações sistematizadas da economia solidária, tornando visível seu perfil, abrangência e potencialidade (Atlas/Cartilha da SENAES, 2007, p. 26).

Desse modo, a partir do que fora levantado, constatamos em geral uma forte predominância de empreendimentos de economia solidária rurais, com seus números direcionando para uma baixa produtividade, refletidos nos também baixos valores agregado de produção e, como consequência, resultados econômicos e financeiros quase que desprezíveis.

Neste sentido, se atentarmos à movimentação do salário mínimo vigente no país em 01.05.2005 de R\$ 300,00; em 01.04.2006 de R\$ 350,00 e em 01.04.2007 de R\$ 380,00, comparando com a renda média auferida pelos trabalhadores das iniciativas solidárias maranhense, que, como já vimos, dos 793 empreendimentos, 396 sequer conseguem remunerar seus sócios, e estes, quando o fazem, representam a minoria, isto significa que nem à remuneração mínima conseguem chegar.

Ainda nesta análise, se considerarmos os valores sugeridos pelo Dieese, como a remuneração ideal, segundo mostra a tabela abaixo, o cenário é ainda mais preocupante:

Tabela 5  
Salário mínimo anual com base no DIEESE

Salário mínimo necessário – DIEESE Brasil 2000-2006 (em R\$)							
Mês	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Janeiro	942,76	1.036,35	1.116,66	1.385,91	1.445,39	1.452,28	1.496,56
Fevereiro	930,83	1.037,02	1.084,91	1.399,10	1.422,46	1.474,96	1.474,71
Março	967,21	1.066,68	1.091,21	1.466,73	1.402,63	1.477,49	1.489,33
Abril	973,84	1.092,97	1.143,29	1.557,55	1.386,47	1.538,64	1.536,96
Maio	939,06	1.090,28	1.121,53	1.478,16	1.522,01	1.588,80	1.503,70
Junho	919,41	1.072,14	1.129,18	1.421,62	1.538,06	1.538,56	1.447,58
Julho	936,12	1.055,84	1.154,63	1.396,50	1.527,56	1.497,23	1.436,74
Agosto	963,01	1.070,46	1.168,92	1.359,03	1.596,11	1.471,18	1.442,62
Setembro	1.003,67	1.076,84	1.247,97	1.366,76	1.532,18	1.458,42	1.492,69
Outubro	1.030,05	1.081,04	1.270,40	1.391,37	1.510,67	1.468,24	1.510,00
Novembro	1.021,65	1.091,04	1.357,43	1.408,76	1.439,68	1.551,41	1.613,08
Dezembro	1.004,26	1.101,54	1.378,19	1.420,61	1.468,08	1.607,11	1.564,52

Fonte: DIEESE  
Nota: (1) A partir de junho de 1996, o cálculo do salário mínimo necessário toma como base a ponderação da Pesquisa de Orçamentos Familiares 1994/95 relativa ao estrato inferior  
Obs.: Dados em valores correntes

Entretanto, se observarmos de forma desapaixonada, haveremos de reconhecer a existência de outro viés, como, por exemplo, a satisfação pelo trabalho cooperado, o que, na lógica da solidariedade, - outro ponto de muita discussão - constitui um elemento de grande significado e de estímulo a empreender nesta modalidade, mesmo abaixo das condições esperadas, por exemplo, pelo Dieese.

Todavia, não passam despercebidos os dados que demonstram o desenvolvimento heterogêneo das regiões brasileiras, onde o Nordeste aparece como a mais pobre região, com indicadores socioeconômicos assemelhados aos de regiões de extrema pobreza na África e em países da América Central. Como a economia solidária não está suspensa desta realidade, reflete inevitavelmente as condições sob as quais operam os empreendimentos solidários. No caso do Maranhão, por se tratar, como já vimos, de um estado com os maiores índices de desigualdade do país, a economia solidária é, portanto, o retrato fiel desta realidade de heterogeneidade socioeconômica.

Desta desigualdade de desenvolvimento das regiões do país, Tânia Araújo (1997, p.1086) vai enfatizar que:

Do ponto de vista da dinâmica regional, a opção estratégica tende a valorizar os espaços econômicos portadores de empresas e segmentos mais competitivos [...] esse processo secundariza as regiões menos competitivas, as mais negativamente impactadas pela competição exacerbada ou as que se encontram em reestruturação (ARAÚJO, 1997, p.1086).

Mesmo considerando a realidade apresentada, Cattani (2002, p.16-17) dirá da ousadia em fazer a crítica à economia solidária, face aos valores bem mais nobres compartilhados por seus sujeitos:

Não há dúvidas sobre a nobreza dos propósitos comungados por todos aqueles envolvidos com a Economia Solidária. Os valores associados a essas experimentações estão entre os mais belos do gênero humano: generosidade, espírito de partilha, de doação, de construção coletiva sem segregação nem preconceitos ou exploração dos mais vulneráveis. É dessas ações que nasce o novo, a possibilidade de produzir em termos ambientalmente e ecologicamente sustentáveis e, sobretudo, em condições mais dignas e humanas para os produtores diretos. Sob quase todos os aspectos, trata-se de um modo de produção embrionário mais qualitativamente superior ao sistema capitalista. A paixão do engajamento dos ativistas sociais progressistas e a qualidade humana dos empreendimentos solidários são fortes razões para que seja dada a maior importância política, social e intelectual para o que está acontecendo nesse campo (CATTANI, 2002, P.16-17).

Por fim, vale o espírito altruísta da cooperação ou a realidade nua e crua da precarização, a partir de seus resultados? Mais adiante tratamos desta e de outras questões onde a economia solidária é experimentada, seja na sua relação com o Estado e suas políticas, seja no seu espaço e as relações com o coletivo.

## CAPÍTULO 4

### **Intervenção político-governamental nos “empreendimentos de economia solidária” no Maranhão: como acontece?**

Como já vimos, muitos pesquisadores debatem sobre a necessidade de políticas públicas no âmbito da Economia Solidária em função dela servir como câmara de absorção aos que não conseguem ocupar-se. A inserção socioeconômica das populações consideradas vulneráveis – um novo termo que veio em substituição ao de “excluídos” - é um desafio, principalmente para os países subdesenvolvidos como o Brasil. Neste sentido, Sousa et al, (2009, p. 6) ressalta que, “dependendo da magnitude da região e do setor, esse problema se torna complexo e de difícil resolução”. E vai defender que

A Economia Solidária se torna uma alternativa para a inserção tanto no âmbito social como econômico de pessoas que não conseguem se inserir na base do sistema capitalista, sendo assim, a Economia Solidária além de promover reciprocidade vincula-se na geração de trabalho e renda para as pessoas mais desfavorecidas (SOUSA et al, 2009, p. 6).

Para Gomes (2007, p.37-38), do Projeto Casa Brasil<sup>28</sup>, “o desenvolvimento de uma ação governamental da Economia Solidária pode constituir-se em uma inovadora política pública de ascensão, apoio e fortalecimento de práticas sociais e econômicas, como alternativa ao desemprego e à exclusão provocada pelo mercado e suas políticas neoliberais”. Destaca ainda que:

a Economia Solidária tem a potencialidade de fortalecer o conceito de desenvolvimento, que compreende o crescimento econômico como indissociável de um processo simultâneo de distribuição de renda, garantia e ampliação dos direitos sociais e de cidadania e melhoria da qualidade de vida da população. [...] Constituir políticas governamentais voltadas à promoção da Economia Solidária tem sido uma resposta às necessidades reais dos trabalhadores e um estímulo à geração de trabalho e distribuição de renda. Além disso, pode proporcionar crescimento da produção e da renda, visto que os objetivos dos empreendimentos solidários não estão centrados na acumulação de capital, mas no reinvestimento e distribuição entre os trabalhadores (GOMES, et al, p.37-38).

Mas como poderia o Estado brasileiro devidamente articulado nas três esferas de governo reconhecer a existência de sujeitos tratados tão diferentemente

---

<sup>28</sup>O projeto Casa Brasil é um espaço destinado à convergência das ações do Governo Federal nas áreas de Inclusão Digital, Inclusão Social, geração de trabalho e renda, além de desenvolvimento e ampliação da cidadania. Trata-se de um projeto de difusão e formação para o uso intensivo das tecnologias da informação e comunicação com vistas a preparar as populações dessas comunidades para o rompimento da cadeia de reprodução da pobreza.

e assim se tornarem distintos sócio e economicamente e, a partir daí, buscar na economia solidária uma saída para este problema? Como seria o tratamento dado pelas políticas públicas aos que operam nesta iniciativa da sociedade civil, que emerge como uma reação ao desemprego e a falta de perspectivas de ocupação e renda assalariada, sobretudo no estado do Maranhão?

As respostas esperadas pelos sujeitos que atuam na economia solidária, – que opera com trabalhadores tratados desse modo em sua maioria - poderiam vir de *um outro mundo possível* que não o do capital ou, enquanto isso não acontece, das políticas de Estado eficazes destinadas a esta categoria, que urgem como necessárias e indispensáveis.

Para Ávila (1963, p. 25-26) “o solidarismo não exclui a intervenção do Estado. Sua concepção das funções do Estado não se identifica com a concepção capitalista, como não se identifica tão pouco com a visão socialista”. E defende:

Para o solidarismo, o Estado é o responsável pelo bem comum. Pode tudo aquilo e só aquilo que é exigido por este bem. Cabe-lhe assim criar condições, planejar, intervir, de maneira que os indivíduos e os grupos comunitários possam desdobrar todas as suas virtualidades, toda sua potencialidade criadora, e realizar suas justas aspirações. O Estado só não pode substituir-se às pessoas e constituir-se no seu fim supremo e na sua razão de ser (ÁVILA, 1963, p. 25-26).

Singer (2000), como já fora apresentado neste trabalho, defenderá “um Estado que tenha um caráter de atuação regulador, que propague a igualdade entre os cidadãos, nesta abordagem, ele passa a ter um papel fundamental no sentido de aportar condições para que a auto organização livre dos produtores e consumidores possa ser efetivada”.

Concretamente, Barbosa (2007, p. 146) coloca em discussão a intervenção do Estado, na figura de cliente da economia solidária, quando aponta que “essa tem sido a tendência das discussões sobre normatizações do setor [da economia solidária]: reivindicar que o poder público fomente estratégias de escoamento da produção e serviços dos trabalhos autogeridos, financiando feiras e mercados populares”. E mais: “além de abrir oportunidades legais e políticas para efetuar compras para merenda escolar, limpeza, mobiliário, manutenção, e outros encargos”.

Barbosa (2007, p. 179) aponta ainda para a questão da independência da economia solidária na sua relação com o Estado, dos primeiros instantes da construção do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e a articulação da economia solidária como política pública:

Quanto à independência perante o Estado, vimos na pesquisa que esse processo inicial de implementação é marcado por intensa simbiose, a ponto de membros do FBES questionarem a diminuição dos debates internos do fórum ou de membros da RBSES, em comunicação na rede eletrônica, observarem o abandono da agenda própria definida no encontro nacional. Além disso, o FBES depende efetivamente das verbas públicas e de sua parceria direta para normatização das ações da SENAES (BARBOSA, 2007, p. 179-180).

O fato é que para Governo Federal através da SENAES, “as mudanças estruturais, de ordem econômica e social, ocorridas no mundo nas últimas décadas, fragilizaram o modelo tradicional de relação capitalista de trabalho”. E prossegue afirmando que:

O aumento da informalidade e a precarização das relações formais de trabalho afirmaram-se como tendência em uma conjuntura de desemprego em massa. De outro lado, o aprofundamento dessa crise abriu espaço para o surgimento e avanço de outras formas de organização do trabalho, conseqüência, em grande parte, da necessidade dos trabalhadores encontrarem alternativas de geração de renda. (www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretarianacional, acessado em 3/09/2012)

E sustenta que “na Economia Solidária encontramos milhares de trabalhadores e trabalhadoras organizados de forma coletiva gerindo seu próprio trabalho e lutando pela sua emancipação”. Nas palavras oficiais:

São iniciativas de projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, redes de produção, comercialização e consumo, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar, cooperativas de prestação de serviços, entre outras. Esta nova realidade do mundo do trabalho contribui, de forma significativa, para o surgimento de novos atores sociais e para construção de novos espaços institucionais. (www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretarianacional, acessado em 3/09/2012)

Na realidade, para o Governo Federal, o programa de economia solidária em desenvolvimento pela SENAES, dentro do MTE, a partir de 2003, é uma das respostas às questões elencadas no início deste capítulo. A posição oficial:

A decisão do Governo Federal de criar a Secretaria Nacional de Economia Solidária, respondendo positivamente às mobilizações feitas no campo da economia solidária (seminários, plenárias, fóruns), significa uma mudança

profunda nas políticas públicas de trabalho e emprego que visam à geração de renda e a garantia de direitos de cidadania da população menos favorecida na sociedade. As outras formas de trabalho associado e cooperado ganharam espaço e reconhecimento ao lado das demais políticas de geração de emprego.

([www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretarianacional](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretarianacional), acessado em 3/09/2012)

Em suas propostas, está o incremento de ações de estruturação interna, de interlocução com a sociedade civil com os diversos setores do próprio MTE e com outras estruturas governamentais que, segundo levantamento realizado, o ano de 2004 foi o primeiro em que a SENAES contou com orçamento próprio, entre outros avanços. Neste caso, teve como desafio, a implementação do Programa Economia Solidária em curso e a institucionalização dos procedimentos de execução de suas políticas e dos recursos orçamentários disponíveis. Para a SENAES, foi um ano de experimentação no qual, a partir das demandas apresentadas pela sociedade civil e pelas políticas do próprio Governo Federal, esta secretaria ampliou a esfera de suas ações e recursos, sobretudo o financeiro com o apoio de outras entidades financiadoras como a Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (FINEP).

O que então de fato tem sido feito?

A SENAES teve como premissa realizar o mapeamento da Economia Solidária, através do SIES. Neste sentido, para o Atlas/Brasil da Economia Solidária (2005-2007, p. 7), o SIES é fundamental por ser “uma iniciativa pioneira no país e no mundo para identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários, Entidades de Apoio e Políticas Públicas de Economia Solidária”. E mais:

Essa iniciativa teve início em 2003, quando a SENAES e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, recém criados, assumiram conjuntamente a tarefa de realizar um mapeamento da Economia Solidária no Brasil com os objetivos de proporcionar a viabilidade e a articulação da Economia Solidária e de oferecer subsídios nos processos de formulação de políticas públicas (Atlas/Brasil, 2005-2007, p. 7).

Ademais, “no âmbito do SIES, compreende como Política Pública de Economia Solidária aquelas ações ou programas que são desenvolvidos ou realizados por órgãos da administração direta e indireta das esferas municipal, estadual ou federal com o objetivo de fortalecimento da economia solidária” (Atlas/Brasil.2005-2007, p.19), e reforça que “os beneficiários diretos destas políticas

são trabalhadores(as) e/ou sócios(as) de Empreendimentos Econômicos Solidários(EES), considerando-se tanto os que estão constituídos quanto os que estão em processo de constituição” (Ibid.,p.19).

No que concerne à caracterização das ações, estas podem ser:

Incubação, fomento e apoio; formação, qualificação e capacitação; assessoria e assistência técnica; finanças solidárias e acesso a crédito; apoio à organização da comercialização; acesso a pesquisas e tecnologias sociais; marcos regulatórios apropriados à Economia Solidária (reconhecimento, formalização, tributação e acesso às políticas públicas); comunicação, campanhas e fortalecimento de fóruns e redes de Economia Solidária (Ibid.,p.19).

Enfatizando, o Atlas/Brasil (2005-2007, p.20) informa que a institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária se realiza por meio de instrumentos, tais como: “previsão em marco jurídico regulatório (lei, decreto, portaria, etc); Previsão de programa ou ação em Plano Plurianual (federal, estadual ou municipal) ou Previsão em estrutura regimental de órgão(s) público(s) executor(es) da Política Pública de Economia Solidária”. E por fim, Conselhos e outros espaços de formulação, participação e controle social de Políticas Públicas de Economia Solidária.

Entretanto a própria SENAES chama a atenção para a necessidade de que “essas ações possuam previsão ou dotação orçamentária própria ou oriunda de financiamentos, acordos e convênios com outras instâncias governamentais, organismos multilaterais e outras organizações nacionais e internacionais” (Ibid., p.20).

Quanto aos espaços de articulação da economia solidária, esta Secretaria cita o FBES como espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais; os Conselhos de Economia Solidária, que envolvem a representação de todos estes atores, diversos Governos Municipais e Estaduais em que estão sendo implantados os Conselhos de Economia Solidária; Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, formada por gestores e gestoras governamentais de políticas públicas municipais e estaduais para a articulação e intercâmbio de conhecimentos e de experiências, como também o Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário (Faces do Brasil), organização que conta com a participação de diversas EAF's da Economia Solidárias, além de uniões de EESs como a Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de

Autogestão (ANTEAG), a União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) e a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL-Brasil); frentes parlamentares, organizadas em âmbito nacional e em diversos estados e municípios e de Setoriais de Economia Solidária, organizadas no âmbito de partidos políticos. (Atlas/Brasil, 2005-2007, p.23).

Uma ação concreta quanto ao marco jurídico regulatório realiza o estado da Bahia, com o Projeto de Lei nº 18.636/2010 que dispõe sobre a criação da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária e do Conselho Estadual de Economia Solidária. O projeto versa sobre a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária e considera a economia solidária como um conjunto de iniciativas voltadas à organização e ao desenvolvimento social e econômico, em consonância com princípios e práticas que lhe são característicos; atores do ambiente de economia solidária; princípios da economia solidária; práticas da economia solidária, como a autonomia institucional, a democratização dos processos decisórios, o exercício de atividade econômica em organização de padrão comunitário e solidário de estruturação e relações sociais, o comércio justo, o consumo consciente, as finanças solidárias e a agregação de finalidades econômica e social, entre outros pontos. Ainda desta proposta de lei, são diretrizes da Política Estadual do estado da Bahia o Fomento à Economia Solidária nos seguintes pontos:

I - prevalência de ações em favor de segmentos econômica e socialmente desprivilegiados da sociedade; II - prevalência de ações emancipatórias sobre ações assistenciais, de modo que estas, quando executadas, sejam acessórias àquelas; III - reconhecimento das diferentes formas organizativas dos atores da Economia Solidária, inclusive das sociedades em comum, ressalvado o interesse de promover a segurança jurídica, mediante incentivo à regularização dos mesmos; IV - perenização das ações de fomento à Economia Solidária; V - busca de articulação com ações executadas por demais atores da Economia Solidária (PROJETO DE LEI, 18.636/2010).

A criação de leis que amparam e fomentam a economia solidária foi também seguida pelos estados do Piauí, Rio Grande do Sul e o Distrito Federal, entre outros, sem falar das iniciativas municipais em várias regiões do país, que a priori teriam um olhar mais doméstico e, assim, se articulariam mais diretamente com seus trabalhadores no âmbito do município, bem como, a criação de espaços físicos para a comercialização direta dos produtos dos empreendimentos solidários; compra de produtos produzidos por eles para a merenda escolar, etc. Tais iniciativas

se revelam também como outras ações concretas das políticas públicas para esta categoria.

E no estado do Maranhão, de acordo com a SENAES?

Das ações implementadas por esta secretaria nacional, já citadas, como primeiro passo tem-se a realização do mapeamento dos empreendimentos solidários no estado. Neste caso, para realizá-lo, segundo Luciene Martins, Chefe da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) que representa a SENAES no estado, foi enviada uma lista com cerca de 1.500 entidades catalogadas nos cadastros da Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e de outros órgãos que detinham estas informações. O desafio foi o de identificar se os empreendimentos identificados nestes cadastros de fato preenchiam os requisitos que os caracterizassem como sendo de economia solidária, para uma posterior visitação, e assim conhecê-los e identificá-los melhor.

Para isso, entre 2003 e 2004, foram realizadas várias reuniões e encontros. Esta articulação feita a partir da SENAES, com várias entidades, como a ASSEMA<sup>29</sup>, Cáritas<sup>30</sup>, CENTRU<sup>31</sup>, MST<sup>32</sup>, CECEAMA<sup>33</sup> e representantes dos empreendimentos solidários, tinha também como objetivo a formação da Comissão Gestora Estadual, que pretendia nortear junto com a Superintendência do Trabalho e a Unitrabalho, o citado mapeamento. Para a chefe da SRTE, “é preciso ressaltar que neste primeiro momento esta Superintendência e a Unitrabalho mapearam sozinhas, pois as entidades acima elencadas, ficaram reticentes com o interesse do governo em conhecer os empreendimentos solidários”. Depois de realizado o mapeamento, foram identificadas 793 entidades que atendiam ao perfil de empreendimentos de economia solidária, conforme já detalhado no 3º. Capítulo.

---

<sup>29</sup>ASSEMA – Associação em áreas de assentamento do estado do Maranhão – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. ASSEMA é uma organização liderada por trabalhadores rurais e mulheres quebradeiras de coco babaçu, que promove a produção familiar, utilizando e preservando os babaçuais, para a melhoria da qualidade de vida no campo.

<sup>30</sup>A Cáritas Brasileira é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Sua atuação é junto aos excluídos e excluídas em defesa da vida e na participação da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural.

<sup>31</sup>CENTRU – Centro de Educação e Cultura Do Trabalhador Rural

<sup>32</sup>MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

<sup>33</sup>CECEAMA - Central de Cooperativas Agroextrativistas do Maranhão

Para a Chefe da SRTE no Maranhão, “a única ação concreta no governo de José Reynaldo Tavares (2003-2006) foi a organização da Plenária Estadual de Economia Solidária e da Feira de Produtos fabricados nos empreendimentos, presentes ao evento, apesar de não haver na época uma secretaria que tratasse especificamente da economia solidária. Segundo ela, a Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária do Maranhão (SETRES) foi criada no governo sucessor de Jackson Lago, antes porém havia somente a Gerencia de Desenvolvimento Social do Estado do Maranhão (GDS).

Entretanto, a pesquisadora da Unitrabalho, Cândida Costa (2012, p. 8) defenderá a posição de que “no Maranhão, há três iniciativas financiadas pela SENAES: Associação Tíjupá (produção de mel); Central de Cooperativas (CECEAMA, com beneficiamento de polpa de frutas) e apoio à realização de feiras de economia solidária”. E reconhece:

Nota-se que o setor não está na pauta das prioridades da agenda do governo estadual, o que coloca em cena a necessidade de que a sociedade civil pressione o poder público a inverter prioridades, vez que políticas públicas são resultado de negociação entre governo e sociedade civil, fruto de temas que são colocados na agenda pública, confrontados e negociados (COSTA, 2012, p.8).

Quanto aos empreendimentos solidários anotados no Atlas/MA e suas características, percebemos na Chefe da SRTE total desconhecimento até mesmo do perfil identificado na lista dos empreendimentos solidários ali constante. Nas palavras dela:

As associações de produtores rurais espalhados em todos estados, atendidos pelo Núcleo Estadual de Programas Especiais do Maranhão (NEPE), (**hoje, Gerencia de Inclusão Produtiva da SEDES**) por exemplo, para SENAES no Maranhão, não são consideradas empreendimentos de economia solidária, pois não atenderiam aos pré-requisitos identificadores desta categoria. Também não são consideradas de economia solidária as cooperativas de transportes alternativos, de taxi, cooperativas de empresas, etc. (ENTREVISTA GRAVADA EM 27/08/2012)

No entanto, no Atlas, aparecem 644 entidades que escolheram o modelo da Associação como forma organizativa – 81% de todos os empreendimentos identificados no Maranhão. Em sua maioria rural, representa 69% de todos os empreendimentos deste estado, incluindo ainda as cooperativas rurais. É relevante enfatizar que ao levantarmos na Gerência de Inclusão Produtiva da SEDES as associações atendidas por este órgão, encontramos um bom número das que estão

catalogadas como sendo de economia solidária, identificadas no mesmo Atlas/Ma (2005-2007). Quem ratifica a informação é o Gerente de Inclusão Produtiva desta secretaria, o Sr. Paulo Roberto Lopes, quando afirma em entrevista que “são sim, consideradas de economia solidária, até porque elas além de estarem neste Atlas da Economia Solidária do Estado do Maranhão, atuam na agricultura familiar, sobretudo as associações de caráter rural, oriundas de assentamentos agrários de colonização”. E cita, por exemplo, a Associação dos Moradores do Povoado Sagrima, em Buriticupu (MA), que cultiva cereais; a Associação Nossa Senhora das Dores do Projeto de Assentamento Conceição Rosa em Itapecuru-Mirim (MA), de remanescentes de Quilombolas, que cultiva hortaliças, legumes e especiarias hortícolas, entre outras associações e cooperativas agroindustriais.

Quanto a área Transporte Rodoviário de Passageiros, Regular e Urbano, comentado pela chefe da SRTE, é representado por 44 entidades, posicionando-se na 6ª colocação entre as vinte atividades econômicas que mais aparecem nos empreendimentos solidários, anotados no Atlas/Maranhão (2005-2007, p. 18). Portanto, outro exemplo de desconhecimento pelos que dirigem a SENAES no estado.

Contudo, ao tratar-se das reais intenções para criação de muitas associações rurais, a chefe da SRTE reconhece que “muitas delas foram constituídas com um intuito de somente buscar verbas do Governo Federal para aquisição de terras, compra de máquinas agrícolas e de beneficiamento de produtos, construção de estradas, eletrificação rural, etc.”. E diz que “há uma grande mortalidade destas associações, pois são criadas muitas vezes para somente buscar estes financiamentos e depois, não tendo mais esta finalidade, a entidade acaba sendo fechada”.

Ao buscar justificar o porquê das dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos solidários maranhenses, diz “haver uma limitação ou a existência de gargalos nos empreendimentos solidários”, e que para diminuir esse problema, na comercialização, por exemplo, o Governo Federal implantou o PAA<sup>34</sup> que é a

---

<sup>34</sup>Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção (Fonte: [www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br), acessado dia 31/08/2012).

compra de alimento para a merenda escolar, com cerca de 30% da verba destinada à economia solidária. O intuito é evitar que atravessadores entrem no sistema de compra e venda da merenda escolar destinado à economia solidária e assim desestimular a produção no seu âmbito.

E prossegue apontando que “outro problema é a falta de uma lei da economia solidária, que trate distintamente os empreendimentos solidários e as empresas capitalistas”. E enfatiza: “o Maranhão é um dos poucos estados da federação que não tem uma lei específica de fomento e de proteção da economia solidária”. Para resolver este problema em nível nacional, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária está atualmente (2012) com uma campanha em todo território nacional para que seja criada a Lei Geral da Economia Solidária<sup>35</sup>.

E cita os empreendimentos que considera exitosos no Maranhão, as iniciativas como a do Grupo de Mulheres Negra Maria Firmina, associação formada por mulheres negras que fabrica brinquedos pedagógicos e educativos em São Luís; o Grupo de artesãos no Itaqui-Bacanga, também em São Luís, que produz bolsas a partir da fibra do buriti, adotando o discurso ambientalmente sustentável; e as rendeiras dos municípios de Raposa, Paço do Luminar, Barreirinhas, Pedreiras, São Bernardo do Maranhão, entre outros.

Neste contexto, o Gerente de Inclusão produtiva da SEDES dirá que:

Alguns empreendimentos avançaram; tem bons resultados. Porque eles precisam de uma assistência técnica permanente, localizada e alguns estão tendo, outros não, pois há um problema de organização social. Um exemplo: a fábrica de sabonete e de óleo de coco babaçu é uma iniciativa bastante exitosa do movimento das quebradeiras de coco em Itapecuru – Mirim (MA). Em Lago do Junco, a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Projeto dos sabonetes de Coco Babaçu, no povoado Luduvico, tem tido resultados bastante significativos (ENTREVISTA GRAVADA EM 01/10/2012).

---

<sup>35</sup> A proposta da Lei Geral da Economia Solidária dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e o Fundo Nacional de Economia Solidária, e dá outras providências. Esta Lei estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição da Política Nacional de Economia Solidária e do Sistema Nacional de Economia Solidária, por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas a fomentar a economia solidária e assegurar o direito ao trabalho associado. As diretrizes, princípios e objetivos fundamentais da Política Nacional de Economia Solidária se integram às estratégias gerais de desenvolvimento sustentável e aos investimentos sociais que têm por finalidade a implementação de políticas visando a promoção de atividades econômicas autogestionárias, o incentivo aos empreendimentos econômicos solidários, e a criação de novos grupos e sua integração a redes e cadeias associativistas e cooperativistas de produção, comercialização e consumo de bens e serviços. (Fonte: [www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br), acessado em 31/08/2012).

E indagamos ao Gerente de Inclusão Produtiva da SEDES: o que seria para ele um resultado bastante significativo? A resposta:

Um resultado bastante significativo é quando além da organização, estes empreendimentos conseguem acessar mercados. Parte-se então do pressuposto que uma iniciativa é exitosa quando tem uma organização social e conseguem acessar estes mercados, gestão do negócio, então ver que tem uma certa sustentabilidade, agora você tem situações em que o governo investiu, investiu, e de uma forma ou de outra, não conseguiu resultados exitosos (ENTREVISTA GRAVADA EM 1/10/2012).

De volta a Chefe da SRTE, questionamos acerca da realidade dos empreendimentos solidários e sua relação com o capital e ainda, considerando que estes atuam num ente da federação com os maiores índices de desigualdades sociais do país, como é o caso do Maranhão. Assim mesmo, ela veria uma autonomia nos empreendimentos solidários maranhenses? A resposta da Chefe da SRTE, é um tanto evasiva, ao afirmar: “acho que a economia solidária é um processo em construção, apesar de saber que ela não é uma coisa nova. As pessoas nesses grupos praticam a economia solidária mesmo não tendo a consciência que a praticam”. E prossegue:

A economia solidária dá autonomia sim, porém precisa ainda ser trabalhado nas pessoas que a fazem. Precisam entender a liberdade que a economia solidária dá. E precisam ter consciência que elas têm a capacidade de gerir seus próprios negócios. Agora na nossa cultura, somos criados para sermos empregados. [...] Nossos pais nos dizem: ‘olha você vai ser empregado com carteira assinada, com garantia de aposentadoria no futuro’. [...] Na economia solidária você tem que acreditar no seu potencial, no seu grupo, porém fazer isso dentro de uma sociedade capitalista onde as pessoas só pensam em si, no lucro, não é fácil. Sem falar no imediatismo típico da nossa cultura (ENTREVISTA GRAVADA, em 27/08/2012).

Ainda da discussão desta autonomia, perguntamos à Chefe da SRTE quanto à possibilidade de haver uma contradição quando ela sustenta a existência da autonomia nos empreendimentos solidários e ao mesmo tempo em que ao fechar um contrato de fornecimento com uma grande rede de supermercados, por exemplo, a Associação dos Produtores do Vassoural em Paço do Lumiar, na ilha de São Luis, submete-se as exigências do tipo variedades, preços, quantidades e prazos na relação produção-venda. A resposta:

Neste caso, não tem autonomia, pois mesmo sabendo que o trabalhador precisa dessa autonomia, de um preço justo, ele não tem, pois muitas das vezes ele desconhece seus direitos. No exemplo desta rede de supermercado, quem tem o dinheiro é que dá as regras do jogo. ‘veja, eu compro teu material, mas só compro por isto’. [...] O trabalhador precisa

investir e está precisando. Será que ele vai deixar de vender? Neste caso não tem autonomia, porque não tem outro cliente deste porte. É o capitalismo jogando pesado (ENTREVISTA GRAVADA).

Ao ser questionada, ainda, quanto aos fatores que engendrariam a realidade díspare entre o Rio Grande do Sul, Bahia e o Maranhão, concernente ao desenvolvimento da economia solidária, ela vê que “são as políticas voltadas para a economia solidária” e prossegue dizendo que “no caso do Rio Grande do Sul, têm o fato da formação cultural pelos imigrantes europeus, que tradicionalmente já trabalham a cooperação como meio para produzir, mesmo sabendo que a região Nordeste é a que mais cresceu em termos de números de empreendimentos no país, com 43% de todos os empreendimentos atualmente”. E aponta para outra dificuldade, que é “o fato da SENAES, aqui no Maranhão estar tentando articular há algum tempo a implantação do Projeto Cataforte<sup>36</sup> de reciclagem de materiais, que já opera na Bahia, Rio Grande do Norte, Alagoas e em outros estados”. E reconhece, no entanto, que “aqui, não estamos conseguindo, pois precisamos das parcerias com o governo do estado. A SENAES não tem o recurso para financiar mais, para isso pode ser articulado com a FINEP”<sup>37</sup>.

E desabafa:

O Maranhão é tão complicado, que estamos tentando aprovar no Programa Brasil Sem Miséria do governo federal, um projeto em parceria com a SETRES, para dar conscientização e capacitação para que estes trabalhadores possam se desenvolver mais. [...] Aqui no Maranhão o poder público não se interessa. [...] A prefeitura de São Luis, é um exemplo, não se envolve com nada que fale de economia solidária. Não tem nem contato, nem com o Fórum de Economia Solidária local (ENTREVISTA GRAVADA em 27/08/2012).

Depois de colocar a situação da Associação dos Produtores do Vassoural em Paço do Lumiar (MA), que produz flores tropicais, instituição já discutida neste

---

<sup>36</sup> O Projeto Cataforte – Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis é fruto da parceria entre a Fundação do Banco do Brasil e a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego e envolve a capacitação de 10.600 catadores em 17 estados e no Distrito Federal. Seu objetivo é mobilizar os catadores e estimular sua organização em cooperativas e associações, fortalecendo sua autonomia para gerir e atuar nas diferentes etapas da cadeia produtiva de recicláveis. O projeto prevê, ainda, equipar as organizações dos catadores, facilitando o transporte, logística e infraestrutura adequada para o trabalho (Fonte: [www.unitrabalho.org.br](http://www.unitrabalho.org.br), acessado dia 5/09/2012).

<sup>37</sup> A FINEP- Financiadora de Estudos e Projetos é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Seu estatuto foi aprovado pelo Decreto 1.808 de 7 de fevereiro de 1996, alterado pelo Decreto nº 2.209, de 18 de abril de 1997 e pelo Decreto nº 2.471, de 26 de janeiro de 1998, pelo Decreto nº 3.987, de 29 de outubro de 2001, e pelo Decreto nº 7.322, de 30/09/2010 (Fonte: [www.finep.gov.br](http://www.finep.gov.br), acessado dia 31/08/2012).

capítulo, perguntamos ao Gerente de Inclusão Produtiva da SEDES sobre a autonomia desta associação, expondo a mesma situação apresentada à Chefe da SRTE. Este respondeu de forma também evasiva, quando disse que “o exemplo da citada associação, é um caso de apoio dado pela SEDES, com estufas, sistema de irrigação, etc.”. E otimista, prossegue: “Temos informações que elas [as mulheres da associação] não dão conta de atender toda a demanda. [...] O problema lá é que falta escala, por isso a grande importação de flores São Paulo”.

Neste sentido, questionamos: o que precisa ser feito para que os empreendimentos maranhenses decole? Obtivemos como resposta: “é preciso bater em três teclas: uma é a assistência técnica, ela tem que ser permanente; a outra é crédito orientado, com gestão, ou seja, fazer uma aplicação profissionalizada com os recursos que recebe e depois, o mercado que já temos”. Por fim indagamos: qual é a principal dificuldade que vocês estão encontrando, enquanto SEDES? A resposta:

O gargalo é a assistência técnica, pois recursos e o mercado existem. A rede de assistência técnica não avançou e o estado é que tem que prover. Hoje não se pode dizer que alguém produza alimentos sem tecnologia. O problema é que o estado [do Maranhão] não consegue suprir. Não me pergunte por que, pois eu não sei. Não precisa de grandes coisas, a EMBRAPA está aí para isso com centenas de pesquisas já feitas (ENTREVISTA GRAVADA EM 1/10/2012).

Questionamos à Chefe da SRTE, que a partir da análise do Atlas/MA identificamos que grande parte dos empreendimentos sequer remunera seus sócios, e quando remunera, é bem abaixo de um salário mínimo vigente. Mesmo sabendo que a satisfação social está entre os fatores que motivam as pessoas a enveredarem-se nos empreendimentos solidários, perguntamos a ela se isto seria suficiente. A resposta: “a satisfação de fazer parte de um empreendimento de economia solidária, deveria ser aliada da geração de trabalho e renda”. E conclui: “não consigo, imaginar alguém ter a satisfação de viver na miséria, é um conjunto de coisas, porém, concordo que a economia solidária é um caminho libertador”.

Então, nos perguntamos: que libertação é essa? O próprio Atlas/MA (2005-2007, p.32) enfatiza em suas conclusões o pouco apoio governamental dispensado para a economia solidária maranhense e a sua relação com o

capitalismo de característica excludente, portanto, com significativos obstáculos ao que se propõe a categoria: Na citação do Atlas:

Como resultado da auto-organização dos trabalhadores através de seus próprios esforços e com pouco grau de apoio governamental, expressam a reação coletiva dos que procuram fugir à exclusão ditada pelas regras do mercado capitalista, formando um cenário em que cada vez mais os direitos sociais são retraídos (*Ibid.*, p.32).

O mesmo Atlas/MA aponta ainda para o estado de precarização da força de trabalho nestes empreendimentos, quando afirma que “a criação da maioria dos empreendimentos econômicos solidários ainda teve na luta pela sobrevivência seu principal objetivo, superando a motivação da busca pela produção coletiva” (*Ibid.*, p.32).

Porém, quanto ao principal desafio para a construção da política pública de economia solidária no Maranhão, o mesmo Atlas dirá que “é o modelo de desenvolvimento em curso. A superação desse desafio passa pela prioridade na estruturação da política de economia solidária tendo como eixo o desenvolvimento local e sustentável” (*Ibid.*, p.33).

Dos apoios recebidos pelos empreendimentos solidários maranhenses, o Atlas/MA (2005-2007, p. 27) elenca que

apenas 52% de empreendimentos tiveram acesso a algum tipo de apoio, assessoria, assistência ou capacitação, especialmente nas áreas de assistência técnica e/ou gerencial e qualificação profissional, técnica e gerencial; aproximadamente 10% contaram com formação sociopolítica (autogestão, cooperativismo, economia solidária); a capacitação ocorreu por ação de órgãos governamentais, Sistema S-85 (Senai, Senac, Sebrae, Senar), seguido de organizações não-governamentais, igrejas e movimento sindical; os órgãos governamentais figuraram como os maiores fornecedores de apoio. Mas na forma de ações fragmentadas, não significando a existência de políticas e programas específicos para a economia solidária.

De 2003 a 2007, a antiga Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário do Maranhão, via NEPE, apoiou, com recursos do Banco Mundial, a compra de terras para agricultores organizados em associações rurais (147.114,94 ha) e investimentos comunitários<sup>38</sup>, totalizando R\$ 98.782.320,00, em 246 propostas, beneficiando no total 7.346 famílias.

---

<sup>38</sup>Trata-se de aquisição de compra de máquinas, implementos agrícolas e melhorias na infraestrutura das comunidades atendidas.

O que impressiona é ver que parte das máquinas e implementos agrícolas, por exemplo, adquiridos por estas associações rurais, hoje, está sucateada, devido à falta de assistência técnica e recursos financeiros, sobretudo para manutenção dos tratores agrícolas, que exigem maior investimento e cuidado.

Para ilustrar os apoios em geral, apresentamos no quadro abaixo, os principais apoiadores dos empreendimentos solidários no estado do Maranhão:

Tabela 6

## Quem forneceu apoio aos empreendimentos

<b>ENTIDADES QUE FORNECERAM APOIO</b>	<b>TOTAL</b>
Órgãos governamentais. Qual?	159
Sistema "S" (Sebrae, Sescop, etc). Qual?	119
ONGs, OSCIPs, Igrejas, associações e conselhos comunitários, etc. Qual?	78
Outra. Qual?	76
Movimento Sindical (Central, Sindicato, Federação). Qual?	63
Cooperativas de técnicos(as). Qual?	19
Universidades, incubadoras, Unitrabalho. Qual?	6

Fonte: Relatório Pesquisa Mapeamento EES/UNITRABALHO-UFMA; SIES/MTE, 2007).

Como notamos, dos 793 empreendimentos catalogados no mapeamento analisado, somente 159 receberam apoio direto do Estado; ficando, portanto, 634 entidades a serem apoiadas por outras organizações. Assim, 361 delas foram apoiadas por organizações sociais, organizações não-governamentais, igrejas, sindicatos, etc. E, o que é pior, o expressivo número de 273 empreendimentos ignorados, sem nenhum tipo de apoio.

De volta ao Gerente de Inclusão Produtiva da SEDES, perguntamos: qual a ação principal hoje desta secretaria estadual? A resposta:

A SEDES hoje está tratando de um recorte social daqueles que estão em condições de extrema pobreza. Ela tem um papel de tirar 1,7 milhão de pessoas que se encontra nestas condições de extrema pobreza, isto é, um milhão, no meio rural e setecentas mil pessoas no meio urbano em todo o estado do Maranhão. Estas pessoas que estão auferindo renda abaixo de R\$ 70,00. Ou seja, o público preferencial do Bolsa Família”. Existe o Cad 1, que é o cadastro único, que aponta as pessoas que recebem até meio salário mínimo. Os que se encontram neste perfil são considerados pobres para o governo, que é a porta de entrada para as políticas públicas. Agora dentro do Cad Único tem as famílias extremamente pobres. Na área da agricultura temos para elas o Pronaf B<sup>39</sup>. (ENTREVISTA GRAVADA EM 01/10/2012).

E aí insistimos: Há uma ação concreta para atender esse contingente de 1,7 milhão de pessoas no estado do Maranhão?

Temos um grande investimento que o governo do estado está atualmente captando junto ao BNDES na ordem de R\$ 0,5 bilhão de reais para que possa levar água, moradia, fomento, estradas, regularização fundiária. Isso para o meio rural. Para o meio urbano: capacitação, oportunidades de trabalho para pequenos circuitos locais. Uma doceira, reciclagem, etc. (ENTREVISTA GRAVADA EM 1/10/2012).

Desse modo, não dá para não perceber, que no campo das intenções ou mesmo, dos incipientes apoios concretos, os resultados socioeconômicos são pífios, uma vez que são de forma pontual e localizada. Isto é, com baixo ou nenhum impacto prático, autonomizador e, sobretudo, universalizante. É o que constata Costa (2012, p. 22) em sua pesquisa:

Podemos assinalar como limites da Economia Solidária e das políticas públicas estaduais a inexistência de políticas governamentais, no âmbito estadual, para o fortalecimento da Economia Solidária bem como limites das políticas governamentais para a economia solidária: os eixos prioritários de desenvolvimento incluem agronegócios, enquanto a maior parte dos empreendimentos econômicos solidários dedica-se à agricultura familiar.

Num tom de exortação, Costa (2012, p. 22) dirá que “a sociedade precisa pressionar o governo estadual para a adoção de ações de promoção da economia

---

<sup>39</sup> Criado em 1999 no âmbito do Pronaf para combater a pobreza rural, o Microcrédito Rural (também conhecido como Grupo B do Pronaf) é estratégico para os agricultores familiares pobres, pois valoriza o potencial produtivo deste público e permite estruturar e diversificar a unidade produtiva. Pode financiar atividades agrícolas e não agrícolas geradoras de renda. São atendidas famílias agricultoras, pescadoras, extrativistas, ribeirinhas, quilombolas e indígenas que desenvolvam atividades produtivas no meio rural. Elas devem ter renda bruta anual familiar de até R\$ 6 mil, sendo que até 70% da renda podem ser provenientes de outras atividades além daquelas desenvolvidas no estabelecimento rural. A operacionalização do Microcrédito Rural é feita com recursos do Tesouro Nacional e dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Fonte: [www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br), acessado em 28/09/2012).

solidária e garantir espaços de participação e controle social das políticas de economia solidária”. E prossegue:

Nesse sentido, o desenvolvimento da economia solidária pressupõe uma ação mais efetiva de promoção e fortalecimento. Para isso, é cada vez mais necessário o desenvolvimento e divulgação de informações sistematizadas da economia solidária, tornando visível seu perfil, abrangência e potencialidades, através de um banco de dados estadual. [...] Além de dar visibilidade ao perfil dos sujeitos da economia solidária, é necessário valorizar as capacidades e potencialidades da economia solidária no Maranhão, considerando os seguintes aspectos: a viabilidade econômica de iniciativas autogestionárias e solidárias; a inclusão social pela via da geração de trabalho e melhoria de renda; a constituição e afirmação de novos valores e práticas autogestionárias, de participação democrática e de uma cultura da solidariedade; o potencial organizativo na formulação de políticas alternativas de desenvolvimento; e o reconhecimento pelo Estado da diversidade de formas de organização e relações de trabalho decente. COSTA, (2012, p. 22)

Pelo que vimos, a autora elenca itens que deveriam estar na pauta das políticas públicas do estado do Maranhão, mas na prática estão longe da maioria das pessoas diretamente interessadas. É aí que se assenta nossa posição que ao concordar com a crítica da Barbosa (2007, p. 22) quando chama a atenção para “a cultura do auto-emprego, e contando com a participação decisiva do Estado”, enxergamos neste ente da federação um signo de indiferença em ações realmente modificadoras para o cenário aqui exposto e analisado, sem falar que o próprio MTE explicita em seus canais oficiais a intenção de promover a economia solidária como válvula de escape para o “exército de reserva”, como alternativa à desocupação. Eis o que aparece em sua pagina eletrônica:

O Ministério do Trabalho e Emprego passou a assumir, para além das iniciativas de emprego e de proteção dos trabalhadores assalariados, o desafio de implementar políticas que incluam as demais formas de organização do mundo do trabalho e proporcionem a extensão dos direitos ao conjunto dos trabalhadores. A SENAES colabora com a missão do Ministério do Trabalho e Emprego fomentando e apoiando os Empreendimentos Econômicos Solidários por meio de ações diretas ou por meio de cooperação e convênios com outros órgãos governamentais (federais, estaduais e municipais) e com organizações da sociedade civil que atuam com a economia solidária (Fonte: [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br), em 3/09/2012).

Apesar das “boas intenções” do Estado brasileiro com a criação da SENAES, sustentamos que a relação de precarização da força de trabalho na economia solidária, estaria sendo construída por ações de baixa repercussão e

também pelas omissões deste Estado, porque do capital já fora demonstrado e contundentemente tratado ao longo desta pesquisa.

Sobre a atenção do Governo de Luís Inácio Lula da Silva à economia solidária, Barbosa (2007, p.235) apresenta a fala do então Secretário Nacional de Economia Solidária Paul Singer (2004, p.11): “há sim um esforço pela construção de alternativas e políticas em outras áreas, e é por isso que estou no governo”. Mas Barbosa (2007, p.235) aponta para uma contradição e uma indicação a acomodação de mudanças na postura deste governo:

Essa segmentação da ação do governo pode indicar a acomodação de mudanças, mantendo intacto o projeto de poder econômico subjacente a esse quadro mundializado do capital a que a elite nacional adere – diante de bloqueios internacionais, as práticas governamentais limitam-se às políticas ativas internas. Em outras palavras, alteram-se práticas, recompondo-se ações sem mexer fundamentalmente na possibilidade de cumprir, no país, um direito republicano básico, como de prover a vida por meio do trabalho a todos. A afirmação da política de economia solidária já é em si uma exceção porque pressupõe uma política de universalização do trabalho protegido. (BARBOSA, 2007, p. 235).

Neste sentido, sustentamos até aqui, que é paradoxal a proposta que ao mesmo tempo intui no solidarismo os meios de autonomia socioeconômica dos sujeitos ali envolvidos, que concretamente emperra, devido a fatores exógenos à própria experiência da economia solidária, como já fora tratado. Sendo assim, ao que nos parece, não dá para desvencilhar as relações: economia solidária - capitalismo - Estado neoliberal capitalista.

Vimos que as políticas públicas dirigidas à economia solidária, no Brasil, e mais precisamente no Maranhão, sobretudo nas ações ou omissões das políticas governamentais dirigidas aos empreendimentos solidários, precarizam ainda mais a força de trabalho e, desse modo, refletem sua condição de extremo periférico, materializado na baixa tecnologia empregada em seus processos produtivos e a também baixa renda auferida por seus trabalhadores.

Na parte seguinte, fazemos um mergulho mais profundo na realidade dos empreendimentos solidários maranhenses, conhecendo de perto as experiências das iniciativas locais, suas relações endógenas e exógenas e assim abordá-la, com maiores possibilidades de uma crítica desapaixonada, mas não menos lúcida e revolucionária.

### 3ª PARTE – ANÁLISE DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

Penetrar na realidade da Economia Solidária e conhecer de perto como acontecem as relações dos sujeitos que operam dentro desta categoria, os resultados advindos do labor em seus espaços e ainda, ousar fazer uma crítica à quem busca no solidarismo, materializado na autogestão, uma saída a desocupação e falta de renda, é sem dúvida o grande desafio deste trabalho dissertativo. Ainda mais, conscientes da importância dada à Economia Solidária em todo o mundo e, sobretudo no Brasil, que luta, sofre e persiste na tentativa de oferecer alternativas a muitos que não tendo a possibilidade do assalariamento, assumem o risco de produzir dentro de seus empreendimentos.

Outro desafio aqui presente é o de identificar e reconhecer que em determinadas experiências solidárias, há casos que convencionamos chamar neste trabalho, de relativos êxitos. O status de “relativo” diz respeito a considerarmos que na relação com o capital e as políticas públicas engendradas pelo Estado neoliberal, os empreendimentos solidários quando não são extremamente ignorados, são montados a eles, programas de ações cujos efeitos paliativos não alteram a realidade da precarização da força de trabalho em seu âmbito; um êxito parcial, oferecido aos que aceitam enveredá-los, dando a estes a sensação de um tipo de realização que está mais ligada ao atendimento das necessidades sociais (de reconhecimento social em si), do que propriamente socioeconômicas, como normalmente os frios estudos da economia utilizam como parâmetros de sucesso.

O empenho está no fato de que, ao reconhecermos suas fragilidades, como a baixa remuneração, a desproteção social, os conflitos internos e a desumana concorrência, sobretudo, com o grande capital (nossa insistência), reconhecemos também o espírito altruísta dos que a protagonizam, “muito embora a narrativa das virtudes do empreendedorismo e do auto-emprego precise dar coerência e convicção a essa insegurança social, transmutada na liberal independência e liberdade” (BARBOSA, 2007, p.124).

De condições tecnológicas e estruturais abaixo do razoavelmente aceitável às relações sociais conflituosas nos espaços solidários (também inerentes ao qualquer grupo social), analisamos a realidade atual, sobretudo nos

empreendimentos voltados para a atividade de coleta e reciclagem de materiais, campos diretos da pesquisa que, a nosso ver, operam numa atividade econômica de baixo valor agregado e quase sempre em ambientes potencialmente insalubres, como é caso do Lixão da cidade de Santa Inês e o da ASCAMAR no centro de São Luís.

A análise das motivações dos sujeitos para estarem nestes espaços, numa escolha contingencialmente imposta pela necessidade de ocupação e renda, e em que grau ou a que peso aparecem ou se situam, ou mesmo se catar lixo, em “lixão aberto” ou catar “mais limpo” no centro de São Luis, farão diferença na hora de colher os resultados do labor, são alguns dos principais temas desta parte. Tal labor, por sinal, dispensado pela grande parte da população, mas que ironicamente, é colocado num status de relevância socioambiental, como se isso por si só, os elevassem a um patamar de suficiências sem as contrapartidas devidas.

Neste contexto, concordamos com Barbosa (2007, p. 102) quando diz que “o lixo é hoje um grande problema ambiental para a qualidade de vida humana e do planeta em geral, demonstrando uma das faces mais destruidoras do metabolismo do capital”. E depois que:

As distorções na destinação de material em desuso na produção, no comércio ou na vida privada tem motivado acordos políticos internacionais que recebem pouca atenção dos governos, restringindo-se a ações organizadas ou informais de reaproveitamento. Neste quadro, não seria oportuno desconsiderar que milhares de trabalhadores excedentes do mercado de trabalho vivem desses rejeitos do consumo produtivo e improdutivo capitalista (BARBOSA, 2007, p. 103).

Ademais, nesta terceira e última parte, além das incursões empíricas ao Lixão da cidade de Santa Inês, com o objetivo de identificar sinais que expressem as condições socioeconômicas de degradação e de mostrar que as relações de trabalho na ASCAMAR, engendram a mitigação de mais direitos, haveremos também de analisar, a partir de entrevistas realizadas com outros empreendedores solidários do estado do Maranhão - presentes na Feira Saberes e Sabores quando da 64<sup>a</sup>. Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) ocorrida em julho de 2012 em São Luís - buscar conhecer mais e melhor o funcionamento de outras iniciativas voltadas, neste caso, a agroindústria familiar e ao artesanato. A intenção é ampliar o campo de análise e ter uma visão holística da economia solidária no estado.

## 5º CAPÍTULO

### **As relações de trabalho no Lixão de Santa Inês e em outros empreendimentos solidários maranhenses: revolução ou mitigação?**

Ao nos aproximarmos literalmente do terreno onde se encontra o “Lixão” da cidade de Santa Inês, a imagem tradicional dos velhos lixões que outrora vimos em reportagens de TV, com suas montanhas de materiais descartados, orgânicos e não-orgânicos, seus milhares de urubus, cães doentes, adultos maltrapilhos, crianças descalças e cobertas por insetos altamente contaminados, se apresenta agora real, desumana, degradante e impiedosa.

De pronto, as cenas insólitas do compartilhamento de comida, trazida de casa e consumida naquele ambiente pelos trabalhadores-catadores do Lixão desta cidade, sentados “confortavelmente” em sofás rasgados e sujos ali jogados, nos remete ao cenário da degradação humana por excelência, do escárnio dispensado ao outro e, sobretudo, para o fato tão latente da diferença abissal que separa os poucos ricos dos muito pobres.

Neste sentido Cattani (2002, p. 15) dirá que há hoje

a concentração de renda em patamares jamais vistos desde o início do capitalismo. A hiperburguesia, que não chega a 0,01% da população e, é detentora de um volume de riqueza superior ao que possuem 50% dos habitantes do planeta. Riqueza esta constituída por bens materiais que correspondem a instrumentos de poder e de... ampliação da riqueza. Ou seja, trata-se de um mecanismo perverso que faz com que ricos fiquem cada vez mais ricos e de forma acelerada (CATTANI, 2002, p. 15).

E mais, sendo reproduzida num dos estados mais desiguais, como é o caso do Maranhão, detentor da décima sexta economia e da vigésima sexta em indicadores sociais, de vinte e sete estados brasileiros. Neste sentido, Dal Rosso (2008, p. 8) reforçará que isto acontece por que,

sobretudo, a forma capitalista de produção continua baseada no princípio de fungibilidade física e intelectual do trabalho vivo, organizado e disciplinado em condições desinteressantes e estressantes que levam ao embotamento da inteligência, à alienação de muitos para o benefício de poucos (DAL ROSSO, 2008, p. 7- 8)

Na inserção em um ambiente como é caso de um Lixão, tomamos algumas medidas para uma melhor socialização e interação, sobretudo em, primeiramente, conhecer seus principais personagens e a partir daí reconhecer as

rotinas de trabalho, as relações sociais, sem ainda, neste estágio, ter a pretensão de entrevistá-los e de, portanto, obter as respostas aos questionários previamente preparados para tal.

Desse modo, o cuidado em não alterar a rotina de trabalho foi importante, visto que eles trabalham por produtividade, sendo então prejuízo qualquer parada na produção da coleta. E mais, num ambiente potencialmente insalubre<sup>40</sup>, como já relatamos, nos limitamos a usar somente protetores solares e repelentes de mosquitos, que não “aparecem”, bem como o cuidado de não usar máscara, o que, a nosso ver, poderia trazer constrangimento e com isso dificultar uma maior proximidade entre pesquisador e pesquisado.

Assim, nas visitas e nos diálogos com os catadores, levantamos dados que podem dar indicativos da realidade socioeconômica da comunidade dos catadores deste lixão, como a situação em que esses trabalhadores ainda se organizam informalmente. Contudo, vale ressaltar que na década de 1990, eles já foram formalmente organizados, quando a empresa RECIMA<sup>41</sup>, fazia a seleção de materiais recicláveis no local, utilizando para isso uma estrutura de galpão, esteira, prensa e transporte, mas que depois veio a fechar em função de problemas de gestão e de inviabilidade econômica da atividade - segundo foi relatado.

Desse fato, os catadores recordam que, quando trabalhavam para esta empresa, ela absorvia somente cerca de vinte e cinco trabalhadores, dos mais de cem ali disponíveis, ficando a maioria impossibilitados de catar, mesmo por conta própria, já que a RECIMA impedia, cancelada pela prefeitura do município, que pessoas fizessem coletas paralelas. Atualmente para os trabalhadores do Lixão “é bem melhor catar sozinho ou por família, pois além de ganharem mais, vários podem participar da ‘catação’ sem a necessidade de se inscrever ou de dividir os lucros com os colegas” (depoimento espontâneo).

Diante do contexto, levantamos a seguinte questão: estariam os catadores do Lixão de Santa Inês operando dentro da categoria da economia solidária mesmo

---

<sup>40</sup> Alguns catadores relataram nas entrevistas que sofreram alguma doença oriunda das atividades de catador, como dor de cabeça, micose, febre e dor em todo o corpo, cortes com vidros e com metais, entre outras patologias.

<sup>41</sup> Empresa de coleta de materiais recicláveis instalada nas proximidades do Lixão aberto de Santa Inês (MA) no final da década de 1990, a partir de um projeto de reaproveitamento de materiais da prefeitura local.

de modo informal, individual ou em grupo familiares? O Atlas/MA (2005-2007, p.7) cita que “na concepção de Empreendimento Econômico Solidário tomou como referência os elementos definidos nacionalmente no Guia de Procedimentos para a Pesquisa (MTE/SENAES), apoiados, principalmente, em Singer e Gaiger”. Assim reza o Guia: “podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização”. No caso em tela, trabalhando no formato do solidarismo de compartilhamento de “clientes- atravessadores”; da distribuição dos espaços de seleção, armazenamento e vigilância do material coletado, Sem falar nas refeições divididas no local de trabalho.

A explicação para o público desse tipo de organização quem dá é próprio Singer (2000, p.126), quando diz que “na sociedade moderna, o patamar mínimo de acumulação original<sup>42</sup> é um pouco melhor, graças ao seguro desemprego e outras transferências que permitem a náufragos sociais recomeçar com um capital mínimo”. E prossegue:

Mas grande parte dos que não têm acesso aos meios de produção socialmente acumulados por firmas e governos fica marginalizada em ociosidade ou semi-ociosidade, à espera de uma futura oportunidade de se reintegrar ao ‘emprego’. O isolamento social e a falta de organizações de suporte à auto-acumulação explicam a grande e crescente proporção de pessoas aptas e desejosas de trabalhar, que ficam relegadas ao limbo do ‘desemprego’ ”. (SINGER, 2000, 126-127).

Todavia, as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores do “Lixão” de Santa Inês se mostram ainda mais cruéis, pois além de operarem na informalidade, como já vimos, sem as condições mínimas “de tudo”, o emprego formal, para a maioria, jamais foi alcançado.

Identificamos que a maioria destes catadores foi empurrada do campo de pouca ou nenhuma perspectiva, e que ainda hoje vislumbram possibilidades de retornar a ele ou de conseguirem ocupar-se na forma assalariada, tanto na iniciativa privada quanto no serviço público, via prefeitura local.

---

<sup>42</sup> Para Singer (2000, p. 126): “Cada posto de trabalho, seja ele assalariado ou por conta própria, exige uma acumulação prévia de ‘capital’ no sentido vulgar de meios de produção e de subsistência, produzidos *antes que o trabalho em questão dê algum fruto*. Esta talvez seja a lei mais geral da ocupação e que governa o montante de postos de trabalho disponíveis em qualquer economia nacional num determinado período de tempo”. E fala da acumulação original, ilustrando a saga de Robinson Crusóé, onde o “pobre náufrago, que alcança a terra firme com pouco mais que a roupa do corpo, precisa iniciar sua acumulação ‘original’, o que exige o sacrifício de todo consumo que não mais o essencial”.

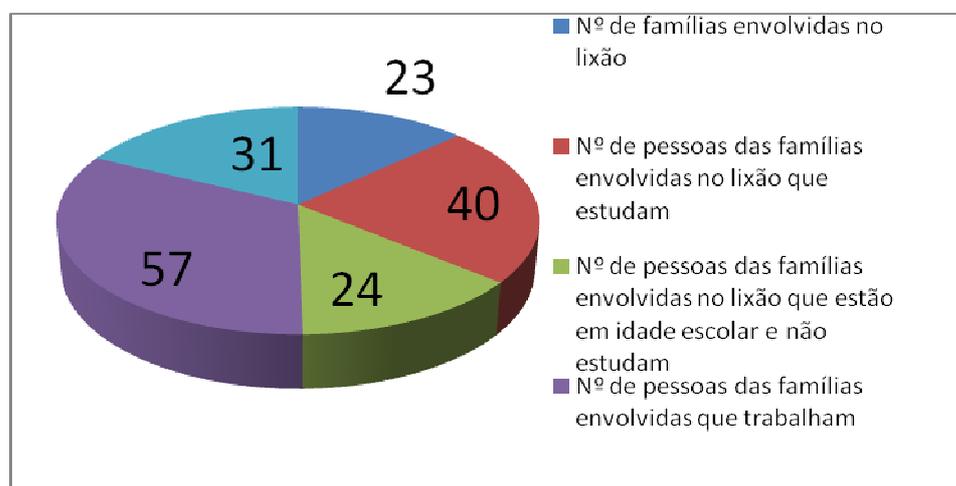
Ademais, para conhecer o perfil dos trabalhadores do grupo de catadores do “Lixão de Santa Inês”, foram aplicados vinte questionários, na tentativa de leitura da realidade dos mais de cem trabalhadores-catadores que ali atuam.

Sendo assim, como premissa, perguntamos: de onde estes trabalhadores vêm? A resposta: 25% deles da própria cidade de Santa Inês; igualmente 25% oriundos do interior do município; 30% vieram de outras cidades maranhenses e 20% de outros estados.

Em números, o perfil das famílias dos catadores:

Ilustração 7

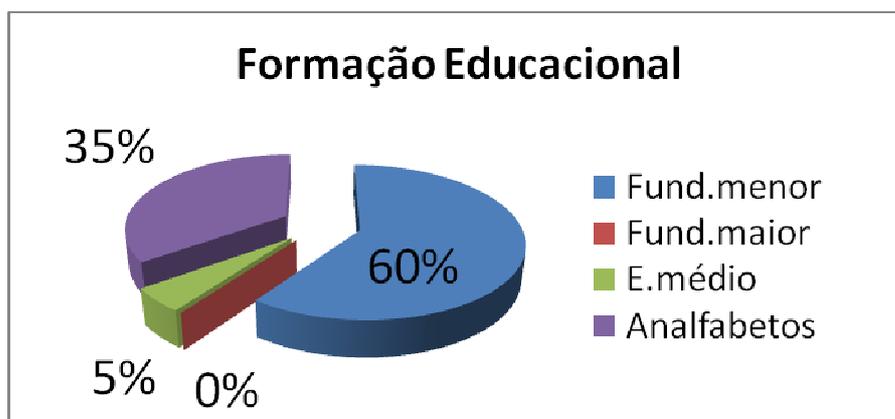
Perfil escolar e ocupacional das famílias



No quesito gênero, do total de homens trabalhando, 40% deles são menores de 18 anos, o que é um fato bastante grave, já que crianças e adolescentes representam uma significativa parcela; 50% situam-se entre 18 e 60 anos e 10% são idosos. Entre as mulheres, não aparecem menores trabalhando; jovens entre 18 e 25 anos são 20%; adultas participando com 60% e mulheres idosas representando 20% do total.

Qual o grau instrucional dos homens e mulheres catadores:

Ilustração 8



Analisando o quadro acima, vemos que grande parte (60%) sequer fizeram o Ensino Fundamental completo e boa parte deles (35%) nunca foram alfabetizados. Um dado a ser notado é que 5% deles concluíram o ensino médio, isto é, considerando o perfil de instrução para uma maior empregabilidade numa cidade do interior, a ocupação assalariada ficou distante deste grupo. Neste caso, identificamos que 15% dos trabalhadores já tiveram emprego assalariado com “carteira assinada”, contra 85% deles que não tiveram sua Carteira de Trabalho ainda assinada.

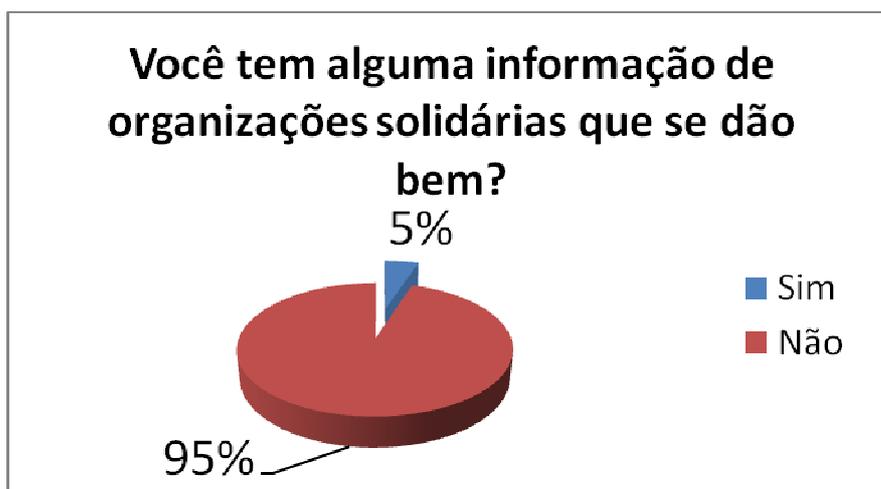
Quanto à cor ou raça, 54% deles se reconhecem pretos; 38% pardos e 8% brancos. Outras cores/raças não foram apontadas, apesar de aparecerem no questionário aplicado.

Das interferências do Estado e suas políticas públicas atuais voltadas ao grupo, sejam elas dos três níveis de governo, todos, sem exceção, afirmaram não ter nenhum tipo de apoio e 95% dos entrevistados sequer ouviu falar do Programa Bolsa-Catador do governo federal<sup>43</sup>. Do programa de transferência Bolsa-Família, também do governo federal, 80% das famílias destes trabalhadores afirmam possuir algum membro da família sendo beneficiado.

Da viabilidade das iniciativas solidárias, foi perguntado:

<sup>43</sup> O Programa Bolsa catador é uma “Ação para os catadores de material reciclável que envolve o Plano Brasil Sem Miséria e o Ministério do Desenvolvimento Social. É o fortalecimento da participação do catador na coleta seletiva e nas cadeias de reciclagem. (WWW.mds.gov.br., acessado em 10/11/2012)

Ilustração 9



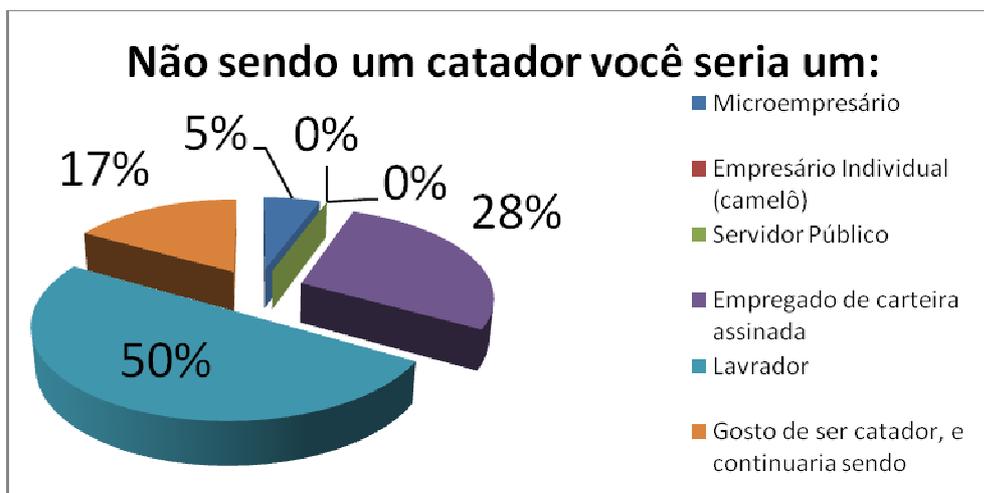
Neste caso, as Redes de Colaboração Solidárias<sup>44</sup> estão longe dos trabalhadores do Lixão de Santa Inês, pois somente 5% deles responderam saber que outras iniciativas solidárias experimentam algum êxito. Sendo assim, a ideia na prática desta rede de colaboração, está longe de existir no Lixão, como propõe o altruísta e utópico pesquisador, Euclides Mance.

Sendo assim, haveria nestes catadores um olhar para outros horizontes além do da coleta e seleção de materiais recicláveis? Como vemos, 50% afirmam que voltariam ao campo, como agricultores. Outras opções foram apontadas, que para ilustrar seguem no quadro:

---

<sup>44</sup> A colaboração solidária pode constituir-se em uma estratégia adequada à organização de sociedade pós-capitalistas, através da implantação de redes que conectam unidades de produção (entendidas como empreendimentos de produção, comércio e serviço) e unidades de consumo, em movimento recíproco de realimentação, permitindo a geração de postos de trabalho e o incremento da renda dos participantes, o fortalecimento da economia e do poder locais, bem como uma autônoma transformação cultural das sociedades em que se implanta a afirmação de uma ética e de uma visão de mundo solidárias antagônicas não apenas ao neoliberalismo, mas ao próprio capitalismo (MANCE, 2002, p. 23).

Ilustração 10



A seguir, apresentamos dados quanto aos tipos de materiais coletados, comercializados e suas rotinas de trabalho, bem como outras informações.

Em geral são coletados plásticos, vidros, papelões, ferro, cobre e alumínio. Cada catador recolhe materiais que lhe são interessantes; alguns recolhem apenas vidros, outros plásticos como, por exemplo, garrafas pet, sacolas, papelão, cobre, ferro, alumínio e metal. Como eles só coletam, para que compradores locais e de fora busquem, não há, nenhum tipo de processamento desse material.

Da rotina de trabalho, a maioria trabalha pela manhã. Outros ficam das 06h às 18h. Alguns em apenas um turno, ou pela tarde ou manhã. Nenhum dos entrevistados trabalha no turno da noite e alguns trabalham em dias alternados.

A quem vendem? 95 % deles comercializam para sucateiros de Santa Inês e para atravessadores de outras cidades, como a vizinha Bacabal e a capital São Luís, e somente 5% recolhe materiais para uso próprio<sup>45</sup>. E por quanto vendem os materiais? Há uma grande variação de preços. A garrafa pet, por exemplo, varia de R\$0,20 a R\$0,80/kg; o vidro R\$10,00; o alumínio R\$2,00/kg; o papelão R\$0,10/kg; o ferro variando de 0,05 a R\$0,15/kg, o cobre de R\$7,00 a R\$9,00/kg, piade R\$ 0,45/Kg; sacola-filme R\$0,20/kg. Neste caso, se falarmos dos resultados financeiros da coleta, cada catador retira uma renda mensal entre R\$100,00 à

<sup>45</sup> São catadores que realizam coleta de sobras de frutas e legumes descartados pelos feirantes da cidade e assim as utilizam como principal dieta na criação de porcos. Portanto, estes fogem à regra entre centenas de catadores do Lixão de Santa Inês.

R\$700,00. Alguns, utilizando parte da família no trabalho, chegam a retirar cerca de R\$1.000,00 por mês.

Dos principais desafios individuais elencados pelos trabalhadores do Lixão de Santa Inês, elegem o desemprego, como o primeiro. Outros: “conseguir catar os materiais suficientes para ter renda necessária para sustentar a família”; “o próprio ambiente de trabalho contaminado é um desafio importante”; “não ter casa própria e nem condições para construí-la”; “morar longe do ambiente de trabalho”, etc. Dos desafios do grupo, apenas três trabalhadores responderam: “as crianças que vão para lá trabalhar e brincar”; “falta de organização”; “falta de comprador que pague um preço justo” (depoimentos espontâneos).

Quanto às principais conquistas Individuais, apenas cinco entrevistados responderam: “aumentar o poder de compra”; “conseguir construir uma casa”; “conseguir o alimento necessário para a família”. E depois, “atingir uma boa margem de lucro com os produtos coletados”. Quanto à conquista em grupo, os entrevistados não viram nenhuma mudança neste sentido (depoimentos espontâneos).

Perguntando a cada trabalhador: qual seu maior sonho? As respostas:

“Ser lavrador e dono de um pedaço de terra”; “ter casa própria”, “ser advogado”; “viver bem com uma renda certa e sair dessa vida de catador”; “ter uma vida melhor e dar uma vida melhor para a família”; “construir uma casa de alvenaria”; “ser jogador de futebol”; “terminar de construir a casa e ver os filhos trabalhando fora do lixão, trabalhar de carteira assinada” (depoimentos espontâneos).

No que concerne às condições de moradia destes trabalhadores, 55% moram em casas de taipa e 45% deles moram em casas de alvenaria, próprias e alugadas, porém pequenas e simples. Há casos em que a casa é recém-construída. Todas dizem possuir água encanada e energia elétrica, porém, 100% delas sem esgotamento sanitário.

Por fim, deixamos que os entrevistados, se exprimissem com alguma mensagem, se desejassem. Assim, somente a catadora S. se manifestou: “Queria poder sair daqui e receber algum auxílio do governo para ajudar minha família”.

### **5.1 A realidade dos empreendimentos solidários agroecológicos e de artesanatos no estado do Maranhão.**

Nesta seção, expomos e fazemos a análise da economia solidária em diversos pontos do Maranhão, sobretudo a operada em atividades ligadas a agricultura familiar da agroindústria de alimentos, especiarias e de artesanato. Para isso, fizemos uma seleção de forma que estas iniciativas representassem espacialmente as heterogêneas regiões do estado, como também representassem as citadas atividades elegidas e que mostrassem a diversificação da economia solidária. A intenção é de, a partir das entrevistas com seus sujeitos, levantarmos informações que consideramos importantes, para em seguida analisá-las, e assim ter uma dimensão mais ampliada da economia solidária no Maranhão.

De início, conhecemos a Associação dos Moradores e Produtores Rurais de Mirindiba, do município de Codó (MA), Região dos Cocais. Fundada em 1995, a entidade é formalmente organizada e possui em torno de quarenta famílias associadas. Aqui se considera o número de famílias, como sócios, por se tratar de uma associação oriunda de um assentamento estadual (PE), pelo Instituto de Colonização e Terras do Estado do Maranhão (ITERMA). Todavia, cada família possui apenas um representante e, desse modo, um voto. Esta associação produz arroz, feijão, milho, mandioca, mel, etc, e conta com uma estrutura composta de casa de alvenaria, poço artesiano, rede de energia elétrica, escola de Ensino Fundamental, financiados e adquiridos com apoio do governo estadual. A casa de farinha que eles possuem é rústica e foi comprada sem o apoio do governo ou de organizações não governamentais. A renda gira em torno de 600,00/mês por família. O presidente em entrevista considera o valor razoável, pois a comercialização dos produtos produzidos acontece tanto de forma individual e coletivamente. Nos últimos tempos, cerca de 20 famílias optaram pelo financiamento da Companhia Brasileira de Abastecimento (CONAB) para compra de produtos, o PA Conab. Quase todos são sindicalizados (30 deles) cuja contribuição é de 12,00,/mês e mais 30,00/anual. Dessas 40 famílias, aproximadamente 30 estão dentro do programa Bolsa Família do Governo Federal, por terem crianças em idade escolar.

Segundo seu presidente, os sócios experimentam um ambiente harmonioso e os conflitos ali existentes estão no âmbito das idéias. Perguntamos: se não fosse um assentado, gostaria de ter um trabalho de carteira assinada? A

resposta: “Não, pois gosto muito do trabalho”. Tem pouco estudo, mais é alfabetizado. Reclama que “os apoios conquistados ainda são poucos, principalmente quanto à assistência técnica agrícola”. E completa: “Se não fosse a associação, suas vidas estariam ainda pior” (A. 46 anos).

Do Sul do Maranhão, conhecemos a Cooperativa Agroecológica Pela Vida de São Raimundo das Mangabeiras. Fundada em 1992, a entidade é registrada, possui 70 pessoas no seu quadro de sócios, sendo que somente 56 delas participam da associação ativamente. Produz polpa de fruta, farinha de mandioca, mesocarpo do babaçu, feijão, mel, licores, entre outros produtos. Conta em sua estrutura: 146 hectares de terras para produção da cooperativa; sede própria com espaços para reuniões e produção; loja de comercialização; equipamentos para produção de mel; seladoras, freezers; etc. A renda auferida em média é de 700,00/mês por sócio. Tal renda se dá por que, segundo o sócio entrevistado, ainda não foi possível se livrar dos atravessadores. Quanto à comercialização dos produtos produzidos, é feita pelo programa de compra para merenda escolar pela prefeitura local. O que chamou a atenção para associação é que todos os sócios são sindicalizados. Perguntamos também: se não fosse um cooperado, trabalharia de carteira assinada? A resposta foi enfática: não. E ressalta: “trabalhar de forma cooperada é melhor que individualmente” (N. 37 anos).

Da Região Tocantina, conversamos com a presidente da Associação dos Artesãos de Imperatriz. Fundada em 1998, a entidade é registrada, conta atualmente com o número de 70 sócios ativos, porém, estão no quadro cerca de 320. “Na sua fundação eram somente 15 pessoas que acreditaram no projeto”, conta ela. Como atividade econômica, produz um variado artesanato, confeccionado em tecidos, palhas, cerâmicas, etc. Possui uma estrutura com loja própria de comercialização no centro de Imperatriz; um automóvel tipo Kombi para transporte dos materiais e artesãos em eventos. Tal estrutura foi adquirida com recursos de uma ONG americana. A produção é feita nas residências dos sócios, onde auferem renda média de 1.000,00/mês. A entrevistada nunca trabalhou com carteira assinada. Quando perguntamos “se não fosse uma cooperada, trabalharia de carteira assinada?”, o sim foi a resposta, todavia com uma ressalva: “só se fosse nesse ramo” (G. 56 anos).

Da ilha de São Luis, estivemos com a Associação dos Produtores do Vassoural – Paço do Lumiar (MA), que produz plantas ornamentais tropicais. Fundada em 2002, a entidade é registrada e possui 13 sócios ativos produzindo, e aproximadamente 60 sócios que não produzem ou, se produzem, operam com outros produtos como hortaliças e legumes, fora da associação ou, o caso de muitos deles, buscaram no emprego assalariado uma nova ocupação. Sua estrutura é dotada de sistema de irrigação e estufas adquiridas com o apoio do governo do estado, através da SEDES (esse fato foi abordado no 4º. capítulo). Os sócios recebem em média 500,00/mês. Tal renda é considerada regular para a entrevistada, pois é complementada por alguns com o Bolsa Família do Governo Federal. E eis que fizemos a mesma pergunta: se não trabalhassem nesta atividade de forma associada e caso fossem convidados a ter um emprego assalariado, iriam? Pelo que a entrevistada afirmou, quase todos “os associados aceitariam na hora” e conclui: “e quem não gostaria?” (B. 63 anos).

Da região dos Lençóis Maranhenses, conhecemos a Cooperativa Artcoop de Barreirinhas. Fundada em 2006, a entidade é registrada formalmente e conta atualmente com cerca de 30 sócias. Isto mesmo, todas mulheres. A entrevistada conta que na fundação era bem maior a quantidade de sócias. Lá produz artesanato de fibra do buriti, tecidos, etc. A sua estrutura é formada de loja própria para comercialização no centro da cidade de Barreirinhas, onde atende diretamente os turistas que visitam os Lençóis. A produção é feita nas residências das associadas, todavia, o controle de qualidade é feito na cooperativa. As reuniões da associação são feitas esporadicamente, e quanto à renda auferida pelas sociais, está em torno de 600,00/mês. No que concerne aos apoios, já tiveram tanto do Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE), com cursos de capacitação, quanto por outros organismos. Lançaram varias coleções em catálogos refinados e vivem atualmente participando de feiras em todo o Brasil, a última na Rio + 20, neste ano de 2012. A entrevistada já teve trabalho assalariado, e quando perguntamos “se não fosse uma cooperada, trabalharia de carteira assinada?”, “Com certeza” foi a resposta. “Porém eu amo o que faço”, completa (L. 44 anos).

A noção da diversidade de atuação da economia solidária, tanto para atividades consideradas insalubres, como é o caso dos que operam no lixão, quanto

a realidade dos agroindustriais familiares e dos artesãos que manipulam insumos limpos, portanto salubres, externaliza a realidade dual para a mesma categoria econômica e de inserção ao trabalho como é a economia solidária. Se não, vejamos.

Da atividade de coleta num lixão aberto, dispensaria qualquer análise direcionada a saber se este labor de fato traria condições de autonomia ou mesmo “alguma dignidade” aos seus operadores, por que, já fora dito aqui, e escancaradamente apresentada a sua desumanidade. Por outro lado, aparecem outras atividades – insistimos, dentro da mesma categoria da economia solidária - em que aparentemente se mostram como “dignificantes” e até autonomizadoras.

Lucidamente, encontramos em Barbosa (2007, p. 100-101) as palavras adequadas para explicar a atmosfera que é montada como fetichismo ao auto-emprego e ao empreendedorismo solidário no âmbito, sobretudo, do empreendedorismo rural. Assim, ela diz que tudo isto “compreende uma trama multifacetada de práticas econômicas envolvendo tanto o campo como a cidade. Nessa distinção, merece destaque a chamada agricultura familiar, com forte inserção no meio da economia solidária”. E prossegue:

[...] Isso significa o envolvimento das atividades de plantio e pecuária, bem como de laticínios e extrativismo. Atividades de pequeno porte profundamente vulneráveis em razão da histórica concentração de terras e de monocultura no país, das características de risco que lhe são próprias pelas intempéries da natureza e pela estrutura de comercialização, e do investimento crescente de fundos públicos na agricultura industrial no chamado *agronegócios*. Esses fatores associados à depredação do meio ambiente conformam o quadro de desvantagens do cultivo de pequeno porte no contexto rural brasileiro e motivando o envolvimento em torno desse tipo de agenciamento coletivo em economia solidária (BARBOSA, 2007, p. 100-101).

Ainda deste contexto do solidarismo rural, Barbosa (2007, p.285-286) dirá que: “[...] Em termos pragmáticos, o plano de governo para os próximos anos adota o crescimento do emprego via apoio às micro e pequenas empresas, incluindo a agricultura familiar”. E reforça:

Daí pode redundar o incentivo à economia solidária por envolver pequenas unidades produtivas. Todavia, há nesse campo de proposições a idéia de que a economia solidária seria uma estratégia de transformação política de desenvolvimento, baseada na desconcentração de capital e riqueza, no caso com o fomento dessas atividades não assalariadas. Seu fortalecimento passaria pelo 1) acesso a crédito, equipamentos, instalações físicas, terra e tecnologia; e 2) associação coletiva das unidades produtivas para comprar, produzir e comercializar. (BARBOSA, 2007 p.285 – 286).

Desse modo é importante ressaltar que tanto os trabalhadores do lixão, quanto dos empreendimentos rurais, em sua maioria, vislumbram outras possibilidades que não só a da auto-gestão da economia solidária. Dos catadores entrevistados, não menos que 50% disseram querer voltar ao campo, onde já estiveram, e entre os agricultores familiares, parte veriam num emprego assalariado a segurança que ainda não têm, com a condição evidente de que esse emprego fosse no mesmo ramo de atividade, isto é, de operar na economia solidária e ter as garantias do assalariamento. Enfim, na hora do labor em si optariam para estar onde estão, todavia tendo o salário certo no fim do mês e dentro da proteção social que comporta um emprego formal. É bem verdade, que os trabalhadores que são sindicalizados já têm parte dessa proteção, mas, vimos que nem todos estão dentro do guarda-chuva da sindicalização, sobretudo, os trabalhadores informais, ligados ao grupo de Santa Inês.

Ainda sobre os catadores, surge um problema que se avizinha, além dos muitos a eles inerentes, que é a exigência da aplicação da Lei de Resíduos Sólidos, que é parte da Política Nacional de Resíduos Sólidos que estabelece princípios, diretrizes, metas e ações para o gerenciamento dos resíduos gerados no país, sobretudo na aplicação da citada lei, especialmente pelas prefeituras municipais, que têm até 2014<sup>46</sup> para obedecê-la em sua plenitude, e que excluirá naturalmente os atuais catadores de lixão aberto, como é o caso do Lixão de Santa Inês.

Tal fenômeno já está sendo vivenciado em outros centros urbanos Brasil afora, com fortes conflitos entre poder público e catadores. Um caso clássico deste embate é o que ocorre a poucos quilômetros do Palácio do Planalto, no setor da Cidade Estrutural, em Brasília, onde polícia e trabalhadores do Lixão da capital federal se enfrentam diariamente. Do lado dos catadores, a justificativa de catar lixo como a única possibilidade de renda e, do outro, o governo do Distrito Federal alegando a desativação gradativa do lixão, atendendo a nova lei, ou seja, o descarte deste tipo de trabalhador. O caso já chegou ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) para ser resolvido.

---

<sup>46</sup> Em função da Política Nacional de Resíduos Sólidos, municípios, órgãos públicos, empresas e empreendimentos privados devem se adequar à nova legislação, já que o prazo limite para a elaboração dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos é agosto de 2012 (expirado), e o prazo para a eliminação dos lixões é em 2014, portanto, muito próximo.

Retomando e estendendo o questionamento proposto neste capítulo, perguntaríamos: a economia solidária, nos termos aqui apresentados, levaria a uma revolução em favor da autonomia ou à mitigação de direitos?

As respostas são tantas quanto possíveis. Se inteligentes, convergiriam a nosso ver em um “Não” bem enfático. Todavia, Cattani (2002, p. 10) responderá fazendo outros questionamentos e reflexões. Nas palavras dele:

O novo associativismo no campo da produção ou as formas clássicas do cooperativismo se contrapõem à lógica e às formas concretas da economia capitalista. Solução ou ilusão? Paliativo às insuficiências do mercado e do Estado, ou modelo viável, com possibilidades de substituir o capitalismo? Forma de acomodamento e de sobrevivência da população mais pobre e vulnerável, ou forma superior da produção social? (CATTANI, 2002, p. 10).

E prossegue Cattani (2002, p. 10) afirmando, agora, a necessidade de considerarmos que “o alcance dessas perguntas indica que não se trata de um tema menor e sim, de uma questão complexa e desafiadora para todos aqueles que não aceitam o capitalismo como horizonte intransponível da vida social e querem um mundo melhor”.

## 6º CAPÍTULO

### **As tentativas de autonomia socioeconômica na ASCAMAR e a comparação com outras experiências**

A centralidade da discussão deste capítulo está baseada tanto nos resultados na busca da autonomia socioeconômica dos sujeitos que operam uma organização solidária formal, como é o caso da ASCAMAR, quanto das motivações que os levam a enveredar-se na proposta empreendedora do solidarismo, cuja atividade laboral “escolhida”, a coleta de materiais recicláveis, não se posiciona como das mais sonhadas quando se pensa em atuar profissionalmente. Pelo contrário, representa o expurgo da atividade produtiva por excelência. Na versão politicamente correta, os termos: reaproveitamento e logística reversa, que prevê nesta última o retorno de resíduos aos seus geradores para que sejam tratados ou reaproveitados na fabricação de novos produtos.

Das motivações dos que aceitam aventurar-se na economia solidária, Barbosa (2007, p. 144) dirá que “diante da fragilidade das condições de subsistência com a precarização do trabalho, a economia solidária indica um campo de socialização capaz de favorecer a agregação e humanizar a vida coletiva, dando sentido à inserção social dos indivíduos”. Mas ela mesma alerta: “entretanto, a materialidade dos empreendimentos, ainda que restabeleça a auto-estima dos atingidos pelo desalento da falta de trabalho, é entrelaçado pela insegurança social”.

Foi o que encontramos ao frequentar a ASCAMAR reiteradas vezes. E assim percebemos a existência de relações, ora de forte solidarismo, onde o pouco é compartilhado, como a comida, o café, os resultados financeiros, a passagem de ônibus, e os inevitáveis conflitos internos, tão próprios e naturais dos grupos sociais, expondo, desse modo, os sinais claros da instintiva luta pela sobrevivência, em face dos escassos recursos e das diferenças pessoais.

Talvez o que distingue estes trabalhadores dos que operam em outras organizações, como os que laboram, por exemplo, em empresas privadas de gestão heterogênea, é que, no caso dos trabalhadores da ASCAMAR, o compartilhamento das mazelas humanas, como maridos alcoólatras, filhos drogados e órfãos, etc, pode ser feito livremente, sem repreensões. Há liberdade para isso. Sem falar que ali notamos também pessoas que poderiam já estar numa ocupação assalariada – o

grande sonho da maioria – e que, por puro altruísmo, se mantêm na associação para não deixar os “colegas na mão”, como é o caso da sua presidente.

Assim como na experiência de pesquisa no Lixão da cidade de Santa Inês, visitamos a associação de modo a não atrapalhar a rotina de trabalho<sup>47</sup>. Antes, porém, várias incursões foram feitas somente com a intenção de observar e saber “como estavam”. O resultado deste intento foi a criação de um vínculo de confiança, a ponto de ouvirmos relatos e até mesmo desabafos de situações delicadas vivenciados por membros da associação, como casos de furtos dentro da associação e problemas com drogas entre os filhos dos catadores. Não obstante, nos dias das entrevistas, buscamos ao máximo registrar os depoimentos de forma mais desapaixonada quanto possível e ao ouvi-los identificamos oito mulheres e dois homens que poderiam expressar a opinião de todo o grupo. Essa proporção é relativa à distribuição por gênero entre os catadores e representa quase 90% de todos os sócios ativos.

Antes de adentrarmos nos dados e conseqüentemente na análise da realidade da ASCAMAR, façamos a contextualização histórica desta associação.

A cidade de São Luís, situada na ilha de *Upaon Açu*, como denominavam os nativos (anteriores às ocupações francesa, holandesa e portuguesa), é de maioria negra e pobre e vive atualmente o mesmo drama de muitas cidades do país, isto é, a diferença abissal entre os muitos pobres e os poucos ricos e a tão comum discriminação espacial. No caso dos primeiros, empurrados pela especulação imobiliária dos melhores pontos da ilha em direção à periferia e, convivendo sobremaneira com o fenômeno do desemprego dos “desqualificados”. É, portanto, nesta paisagem que está inserida a ASCAMAR.

Na sua fundação em 2004, a associação compõe inicialmente seu corpo de sócios com catadores remanescentes do desativado Lixão do Jaracati, que deu lugar ao maior shopping center da capital maranhense, e da então Organização dos Catadores do Centro de São Luis, que atuava na região central. Compõe-se ainda,

---

<sup>47</sup> Desse modo buscamos não alterar a rotina de trabalho, visto que eles ganham por produtividade, não sendo justo, portanto, “quebrar” o ritmo de coleta e de produção. Para isso, utilizamos horários que antecederiam a chegada dos trabalhadores ao galpão; os horários de descanso e até os de espera do caminhão, como foi o caso dos catadores que trabalham na coleta propriamente dita, nas ruas do centro de São Luís.

de um movimento organizado por desempregados e por trabalhadores de rua que já coletavam materiais de forma individualizada e informal.

Uma vez constituída formalmente, nos seus primeiros instantes, os apoios surgem, especialmente, pela prefeitura local, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, que cedeu o galpão<sup>48</sup>. Depois surgem outros apoios, como da fábrica Renosa<sup>49</sup>, da administração do Porto do Itaqui, dos Supermercados Wal Mart, do Macro Atacadista e dos órgãos federais sediados nesta capital.

A prefeitura e os órgãos federais - relatam os catadores - são os poucos que ainda comparecem nas parcerias, visto que, no caso dos citados órgãos, há a exigência legal da destinação de seus resíduos sólidos à reciclagem e assim fornecem o que a ASCAMAR mais precisa: papel e papelão. Porém, é preciso ressaltar que o maior volume coletado vem das ruas do centro da cidade.

Como resultados concretos das parcerias firmadas, aparecem a cessão do espaço físico, como já foi dito, o transporte do material coletado de segunda a sexta pela empresa privada que presta serviço de limpeza pública à prefeitura, a alimentação para o pessoal em serviço<sup>50</sup> e a doação pela fábrica Renosa da prensa pneumática no valor de R\$ 15.000,00, que veio ajudar sobremaneira no processo de armazenamento e transporte.

Para os trabalhadores da ASCAMAR, os avanços são até aqui significativos, contudo, na análise da sua presidente, existem outros obstáculos a serem vencidos, como, por exemplo, a questão do grande número de sócios afastados, que poderiam ser chamados a atuarem novamente dentro da associação, pois no início eram mais de cem catadores e muitos voltaram a trabalhar individualmente na mesma atividade de coleta. Depois, a necessidade de implantar cursos de formação e capacitação; o reconhecimento profissional da categoria de catadores, dando a estes direitos previdenciários e, por fim, a ampliação do espaço de triagem e seleção, entre outros.

Atualmente o corpo de sócios é formado por 14 indivíduos, somente adultos, onde 20% deles estão entre 18 e 25 anos; 60% situam-se entre 26 e 40 e

---

<sup>48</sup> O galpão onde funciona a ASCAMAR, na verdade é uma edificação centenária de uma antiga fábrica de tecidos no centro histórico de São Luís.

<sup>49</sup> A Renosa produz os refrigerantes da marca Coca-cola.

<sup>50</sup> Um apoio não sistemático, visto que a empresa vive suspendendo o fornecimento das refeições.

20% entre 40 a 80 anos. As mulheres são a maioria (80%). A escolaridade predominante é do Ensino Fundamental completo (50%), mas 10% deles sequer terminaram este nível escolar. Há a presença também de analfabetos (10%). Os que possuem ensino médio representam 30% do contingente.

O resultado econômico das atividades de coleta é rateado em partes iguais entre os sócios atuantes, com exceção da sócia que organiza e limpa o espaço do galpão. Como divisão parcelar do trabalho, eles se organizam operacionalmente em metade na coleta dos materiais e a outra metade na triagem, prensagem e comercialização.

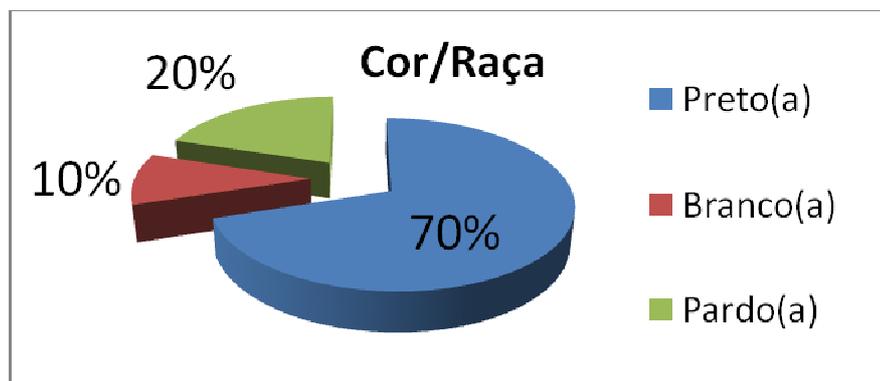
Com relação aos tipos de materiais coletados, prensados e suas quantidades, variam de acordo com o disponível e o valor que estes materiais poderão trazer de retorno ao trabalho despendido, correspondendo a seguinte realidade: o papelão representa metade, ou seja, seis toneladas/mês. Em seguida vem o papel, com quatro toneladas/mês e o plástico e metal com o restante, totalizando em média 12,5 toneladas/mês. O montante faturado não foi revelado pela dificuldade, segundo sua presidente, de calcular, em função das diferenças de preços que o mercado atribui, como é o caso do plástico, que possui várias composições. Quanto aos compradores, são empresas de embalagens situadas no distrito industrial da ilha de São Luís, como a CEPEL, A Alpis Celulose e a EMAPLA. Mas já existem atravessadores que ofertam preços e condições mais favoráveis para a compra de determinados materiais.

Numa análise de outros indicadores, veremos:

De onde eles vêm? O resultado da pesquisa aponta que 60% são oriundos da própria ilha de São Luís, especialmente da zona rural; 30% deles vieram do interior do Maranhão e somente 10% são de outros estados.

Quanto à cor/raça, eles se reconhecem assim:

Ilustração 11



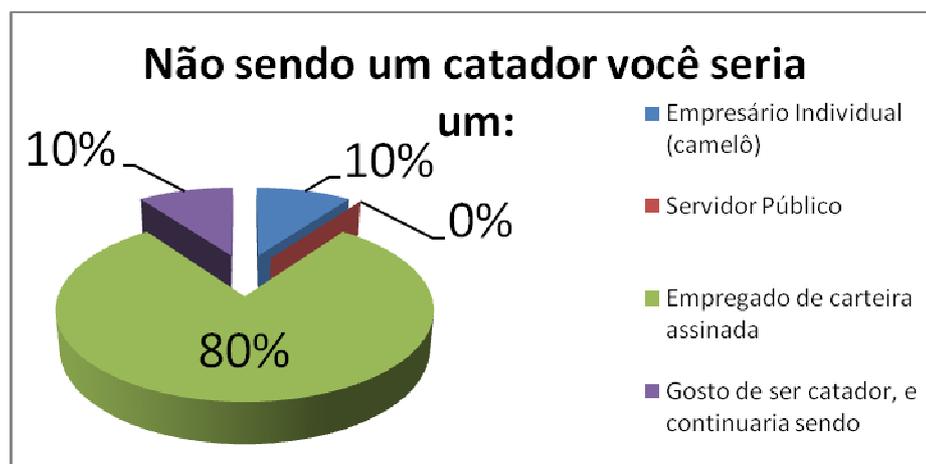
As famílias destes catadores são formadas por cinco pessoas em média, onde estudam de uma a duas pessoas em 60% destas famílias. Um fato significativo identificado é que 70% das famílias entrevistadas possuem uma ou mais crianças que estão fora da escola, mesmo estando em idade escolar, mas que, como sabemos, não trabalham na coleta e seleção. Supomos que cuidem da casa enquanto os pais estão na ASCAMAR.

Perguntamos aos catadores se conheciam o programa Bolsa-Catador do Governo Federal. 70% deles disseram que sim, contra 30% que desconhece tal benefício à classe. Quanto à viabilidade do negócio solidário, não menos que 90% disseram não conhecer algum êxito nesta categoria e somente 10% afirmaram conhecer casos de sucesso em outros empreendimentos desta categoria.

Um fato interessante e que chama a atenção é que metade dos catadores da associação já teve anteriormente uma ocupação assalariada, por isso a reação por nós presenciada nas visitas, quando um deles ao conseguir uma ocupação com carteira assinada na empresa de limpeza pública: todos, sem exceção, manifestaram entusiasmamente “boa sorte” pelo novo emprego do colega.

Neste contexto, perguntamos:

Ilustração 12



O quadro acima indica que hoje 80% dos catadores associados à ASCAMAR desejariam uma ocupação formal e que somente 10% deles responderam gostar de ser catador, e que, mesmo tendo a oportunidade de “ser fichado” numa empresa, rejeitaria a proposta para continuar sendo catador.

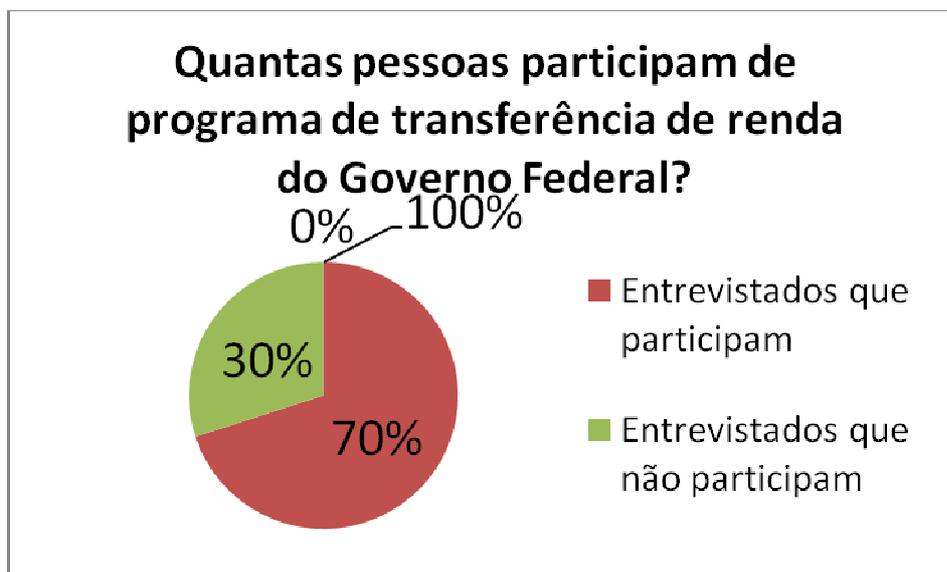
Apresentamos em seguida outras informações que consideramos importantes para a análise da ASCAMAR:

Cerca de 90% dos trabalhadores da associação afirmam nunca terem sido acometidos de nenhuma patologia em decorrência da coleta dos materiais recicláveis, contra 10% que disseram sim a essa pergunta<sup>51</sup>.

Da participação em programas do governo federal:

<sup>51</sup> Os trabalhadores que sofreram alguma doença oriunda das atividades no trabalho foram, principalmente, em função da poeira, já que, ao contrário dos catadores do Lixão, os da ASCAMAR trabalham com materiais considerados “limpos”.

Ilustração 13



Um ponto importante a ser notado é a questão dos resultados socioeconômicos pelo trabalho despendido, que refletiriam nas condições de moradia dos trabalhadores da associação. Tais condições são consideradas precárias. Mesmo que a maioria resida em casa de alvenaria, quase todas elas não possuem reboco e nem todas têm saneamento básico. Há um caso especial de um dos associados que mora no próprio galpão da associação, “por não ter condições de ter uma casa”, como ele mesmo relata.

Outro fato identificado na pesquisa é que quase todos eles residem no centro e em bairros relativamente próximos do centro de São Luis, como os bairros do Bacanga e Coroadinho; mas há os que pegam condução paga para chegar ao seu local de trabalho e por isso necessitam da ajuda de custo, que vem, sobretudo da venda das latinhas de alumínio (que eles consideram como “um extra”).

Quanto à renda auferida por mês, em geral é de R\$ 400,00 para cada associado, fruto do rateio. Há, porém, o caso do associado e morador da associação que trabalha na limpeza do galpão e recebe como renda líquida o valor de apenas 250,00/mês (foi acordado assim).

Quanto aos principais desafios Individuais e do grupo, grande parte deles comenta “da dificuldade para conseguir outro emprego, principalmente um que tenha

carteira assinada e um salário fixo”. Também falam “da dificuldade de manter a casa apenas com o que ganham na associação, o que não é suficiente”, etc.

Enquanto grupo, recebe o apoio da prefeitura que orienta a empresa de limpeza pública a disponibilizar um caminhão para a coleta no fim da tarde de segunda à sexta-feira, porém, eles dizem ainda não ser suficiente. Outro desafio apontado é que “o relacionamento entre eles às vezes é muito difícil”.

As principais conquistas Individuais foram: “a compra de objetos para o lar”; “o sustento da família”; “a reforma da casa, mesmo que devagar”; “a primeira experiência de trabalho”, entre outras. Das conquistas do grupo, apenas metade dos entrevistados enxergam alguma conquista enquanto associação, que foi a prensa e o caminhão (disponibilizado), já citados e “a união do grupo” (em comentários espontâneos).

“Qual seu maior sonho?”, perguntamos. As respostas: “ter um novo emprego”; “ter uma nova casa ou reformar a que existe”; “estudar e se formar”.

Por fim, perguntamos aos entrevistados: “quem desejaria deixar uma mensagem?” Assim, a associada T. declarou: “Eu fico triste porque somos muito discriminados. Me orgulho do meu serviço, porque não estou roubando, estou suando para conquistar algo para mim. Já trabalhei como gari. Vê como é uma coincidência, hoje ainda trabalho com o meio ambiente”.

Diante do que foi exposto tanto nos dados quanto nos depoimentos aqui apresentados, nada menos que 80% deles disseram buscar algo melhor fora da associação, sobretudo, “a carteira assinada”, portanto, fora da economia solidária. Estamos falando de um trabalho “limpo”, num ambiente tecnicamente salubre, diríamos, mas com renda em torno de R\$ 400,00/mês, portanto, bem abaixo do salário mínimo vigente no país.

Por que esses trabalhadores se mantêm neste empreendimento? O que os faz continuar se os resultados são desanimadores? Sabemos que outras motivações, como a do reconhecimento social ou “o sentir-se dono do processo produtivo” poderiam explicar, e que, neste caso, deveriam ser considerados como fatores motivacionais.

É importante ressaltar que numa pesquisa feita cerca de dezoito meses antes com o mesmo grupo de catadores, estes afirmaram na ocasião que a

motivação a continuar trabalhando na ASCAMAR é “por gostar do que faziam como catador” (40%); outros disseram que “só estavam ali porque não estudaram o suficiente e aí tem que pegar no pesado” (20%); outros “pela contribuição que fazem ao meio ambiente (20%) e por “não ter outra escolha” (10%).

Ainda da pesquisa anterior, foram elaboradas perguntas que abordavam questões de maior subjetividade como, por exemplo, o que mais os afligia enquanto pessoas e trabalhadores desta atividade. De imediato o preconceito apareceu na frente, enfrentado por nada menos que 45% dos catadores, pois são confundidos como marginais e mendigos quando estão coletando materiais nas ruas. Questões como a da auto-realização também foram levantadas. Neste caso, a maioria afirmou se realizar ali, em função de haver um ambiente de respeito e de amizade em que as famílias se conhecem e trocam informações uma das outras.

Neste caso, o que aconteceu com o grupo no intervalo entre as duas pesquisas? Contraditórios ou uma mudança ocorreu no perfil de satisfação e por consequência, alterou o status de sua motivação?

Analisando: hoje, 80% “desejaria algo melhor” como a carteira assinada, e somente 10% dizem gostar do trabalho que faz, contra 40% que afirmaram dezoito meses atrás, “gostar do que fazia como catador”. A mudança ocorrida, estaria ligada a um aumento no descontentamento com o trabalho em si? As condições estariam se agravando em termos dos resultados econômicos? ou o mercado de trabalho formal uma vez aquecido os está alcançando?

Vale ressaltar que no período analisado, somente um deles conseguiu emprego formal com carteira assinada, como já foi relatado aqui. Assim, podemos, dizer que, apesar de “gostar do que faz” – anteriormente(40%), hoje, 80% “desejaria algo melhor”, pois a recompensa financeira auferida de somente 400,00/média/mês estaria sendo determinante para essa intensão e com isso, fecharia o “pacote de desestímulo”, sem falar do quesito insegurança social a que estão todos submetidos.

Outro fator determinante, seria a intensificação do trabalho em seu ambiente? O expoente pesquisador desta temática no país, Dal Rosso (2008, p.195) dirá que “nem todo o estudo de intensidade é feito sobre o trabalho assalariado”. E enfatiza:

Mas o locus próprio da intensificação são as atividades em que prevalecem as relações capitalistas assalariadas, pois nelas o trabalho é organizado com vistas a produzir lucro, conseqüentemente, a intensificação é um componente constante desse tipo de trabalho (DAL ROSSO, 2008, p.195).

No entanto o mesmo Dal Rosso (2008, p. 196) reconhece que “a intensidade é uma entre várias condições de trabalho. Qualquer trabalho, capitalista ou não capitalista, governamental ou familiar, cooperativo ou autônomo, é realizado segundo algum grau de intensidade”.

E se formos falar da intensidade de trabalho propriamente dita nos espaços solidários, Dal Rosso (2008, p. 22) dirá que “há situações de intensificação que não correspondem a maiores ou melhores resultados”. E foca sua análise na intensificação do labor autogestionário, afirmando que:

Os estudos da economia solidária, por exemplo, mostraram que, quando grupos de trabalhadores assumem uma empresa em estado de falência, seu trabalho pode frequentemente ser bem mais intenso do que fora em termos anteriores, de modo que a firma se mantenha em operação. Verifica-se um maior desgaste, físico, intelectual e psíquico, sem que isso corresponda a um maior ou melhor resultado do trabalho (DAL ROSSO, 2008 p.22).

Este autor, em seu estudo, cita e analisa uma empresa falida que fora assumida por seus empregados, as chamadas EPE's, que, ao se tornar autogestionária, exige dos trabalhadores-patrões, mais esforços na intensidade despendida ao trabalho. O que enxergamos na ASCAMAR, mesmo não sendo uma EPE, em quatro anos de pesquisa,<sup>52</sup> foi a notória intensificação tanto física quanto psíquica dos que lá trabalham, sobretudo se pensarmos que em sua rotina, além de catar nas ruas, expostos ao sol, à chuva e ao preconceito, os que operam no galpão têm em suas tarefas, as responsabilidades de selecionar, prensar, armazenar, comercializar, não menos exigentes, se considerarmos as condições de intensidade de trabalho categorizadas por Dal Rosso<sup>53</sup>. Desse modo, reforçamos a existência sim de uma forte intensidade de trabalho, que culminaria como um dos fatores de precarização da força de trabalho, bastante presente nesta iniciativa solidária.

Ademais, o principal defensor da economia solidária, Paul Singer (2000, p. 29), acaba por reconhecer, mesmo que indiretamente, a realidade da precarização nesta categoria, quando diz que “a precarização do trabalho inclui tanto a exclusão

<sup>52</sup> Este pesquisador já freqüentava a ASCAMAR desde o início de 2009, quando de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Especialização em Gestão de Pessoas nos Empreendimentos Solidários.

<sup>53</sup>Cf. Dal Rosso. Mais Trabalho. A intensificação do labor na sociedade contemporânea,2008.

de uma crescente massa de trabalhadores do gozo de seus direitos legais”, escancaradamente a situação dos trabalhadores da ASCAMAR, “como a consolidação de um ponderável exército de reserva e o agravamento de suas condições”, novamente, o público fornecedor de sujeitos que operam nesta associação.

Ainda do debate da precarização no âmbito da economia solidária e principalmente na atividade de coleta e reciclagem de lixo, como é o caso, Barbosa (2007, p.123) dirá que:

No ramo da reciclagem de lixo, o crescimento das cooperativas tem sido um fato em todo o território urbano do país, sobretudo para melhor inserção dos catadores individuais na cadeia produtiva da reciclagem do lixo. Nem por isso, a condição de autogestão coletiva garante autonomia. Nem sempre, o cooperativismo nesse setor consegue suplantar a exploração na área, quando não, ao contrário, esconde relações predatórias por força da valorização industrial do material reciclável. (BARBOSA, 2007, p. 123)

E aponta que, “segundo os dados, o setor industrial é o maior beneficiário da reciclagem de lixo e o sucateiro é o intermediário que faz os negócios com os catadores de lixo”. (Ibid., 2007, p.123).

E onde fica a autonomia, pensada originalmente na proposta e nos princípios da economia solidária? Barbosa (Ibid.,2007, p.149) dirá: “nesse grande aparador que é a economia solidária, podemos ver reunido um feixe heterogêneo de manifestações de produção, comercialização e troca, sustentada na autogestão das atividades e empreendimentos”. E reforça que:

Neste universo, emergem também diferentes formatos de organização do trabalho relativos a cada modalidade e a sua inserção na totalidade social da vida capitalista. Daí decorre uma sociabilidade complexa, que mistura intencionalidades e práticas antes de adquirir fronteiras mais nítidas, com a autogestão e a organização segmentada e hierarquizada. A narrativa em torno do esforço para dar mais coerência às intenções políticas contrasta com a inserção essencialmente subordinada das unidades econômicas (e seus trabalhadores empreendedores), de modo que as idéias e intenções não se contradizem, mas estão fora do lugar, nos termos de Chauí (1982), na medida em que querem transformar segmentos de trabalhadores extremamente vulneráveis em empreendedores e, ainda, ideologicamente anticapitalistas (Ibid.,2007, p.150).

Ainda do fetiche do empreendedorismo, Barbosa (2007, p111-112), conclui esta análise dizendo que,

a proposição sobre o novo cooperativismo abraçado na economia solidária traz um limitador na análise, pois, apesar da validade tática de se pensar a coletivização de experiências de trabalhadores informais de modo a tentar o poder de barganha na estrutura econômica no mercado, não elimina o antagonismo, o conflito de classes, transformando trabalhador em

empreendedor coletivo, porque há a ilusão da propriedade. (Ibid.,2007, p.150).

Abordando as perspectivas atuais e futuras dos trabalhadores em tela, analisamos que do sonhado retorno ao mercado de trabalho formal (50% deles) ou sua ida pela primeira vez, a outra metade, a dificuldade de inserção e reinserção ao mercado de trabalho estaria ainda mais difícil de acontecer. Tal fato é verdadeiro, por uma razão bem simples: foi identificado na pesquisa que 60% dos trabalhadores da ASCAMAR estão na faixa-etária entre 26 e 40 anos e 20% entre 40 e 80 anos. Desse modo, temos um nível etário significativo que enfrentaria uma maior dificuldade de uma inserção ou reinserção ao mercado assalariado, sobretudo se considerarmos que 20% deles estão acima dos 40 anos. Desse contexto, Antunes (2009, p. 112) dirá que “aqueles com cerca de 40 anos ou mais, uma vez excluídos do trabalho dificilmente conseguem se *requalificar* para o reingresso”. E prossegue dizendo que: “ampliam os contingentes do chamado trabalho informal, além de aumentar ainda mais os bolsões do exército industrial de reserva”.

Quanto aos que estão na faixa entre 26 a 40 anos, portanto fora da análise etária de Antunes, nos parece, não estariam tão distantes da realidade vivenciada pelos colegas mais velhos, isto é, experimentariam as mesmas dificuldades de inserção ou de reinserção. Porque apontamos nesta direção? É fato que Antunes coloca neste rol, também os *desqualificados*, o que inevitavelmente dificultaria a inserção ou a reinserção desta categoria. Ou seja, absolutamente todos os trabalhadores da ASCAMAR. Neste contexto, é importante ressaltar que a presente pesquisa não identificou a predominância de idade dos que já tiveram emprego com carteira assinada e a dos que não o tiveram.

Da realidade do desemprego, como já fora abordada, a economia solidária é também identificada como sendo do terceiro setor, por ser para alguns estudiosos, como não-capitalista ou extra-capitalista, sendo assim, não é de se estranhar, uma espécie de “câmara de absorção” do exército de reserva.

Tal realidade é discutida por Antunes (2009, p. 112). Nas suas palavras:

Tem ocorrido também uma expansão do trabalho no denominado ‘terceiro setor’, especialmente em países capitalistas avançados, como EUA, Inglaterra, entre outros, assumindo uma forma alternativa de ocupação, em empresas de perfil mais comunitário...[...] o crescimento do terceiro setor decorre da retração do mercado de trabalho industrial e também da redução que começa a sentir o setor de serviços, em decorrência do desemprego estrutural (ANTUNES, 2009, p. 112).

Todavia, este fenômeno também está ocorrendo em países subdesenvolvidos, como é caso do Brasil, sem falar da identificação de uma movimentação de “auto-ajuda” dentro do mesmo terceiro setor.

Diante do exposto, o que podemos oferecer ainda como análise no conjunto da autonomia dentro de uma associação de catadores de materiais recicláveis, como é a caso da ASCAMAR? Qual o viés a ser considerado que identificaria a materialidade da autonomia tantas vezes defendida por Paul Singer e seus seguidores no âmbito de um empreendimento solidário? Além disso, as iniciativas em outros estados da atividade de coleta e seleção de matérias recicláveis experimentariam uma autonomia plena e sem precarização da força de trabalho?

Para tentar buscar as respostas acima elencadas, faremos uma exposição de experiências em outros estados da federação<sup>54</sup>, comparando-as com as que são construídas na ASCAMAR em São Luis.

Num importante estudo, Leandro Belini (2005, p. 7) aponta para as experiências do município de São Paulo e suas cooperativas de reciclagem de lixo. Para este pesquisador, as cooperativas “apresentam-se não só como uma solução para o problema da destinação final do resíduo sólido na cidade no âmbito ambiental, mas também como forma de geração de trabalho e renda para a população excluída da sociedade”. Entretanto, reconhece suas debilidades. Nas palavras dele:

Com o trabalho realizado pelas cooperativas, gera-se um lucro, onde este é repartido entre os cooperados. Hoje, os cooperados recebem em média um total de R\$ 400,00 a R\$ 600,00 mensais. O objetivo é que ocorra o aumento da renda mensal dos cooperados, mas ainda são perceptíveis falhas na organização e gestão das centrais, bem como, problemas referentes ao trabalho nos moldes cooperativistas. Em geral, o trabalho realizado na cooperativa ainda é precário, apresentando divergências entre os cooperados, dificultando, com isso, estratégias para a viabilidade econômica das cooperativas e conseqüentemente o aumento da renda dos cooperados (BELINI, 2005, p.7).

Neste caso, como a pesquisa de Belini foi realizada em 2004/2005, quando o salário mínimo era em torno de R\$ 300,00, um catador paulistano auferia

---

<sup>54</sup>A escolha das experiências de São Paulo e Goiás a serem comparadas, se deu em termos acesso facilitado às pesquisas tanto do Núcleo de Estudos da Economia Solidária da Universidade de São Paulo (NESOL/USP), quanto a Pesquisa do Professor Cesar Freitas da UFMA.

uma renda de até dois salários mínimos por mês. Hoje (2012), mantida as mesmas condições, uma renda de até R\$ 1.244,00. Um catador de São Luís dentro da ASCAMAR, receberia um pouco mais que um terço do catador de São Paulo. Quanto aos conflitos internos mencionados na pesquisa paulistana, similar situação é experimentada na associação maranhense.

Uma pesquisa liderada por Danilo Nardini da USP (2005, p. 5), também em São Paulo<sup>55</sup>, apontou em seus resultados outras dificuldades vivenciadas nas cooperativas estudadas. No relato de sua experiência ele fala: “As visitas feitas às cooperativas e suas entidades de fomento mostraram a grande carência destes quanto à tecnologia e à organização do trabalho”. E enfatiza que: “foi constatada também a necessidade de criar uma política de financiamento adequada, tanto para a atualização tecnológica das cooperativas metalúrgicas como principalmente para as cooperativas de coleta”.

Desse modo, ao compararmos com a ASCAMAR sobre os aspectos tecnológicos e de organização em si, diríamos que a prensa pneumática é o único meio tecnológico próprio (e importante) em seu processo de coleta e seleção e mais, que carecem ainda, por exemplo, de esteira, equipamentos de proteção Individual, de computador para a administração, etc. Na comparação com o segundo aspecto apontado na pesquisa paulistana, a associação ludovicense não teve nenhum financiamento aprovado; nem enquanto estrutura organizacional, passou por uma incubação, como já ocorreu e ocorre com outras experiências de associativismo solidário de coleta e seleção de materiais para reciclagem.

No concernente às políticas de inclusão social, também da Prefeitura de São Paulo, de julho de 2001 a 2004, sob a direção do Professor de Economia da UNICAMP, Márcio Pochmann, foram coordenados nove programas de inclusão social, dentro do Programa Oportunidade Solidária. Para o pesquisador Marcus Gomes (2005, p. 9), da Fundação Getulio Vargas, que analisou o caso, “foi um programa que visava emancipar os excluídos por meio da criação de cooperativas populares”. E prossegue dizendo que, “uma questão inicial é o auxílio monetário aos beneficiários, sem este auxílio, muitos não conseguiriam participar das atividades

---

<sup>55</sup>A pesquisa é fruto do Projeto de Extensão Universitária Reciclando Idéias. É um projeto de Extensão Universitária do Escritório Piloto do Grêmio Politécnico da USP, aprovado pelo Fundo de Cultura e Extensão Universitária desta universidade.

propostas”. E reconhece os obstáculos ao êxito do Programa: “Assim, muitos acabavam abandonando o projeto ao término do pagamento das bolsas”. Ainda sobre as bolsas e a concretização do projeto, ele dirá que:

Lembremos que o beneficiário tinha um período de mais ou menos quatro meses para montar um empreendimento e passar os próximos seis meses em fase de incubação. Porém nesta fase o cidadão não recebia bolsa. Dessa forma muitos abandonavam o projeto para tentar ganhar a vida, pois sem o auxílio não teriam como sobreviver. Não há uma estatística oficial de quantos abandonaram o programa ao final do pagamento das bolsas, porém pelas entrevistas pudemos entender que se trata de um número significativo (GOMES, 2005, p. 9).

Da realidade da emancipação de seus sujeitos, já fora tratado neste trabalho sua impossibilidade dentro da dinâmica do capital. Da inexistência da incubação da ASCAMAR também, e quanto aos programas desenvolvidos pela Prefeitura de São Luis, na atual gestão 2009-2012, para o setor da economia solidária, a chefe da SRTE no Maranhão, representante da SENAES, enfaticamente já disse, conforme apresentamos no 4<sup>o</sup>. Capítulo, do descaso com que é tratado. Relembremos sua fala: “a prefeitura de São Luis, é um exemplo, não se envolve com nada que fale de economia solidária. Não tem nem contato, nem com o Fórum de Economia Solidária local”. É relevante abordar que os apoios iniciais dados pela prefeitura a ASCAMAR quando de sua fundação foram ainda na gestão anterior. O que está atualmente ocorrendo é uma “manutenção”, diga-se com falhas, deste apoio.

Por fim, das experiências em outros estados, ao estudar a situação dos catadores de Goiânia e Anápolis, em Goiás, o pesquisador Cesar Freitas (2010, p. 233) expõe sua análise de forma indignada, quando diz que “a ‘barbárie’ imposta pela ordem social burguesa – se considerarmos que as forças produtivas adquirem um caráter destrutivo nesta forma social – se apresenta de forma mais explícita nas periferias das cidades de todo o mundo”. E sustenta que:

Diante desta realidade, temos visto um grande aumento da violência não só nas cidades, mas também no campo. Uma violência que, em muitos momentos, não aparece na grande mídia ou quando aparece, acontece de forma preconceituosa. É uma forma de criminalização da pobreza, imputando à vítima o papel de réu. É uma violência implícita nas próprias condições que os trabalhadores desenvolvem suas atividades. O exemplo dos catadores ficou muito bem demonstrado nos depoimentos coletados ao longo da pesquisa (FREITAS, 2010, p. 233).

Comparando a realidade da ASCAMAR ao cenário identificado por Freitas (2010, p. 233) em sua pesquisa em Goiás, quando afirmou que “é uma violência implícita nas próprias condições que os trabalhadores desenvolvem suas atividades”, chegamos à constatação factual de que baixa remuneração, desproteção social, condições de moradias precárias, entre outras “violências”, já fazem parte do cotidiano dos sócios desta entidade, inclusive com os do Lixão da cidade de Santa Inês, onde se apresentam como ainda mais fortes.

Fazendo uma análise final da realidade vivenciada na ASCAMAR com os resultados identificados nas pesquisas empíricas de São Paulo e Goiás aqui relatadas, podemos então concluir que, independente do contexto geográfico, social e espacial, há uma dificuldade quase que intransponível no enfrentamento, pelas iniciativas solidárias que coletam e selecionam materiais recicláveis (ou do lixo como muitos denominam), ao capital e ao Estado Neoliberal que estabelece privilégios a alguns, de modo que as poucas ações não se traduzem em efeitos que mudem as realidades de dureza e de precarização da força de trabalho, pois “na relação entre a grande indústria da reciclagem e os catadores, os elementos efetivos para a superação da exploração estão cada vez mais distantes, isto por causa da situação de lumpemproletariado em que se encontram” (FREITAS, 2010, p. 234).

De um modo geral, diríamos que as experiências solidárias em outras atividades, como as da agroecologia, ligadas a agricultura familiar e a dos artesãos, aqui pesquisadas, poderiam experimentar o relativo êxito que ao longo deste trabalho dissertativo nos propomos a examinar e apresentar. Digamos isto, porque da realidade dos catadores espalhados pelo país, o êxito que houver, é localizado e quase imperceptível. Entretanto, a realidade maranhense nos campos examinados, se mostrou ainda mais degradante e mitigadora.

## CONCLUSÃO

A pesquisa, cujo relato este trabalho dissertativo apresenta, foi realizada tendo como pano de fundo o labor na economia solidária no Maranhão dentro da dinâmica do estado neoliberal vigente, paradigma cujo tratamento dado é o da desregulamentação e da precarização, dispensado sobretudo à “classe-que-vive-do-trabalho<sup>56</sup>”.

O Maranhão, como se sabe, não é o estado mais desenvolvido do Brasil. É periferia extrema, visto que, mesmo sendo detentor da décima sexta maior economia entre os vinte e sete estados brasileiros, situa-se numa das ultimas posições quando o quesito é igualdade socioeconômica. Dessa maneira, é periferia em relação aos grandes pólos industriais do Centro- Sul, que por sua vez, são periferias em relação aos países do capitalismo central.

Neste sentido, Gunder Frank (1979) aponta os motivos que levam a este fenômeno, isto é, a razão para que a realidade de um desenvolvimento heterogêneo se manifeste. Nas palavras dele:

A expansão do sistema dos séculos passados penetrou efetiva e inteiramente mesmo nos setores aparentemente mais isolados do mundo subdesenvolvido. Desse modo, as instituições econômicas, políticas, sociais atrasadas dos países subdesenvolvidos são produtos do desenvolvimento histórico do sistema capitalista tanto quanto os traços aparentemente mais modernos ou capitalistas de suas metrópoles nacionais. (FRANK,1979,p.).

Desse modo, é valido alguém abordar sobre precarização da força de trabalho na economia solidária, sob estas condições? Em que medida a pesquisa captou o fenômeno da precarização, cujas ondas atingem até as margens mais remotas do sistema capitalista mundial, ou captou particularidades próprias desta dupla periferia? E ainda mais, tratando-se de uma categoria que busca na solidariedade sua autonomia, ainda assim valeria?

Seguindo as idéias de Dal Rosso (2008, p. 189) na formulação destas perguntas, reforçamos: qual o discurso a ser construído? O do centro, o da periferia, ou ambos? Ariscamos afirmar que, apesar de olhar as condições de trabalho nos

---

<sup>56</sup>A expressão é de Ricardo Antunes (2009, p. 101), quando diz a “classe-que-vive-do-trabalho, tem como primeiro objetivo conferir validade contemporânea ao conceito marxiano de classe trabalhadora. Quando tantas formulações vêm afirmando a perda da validade analítica da noção de classe, nossa designação pretende enfatizar o sentido atual da classe trabalhadora em sua forma de ser”.

empreendimentos solidários a partir do ângulo da periferia da periferia, estas condições estudadas não se limitam somente ao território social porque ele é assim. Move-se em contrária direção, pois “a periferia pode construir um raro ponto de observação de fenômenos globais”, como enfatiza Dal Rosso (2008, p. 189).

Sendo assim, reforça este autor:

A óptica da periferia é privilegiada como lugar de observação por incluir as formas mais racionalizadas de organização do trabalho lado a lado com as mais arcaizadas, o que permite que as maneiras mais profundas de racionalização do trabalho ganhem destaque especial. Por outro lado, observar os fenômenos globais a partir da periferia não parece ser desvantagem alguma, porquanto olhando do centro ou da periferia estamos vendo o mesmo fenômeno. E se do centro poder-se-ia advogar uma vantagem da gênese do processo de intensificação, na periferia poder-se-ia argumentar que ele já está mais amadurecido, podendo aí manifestar toda a sua capacidade de exploração da força de trabalho (Dal Rosso, 2008, p. 190).

A partir nas análises bibliográficas e empíricas realizadas nesta periferia extrema, chegamos a elementos conclusivos que consideramos relevantes e, desse modo, merecedores de destaque. Primeiramente, ao nos debruçarmos mesmo que brevemente no estudo das diversas concepções de Estado, analisamos o Estado liberal, o de bem-estar social até o Neoliberal. Aprofundamos a análise deste último, em funcionamento no Brasil, e o utilizamos como recorte histórico principal. Nele, encontramos tempos de liberalização a partir da década de 1990, tanto no Brasil quanto em países da América Latina, no atendimento ao receituário proposto pelo chamado Consenso de Washington.

Com isso, evidenciou-se um importante momento da economia política, em que as ideias liberalizantes, uma vez postas em prática, culminaram na abrupta abertura comercial e na desregulamentação das leis trabalhistas – só para listar alguns dos efeitos produzidos, o que, por sua vez, desembocou num significativo aumento do desemprego assalariado, puxado por falências e fusões de empresas privadas e pela privatização de empresas públicas, entre outras determinantes, precisamente na contribuição da política do Estado neoliberal na formação do “exército de reserva”, tão bem teorizado por Marx.

Depois, constatamos que a implantação das ideias neoliberais e o crescimento vertiginoso dos empreendimentos de economia solidária no país estão diretamente relacionados, isto porque, não tendo possibilidades do assalariamento, trabalhadores buscaram na economia solidária os meios de subsistir num ambiente

de desocupação quase que generalizada que assolava o país naquela década, sem falar que tal fenômeno é vivenciado até os dias atuais, obviamente em menores proporções.

Ademais, outras respostas foram encontradas, urgidas a partir de pontos relevantes, como os primeiros movimentos da cooperação organizados por Robert Owen em 1844 na Inglaterra até a realidade da economia solidária hoje, sobretudo a partir de Paul Singer, com suas ideias norteadoras centradas na ocupação, renda, inserção e autonomia de seus trabalhadores.

Encontramos de um lado, poucos casos de relativos êxitos em determinados espaços e contextos históricos, e de outro, o mais comum, a constatação sim, de experiências cujos resultados foram pífios ou mesmo de fracassos. Neste sentido, continuamos a nos perguntar: Qual a razão para as distintas realidades? Por que nos empreendimentos solidários, onde dever-se-ia encontrar conquistas sociais significantes, encontramos na verdade mais precarização nas condições de trabalho de seus trabalhadores? Qual tem sido o papel do Estado no contexto do solidarismo enquanto políticas de autonomização?

Pelos resultados baseados nas pesquisas bibliográficas e empíricas, as conquistas almejadas não aconteceram e nem acontecem em função de que as transformações do trabalho são desencadeadas por necessidades histórico-materiais do capitalismo, mediadas por aparatos de consentimento ativo às mudanças, proporcionado pelo que Barbosa (2007, p. 22) chama de “a cultura do auto-emprego, e contando com a participação decisiva do Estado”. No caso concreto, a criação da SENAES em 2003, no governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, por exemplo, aponta em seus documentos e formalmente para uma reconceituação da informalidade, como novo aparato institucional de investimentos públicos na área e *interface* com a sociedade sobre o fenômeno do trabalho, bem como, no acanhamento das ações para esta categoria, dirigidas no mesmo período pelo governo estadual de José Reynaldo Tavares.

Por outro lado, nossa investigação trilhou ainda na afirmação de que a economia solidária como políticas públicas são práticas sociais decorrentes do adensamento da questão social na vida capitalista, principalmente no embate da luta de classes em favor da acumulação, via mitigação e precarização do emprego – baixos salários, péssimas condições de trabalho e desproteção social, pois “o

Estado se descompromete com a ainda incipiente perspectiva social de universalização de direitos, entre eles o trabalho assalariado, ao mesmo tempo em que ensaia maior apoio a iniciativas de auto-emprego” (Barbosa, 2007, p.23).

Em seguida analisamos a Economia Solidária a partir de seus princípios, das suas propostas e de seus resultados concretos, atuando em vários entes da federação, bem como no estado do Maranhão, onde, de acordo com a pesquisa empírica realizada, pouco se experimenta o que chamamos aqui de um relativo êxito. Desse modo, com os dados apresentados, tanto do Maranhão isoladamente, quanto na comparação realizada com outros estados brasileiros, chegamos a algumas conclusões que consideramos relevante, tais como a de que a maior dificuldade enfrentada pelos maranhenses que fazem a economia solidária é a comercialização de seus produtos/serviços, visto que as estruturas de estradas, transportes, tecnologias de armazenamento e mercados consumidores no estado são precárias, sendo que este último se dá pela baixa renda auferida pela maioria dos maranhenses, uma das mais baixas do país.

Depois, parte dos empreendimentos instalados no Maranhão sequer remunera os sócios que trabalham ou, quando remuneram, o fazem precariamente, sem falar nos casos em que as receitas não conseguem cobrir as despesas da entidade. Este estado, apesar de ter quase o mesmo número de empreendimentos solidários que o Estado de São Paulo, tem um faturamento médio cinco vezes menor e com uma remuneração abaixo da metade daquele estado. Em comparação com o estado gaúcho o faturamento médio é de um quarto do valor e com uma remuneração/média/mensal de quase a metade. Em outra comparação, agora com os vizinhos Ceará e Piauí, o Maranhão se posiciona na frente em termos de faturamento/médio/mensal, porém bem atrás na quantidade destes empreendimentos.

Ademais, é importante ressaltar que, mesmo o Maranhão dotado de grandes quantidades de terras agricultáveis, rios perenes, diversidade de paisagens naturais e com índices pluviométricos regulares, as políticas públicas voltadas para este setor da economia, cuja predominância é na área rural, se mostram inexpressivas e de pouco alcance, como atesta o próprio Atlas na versão maranhense, quando ressalta em suas breves conclusões:

como resultado da autogestão dos trabalhadores através de seus próprios esforços e com pouco grau de apoio governamental, expressam a reação coletiva dos que procuram fugir à exclusão ditada pelas regras do mercado capitalista, formando um cenário em que cada vez mais os direitos sociais são retraídos (Atlas/Cartilha da SENAES, 2007, p. 26).

Outro fato relevante é que identificamos que dos 793 empreendimentos catalogados no mapeamento analisado, somente 159 receberam apoio direto do Estado; ficando, portanto, 634 entidades a serem apoiadas por outras organizações. Assim, 361 delas foram apoiadas por organizações sociais, ONG's, igrejas, sindicatos, etc. E o que é pior, o expressivo número de 273 empreendimentos ignorados, sem nenhum tipo de apoio.

No campo da crítica, apresentamos as de vários autores, fundamentadas em importantes pesquisas da temática do solidarismo. E mais, analisamos como acontecem às relações intervencionistas pelo Estado ou mesmo sua omissão via políticas públicas destinadas a *Economia Solidária*, sobretudo, no Maranhão.

Ao fazer uma aproximação junto ao grupo de catadores do Lixão de Santa Inês, que opera na modalidade informal do solidarismo e depois na formalmente constituída ASCAMAR, um empreendimento solidário urbano de São Luis, encontramos ainda sinais de mais precarização e até mesmo de degradação. No caso do Lixão, identificamos uma renda mensal auferida pelos trabalhadores que varia de R\$ 100,00 a R\$ 700,00 e talvez isso leve ao desejo de não menos que 50% deles de, entre outras coisas, voltar ao campo onde já estiveram. E mais: que 60% destes trabalhadores sequer concluíram o Ensino Fundamental e, o que é mais grave, que 35% não foram alfabetizados. Identificamos ainda que 15% deles já tiveram emprego assalariado com “carteira assinada” e, concernente às políticas públicas, atualmente para o grupo, sejam elas dos três níveis de governo, todos, sem exceção, afirmaram não ter nenhum tipo de apoio, e que 95% dos entrevistados nunca ouviu falar do Programa Bolsa-Catador do Governo Federal.

Da ASCAMAR, levantamos que a renda média/mensal auferida por seus trabalhadores gira em torno de R\$ 400,00, que se situa bem abaixo do salário mínimo vigente e longe do que é sugerido pelo Dieese. E mais: 80% de seus trabalhadores “desejaria algo melhor” como a carteira assinada, e somente 10% dizem “gostar do trabalho que faz”, contra 40% que afirmaram dezoito meses antes,

“gostar do que fazia como catador”. Foi identificado que a mudança ocorrida, estaria ligada, essencialmente a um aumento da intensidade do trabalho, insegurança social e por outro lado, uma baixa recompensa financeira pelo trabalho dispendido. Desse modo, fecharia o “pacote de desestímulo”. Outras informações de cunho negativo foram também identificadas, cujos valores poderiam não indicar altos da amostra, mas também não irrelevantes, como, por exemplo, a acometição de doenças em decorrência do trabalho nos ambientes potencialmente insalubres, sobretudo o caso do Lixão da Cidade de Santa Inês.

Assim, nestes dois principais campos de pesquisa, concluímos, ainda, que as relações de trabalho, suas práticas e as condições socioeconômicas de seus sujeitos, de fato, não são revolucionárias nem autonomizadoras, muito menos emancipatórias, como defende Paul Singer. Constatou-se o contrário, isto é, nestes espaços, mitigam-se direitos, na verdade, dos mais elementares.

Depois, constatamos que a precarização das condições dos trabalhadores nos *empreendimentos solidários* se mostra tão presente que em outros espaços geográficos do país, onde as cooperativas de catadores estão mais organizadas, como no estado de São Paulo, persistem os sinais de não autonomia e de trabalho precário, como constata Barbosa (p.123, 2007):

No ramo da reciclagem de lixo, o crescimento das cooperativas tem sido um fato em todo território urbano do país, sobretudo para melhor inserção dos catadores individuais na cadeia produtiva da reciclagem do lixo. Nem por isso a condição de autogestão coletiva garante autonomia. Nem sempre o cooperativismo nesse setor consegue suplantar a exploração na área, quando não, ao contrário, esconde relações predatórias por força da valorização industrial do material reciclável (BARBOSA, p. 123, 2007).

Embora Singer (2000) enfatizasse que o desenvolvimento capitalista “não é para todos”, mas, sim, “seletivo, tanto na área social quanto na geográfica” e que “a economia solidária surge como uma forma de reação às ‘injustiças’ cometidas pelos que impulsionam o desenvolvimento capitalista sem, portanto, a pretensão de ir contra o desenvolvimento”, apresentamos outros pesquisadores como Veronese e Guareshi (2005), que dirão que “é uma mistificação pensar que as relações internas dentro de uma comunidade estão suspensas das determinações do capitalismo e que a economia solidária poderia forjar de forma independente, um tipo de racionalidade peculiar”.

Quanto ao papel do Estado – e, para nós, buscando pensar a sua função no contexto da economia solidária –, enquanto presença no cotidiano das pessoas que resolvem empreender nesta modalidade, a Revista Exame (2012, edição de abril) também levantou o mesmo ponto: “Questionar qual deve ser o papel do Estado na sociedade moderna acaba sendo um pouco como perguntar sobre o sentido da vida – um tema que rende discussões infinitas e poucas conclusões”. E prossegue:

É também um campo particularmente afeito a preconceitos ideológicos. Num passado distante, a visão de mundo corrente condenava qualquer forma de ação pública, como se governos não fossem parte importante na equação do desenvolvimento. O pendulo virou. Na esteira do sucesso chinês, a moda hoje é louvar o dirigismo estatal, praticado com crescente entusiasmo em países mundo afora, especialmente na América Latina. É melhor tomar cuidado. Governos podem muito, mas não podem tudo (EXAME, 2012).

Ao que nos parece, é pobre esta análise, pois do Estado pode e devem emanar políticas públicas universalizantes, todavia, esperar isto de um Estado neoliberal, é esperar em vão. Neste sentido, na linha de pensamento revolucionário a que nos propomos atuar neste trabalho, Freitas (2010, p. 233) dirá que:

a perspectiva revolucionária tem-se mostrado cada vez mais difícil de se concretizar, o que dificulta a superação da realidade predatória do capitalismo. A perspectiva revolucionária se apresenta como uma possibilidade histórica que precisa ser transformada de potência em efetividade. Por outro lado, são diversas as formas de degradação. São encontradas nas favelas do Rio de Janeiro, nas palafitas de Recife ou São Luis, nas Banlieus de Paris ou nos Guetos de Nova Iorque (FREITAS, 2010, p. 233).

E cita Harvey (2004a) quando diz que “os catadores de materiais recicláveis que ‘sobrevivem’ nos lixões e nas ruas das grandes cidades, barateando o custo da matéria prima para a grande indústria, aparecem como as ‘novas paisagens geográficas’ do capitalismo contemporâneo”.

Destarte, no conjunto, este trabalho dissertativo apresentou, a partir da crítica, como enfatiza Barbosa (2007, p. 26) “elementos introdutórios de análise da *economia solidária* capazes de apontar elementos para apreensão da práxis historicamente determinada que aparece *fetichizada* na cultura do empreendedorismo”. Neste sentido, o interesse foi primordialmente, apontar sinais que caracterizem a ação das políticas públicas, materializada nas intervenções governamentais, em que quase ou nenhum efeito se traduziu e traduz em resultados autonomizadores.

Por outro lado consideramos a dificuldade em fazer aqui uma crítica a economia solidária, por entendermos que soaria soberbo criticar algo que busca na cooperação uma saída para o desemprego. Daí que nos apropriamos das palavras de Cattani (2002, p. 19), para dizer que: “a economia solidária está centrada na geração de trabalho e renda para a população mais pobre e vulnerável”. Porém questionamos com ele:

Será esse o único horizonte possível? Não seria possível implementar os princípios da Economia Solidária em indústria de alta tecnologia, em setores empregando profissionais qualificados? No lugar de reciclar lixo, existem possibilidades de criação, por exemplo, empreendimentos solidários na área de biotecnologia ou de química fina? (CATTANI, 2002, p. 19).

No mais, diante do que foi pesquisado, apresentado e analisado, reforçamos a constatação de nossos pressupostos, de que a precarização da força de trabalho dentro dos empreendimentos solidários é tão visível que vem da própria SENAES, através de seu Atlas da Economia Solidária, na versão maranhense de 2007(p. 32), a chamada de atenção para um fato indefensável desta precarização, quando enfatizou em suas conclusões que “a criação da maioria dos empreendimentos econômicos solidários ainda teve na luta pela sobrevivência seu principal objetivo, superando a motivação da busca pela produção coletiva”. Nas nossas palavras: que os valores solidários e os ideais cooperativos perderam espaço frente à luta pela sobrevivência.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao Trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

ARAÚJO, Tânia B. de. **Brasil nos anos noventa**: opções estratégicas e dinâmica regional. R. B. Estudos Urbanos e Regionais, N.2/NOV, 1999.

\_\_\_\_\_. **Dinâmica regional brasileira e integração competitiva**. 1997. ANPUR.

AUED, Idaeto Malvezzi; GRADE, Marlene. **Economia Solidária**: um caminho para a superação da sociedade capitalista? Encontro Nacional de Economia Política, 2011.

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA/Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Cartilha da SIES/Unitrabalho/UFMA, 2007.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BATISTA, N. Paulo. **O Consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. 1994.

BEAUD, Michel. **A Arte da Tese**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BELINI, Leandro & NASCIMENTO Nazem. **Geração de trabalho, renda e o desafio ambiental na gestão dos resíduos sólidos no município de São Paulo**. Unitrabalho. III Encontro de Economia Solidária. NESOL. 2005

BENINI, Édi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Por uma economia solidária efetivamente socialista**. III Encontro de Economia Solidária. 2005.

\_\_\_\_\_. **A economia solidária nos prismas marxistas: revolução ou mitigação?** Núcleo de Economia Solidária da USP (NESOL) – USP. São Paulo. 2007.

CARVALHO, Ana M. R.; LADEIA, C.; YAMAMOTO, F. **Catadores de materiais recicláveis**: representações sociais de coleta seletiva. Relato de Experiência. NESOL. III Encontro de Economia Solidária. 2005.

COSTA, Cândida. **Economia Solidária, mundo do trabalho e desafios para o desenvolvimento**. Anais do XV Encontro Norte e Nordeste de Ciências Sociais Pré-Alas Brasil (CISO 2012). Disponível em: [www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/](http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/). Acesso em 11/10/2012.

DIEESE. D419a. **Anuário dos trabalhadores: 2007**. 8.ed. / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. -- São Paulo: DIEESE, 2007. 260 p. ISSN 1981-3538

FARIAS, Flavio B. de. **O Estado Capitalista Contemporâneo: para uma crítica das visões regulacionistas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Crítica da teoria geral do capitalismo: uma abordagem gráfica**. Colóquio IV CEMARX, Unicamp-SP, novembro de 2005, p.8.

\_\_\_\_\_. **Regulação Estatal do Espaço e da Força de Trabalho (no plural, na periferia)**. Revista de Políticas Públicas. – v2, n.1 (jan./jul.1996). – São Luis. UFMA.1996.

FRANÇA, G. C. **A temática da economia solidária e suas implicações originais para o campo dos estudos organizacionais**. RAP, Rio de Janeiro, v 37, 11-31, janeiro/fevereiro, 2003.

FRANÇA, G. C. **Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais**. Bahia Análise & Dados, SEI, v 12, nº 1, 9-19. Salvador, 2002.

FRANK, A. G. Desenvolvimento do Subdesenvolvimento Latino Americano. In: PEREIRA, L.(org.) **Urbanização e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

FREITAS, Cesar Augustus L.L. de. **A Reciclagem e sua dinâmica reprodutora de uma situação de lumpemproletariado**. Tese de Doutorado. UFG, 2010.

FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: [www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br). Acesso em 06/09/2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, F. P. et.al. **Introdução a Economia Solidária. Módulo 2.** Projeto Casa Brasil. 2007.

GOMES, Marcus Vinicius. **O programa oportunidade solidária e a emancipação: uma visão crítica.** FGV.EAESP. III Encontro Nacional de Economia Solidária. NESOL. 2005.

GORZ, André. **Adeus ao Proletariado:** para além do socialismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

GRADE Marlene. **Fórum do Maciço do Morro da Cruz e AGreco como espaço transitório:** germinando a espacialização de Relações solidárias em Santa Catarina. Tese de Doutorado. UFSC, 2006.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 22ª edição. São Paulo. Edições Loyola, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Censo 2010.** Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 26/05/2012.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental.** São Paulo: Cortez, 2001.

LUXEMBURG, Rosa. **Reforma ou revolução?** Disponível em: Luxemburg Internet Archive (marxists.org), 2002. Acesso em: 06/09/2012.

MALASSISE, Regina L. S.; ALVES, Rozana. **Condições de vida e trabalho na Economia Solidária e na economia capitalista.** NESOL. III Encontro de Economia Solidária. 2005.

MANCE, Euclides A. **Rede de colaboração solidária:** aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação. Editora Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Redes de economia solidária e sustentabilidade.** II Fórum Social Mundial, Porto Alegre. Disponível em: [www.milenio.com.br/mance/fsm3.html](http://www.milenio.com.br/mance/fsm3.html). Acesso em 05/05/2012.

MARX Karl. **O Capital.** Livro Primeiro. O Processo de Produção do Capital. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MATTICK Paul. **Integração Capitalista e Ruptura Operária.** Porto: A Regra do Jogo, 1977.

MEZAROS, István. **O Poder da Ideologia.** São Paulo: Boitempo, 2004.

MEZAROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO(MTE). Disponível em: [www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretarianacional](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretarianacional). Acessado em:: 06/09/2012.

MONTAÑO, C. **Microempresa na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 1999.

MONTENEGRO, David. **Desemprego, informalidade e precarização do trabalho no Brasil contemporâneo**: ensaio sobre uma tragédia anunciada.2009.

NARDINI Danilo & TANI Wilton. **Reciclando idéias - projeto de desenvolvimento de tecnologia acessível para reciclagem**. III Encontro Nacional de Economia Solidária. NESOL. 2005.

NAZZARI, Geodovar. **A Participação nas Organizações Civas Solidárias**: educando para um mundo melhor. Porto Alegre: Calábria, 2009.

POCHMANN, Marcio. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

REVISTA EXAME. **Mão forte ou mão pesada?** São Paulo: Editora Abril, 2012. mensal. 1.018.ISSN.0102.2881

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**.Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, 237-280. 2002.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SINGER, P. & SOUZA, A. **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego.São Paulo, 2000.

SINGER, Paul & SOUZA, André R. de. A Economia solidária como resposta e estratégia. In: BENTO, Maria Aparecida Silva; CASTELAR, Marilda. **Inclusão no Trabalho**: Desafios e Perspectivas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

SINGER, Paul & SOUZA, André R. **Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário**. 2004. Estudos Avançados 18 (51).

SINGER, Paul. **Economia Política do Trabalho**: Elementos para uma Análise Histórico-Estrutural do Emprego e da Força de Trabalho no Desenvolvimento Capitalista. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1979.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 2001.

SOTO, Hernando de. **O mistério do capital**. Por que o capitalismo dá certo nos países desenvolvidos e fracassa no resto do mundo. São Paulo, 2001.

SOUZA, Gleide L. de; VASCONCELOS, Nilton. **Motivações e Sobrevivência em Empreendimentos Solidários**. NESOL. III Encontro de Economia Solidária. 2005.

SOUZA, Paulo Renato. **Emprego, Salários e Pobreza**. São Paulo: Hucitec, 1980.

STORCH, Sérgio. Uma perspectiva estrutural sobre cooperativas industriais. In: VENOSA, Roberto (Org.). **Participação e participações**: ensaios sobre autogestão. São Paulo: Babel Cultural, 1987.

TAUILLE, J.R.: DEBACO, E.S. **Autogestão no Brasil**: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores. In: Economia Solidária, v. 1. 2002.

TOMÉ, Geruza de Fátima. **Economia solidária**: humanização possível no interior do capitalismo? NESOL. III Encontro de Economia Solidária. 2005.

VAINER, Carlos. O presente de um futuro possível. In: GUIMARÃES, Gonçalo (org). **Sindicalismo e cooperativismo**. A economia solidária em debate. Transformações no mundo do trabalho. Rio de Janeiro/São Paulo: COOPE/UFRJ, Rede Universitária de Incubadoras, Tecnologias de Cooperativas Populares, UNITRABALHO, 1999.

VERONESE Marília; GUARESCHI, Pedrinho. **Possibilidades solidárias e emancipatórias do trabalho**: campo fértil para a prática da Psicologia Social Crítica. Artigo PUCRS. 2005.

WELLEN, Henrique. UFRJ – Ensaio: **Contribuição à crítica da economia solidária**. 2007.

WANDERLEY, F. Carlos. **Gestão de Pessoas: Reflexões sobre a motivação de pessoas nas empresas de Economia de Comunhão na Liberdade.** São Luís. 2008.

\_\_\_\_\_ **Gestão de Pessoas: Reflexões sobre a motivação de pessoas nas organizações de Economia Solidária.** São Luís. 2010.

XAVIER, A.Jurandir. **Desenvolvimento Versus Regressão.** Campina Grande. 1992.